

GEOGRAFIA A

CADERNO DE APOIO AO PROFESSOR

Arinda Rodrigues
Isabel Barata
Joana Moreira



Documentos
orientadores



Planificações



Atividades
práticas



Fichas
de trabalho



Teste
de diagnóstico



Testes
de avaliação



Provas-modelo
de exame



Soluções

11.º Ano
Geografia A



Texto



Nota introdutória	2	Provas-modelo de exame	
O projeto	3	1.ª Prova-modelo de exame	61
O Manual	4	Critérios de correção da 1.ª prova-modelo de exame	66
Programa	5	2.ª Prova-modelo de exame	67
Considerações	5	Critérios de correção da 2.ª prova-modelo de exame	72
Temas e conteúdos	6	3.ª Prova-modelo de exame	73
Finalidades	6	Critérios de correção da 3.ª prova-modelo de exame	78
Objetivos gerais/competências	7	Fichas de trabalho	79
Pré-requisitos	8	Ficha 1 As fragilidades dos sistemas agrários	79
Proposta de planificação	9	Ficha 2 A agricultura portuguesa e a PAC	80
Planificação anual	10	Ficha 3 Novas oportunidades para as áreas rurais	81
Planificação: 1.º período letivo	11	Ficha 4 A organização das áreas urbanas	82
Planificação: 2.º período letivo	12	Ficha 5 Expansão urbana e problemas urbanos	83
Planificação: 3.º período letivo	13	Ficha 6 Características da rede urbana	84
Planificação por unidades temáticas e subunidades	14	Ficha 7 Reorganização da rede urbana e parcerias urbano/rurais	85
Exemplos de planos de aula	29	Ficha 8 Competitividade dos diferentes modos de transporte	86
Teste de avaliação de diagnóstico	34	Ficha 9 Modos de transporte: diversidade e desigualdade espacial das redes	87
Critérios de correção do teste de avaliação de diagnóstico	38	Ficha 10 Complementaridade entre modos de transporte	88
Propostas de atividades práticas	39	Ficha 11 Revolução das telecomunicações e seu impacte nas relações interterritoriais	89
Testes de avaliação		Ficha 12 Integração de Portugal na UE: desafios e oportunidades	90
1.º Teste de avaliação	49	Soluções das fichas de trabalho	91
Critérios de correção do 1.º teste de avaliação	52	Soluções do Manual	94
2.º Teste de avaliação	53	Soluções das fichas do Caderno de Atividades	100
Critérios de correção do 2.º teste de avaliação	56		
3.º Teste de avaliação	57		
Critérios de correção do 3.º teste de avaliação	60		

O **Caderno de Apoio ao Professor** é um dos elementos do projeto **Geografia A 11.º ano** e tem como principais objetivos:

- Explicitar as nossas **opções relativamente à constituição do projeto e à sua organização e utilização** (manual e restantes elementos que o complementam).
- Facilitar o acesso aos **aspetos essenciais do currículo nacional de Geografia A** de 11.º ano (temas e conteúdos, finalidades, objetivos/competências e pré-requisitos).
- Propor uma **planificação anual, trimestral e por subunidades** (curto prazo), assim como **planos de aula** exemplificativos para cada uma das unidades temáticas.
- Sugerir **atividades de carácter prático** para desenvolver com os alunos, na sala de aula ou fora dela, com propostas para a sua concretização.
- Disponibilizar **instrumentos de avaliação** (enunciado e critérios de correção):
 - teste de avaliação de diagnóstico;
 - três testes de avaliação (um por período) elaborados com diversidade de questões e possibilidade de avaliação de aprendizagens práticas;
 - três provas-modelo de exame (uma por período), seguindo a constituição e tipologia de questões que habitualmente são utilizadas nas provas de Exame Nacional.

Os testes de avaliação e as provas-modelo de exame seguem o desenvolvimento da matéria, tendo sido elaborados de modo a que o teste de avaliação possa ser aplicado sensivelmente a meio de cada período e a prova-modelo de exame no final de cada período. Desta forma, diversifica-se o tipo de provas de avaliação e consegue-se aferir as aprendizagens de toda a matéria anterior.

- Proporcionar um conjunto de **fichas de trabalho** fotocopiáveis que permitem a verificação de aprendizagens e deteção de dificuldades e, nesse sentido, o reforço das situações de avaliação formativa (com as respetivas propostas de solução).
- Propor **soluções de todos os exercícios/atividades** do Caderno de Atividades e de alguns do Manual cujas respostas exigem maior desenvolvimento.

Com este Caderno de Apoio ao Professor queremos partilhar, com os colegas que utilizarem o nosso projeto, experiências e situações de aprendizagem, assim como instrumentos de avaliação que implementamos com os nossos alunos. Fazemo-lo com o mesmo gosto com que ouvimos e aprendemos as ideias e experiências de outros professores de Geografia. O saber adquirido na prática e o crescimento profissional que ele proporciona, quando partilhados, ajudam-nos a todos a fazer melhor e a ir mais longe.

Que este elemento do projeto possa ser útil e facilitador da difícil tarefa que é hoje ser professor.

Bom trabalho!

O projeto

O projeto **Geografia A 11.º ano** é constituído por vários elementos que se complementam e articulam entre si:

- **Manual**, que foi elaborado de acordo com o Currículo Nacional de Geografia A e segue a sequência de temas aí propostos, tratados em unidades e subunidades temáticas.
- **Desdobrável** com um **mapa geral de Portugal** e que é parte integrante do Manual.
- **Caderno de Atividades**, que constitui um complemento do Manual, pois apresenta todo um conjunto de propostas de atividades, nele não incluídas, e que se destinam a facilitar o estudo e a consolidação das aprendizagens e a proporcionar situações de desenvolvimento de capacidades e competências inerentes à ciência geográfica.
- **Preparar o Exame**, pensado como um material de apoio aos alunos na sua preparação para o Exame Nacional, inclui uma proposta de metodologia de estudo para uma preparação sistemática e eficaz e ainda sete provas que podem ser resolvidas desde o primeiro período, pois vão alargando gradualmente a matéria sobre a qual incidem e que permitem ao aluno ir treinando a resolução do tipo de questões que habitualmente constituem o Exame Nacional de Geografia.
- **Manual do Professor**, que, com o objetivo de facilitar a articulação entre todos os elementos e propostas do projeto inclui um espaço próprio, na lateral, onde se encontram:
 - Soluções das questões de resposta direta.
 - Remissões para as páginas do Caderno de Apoio ao Professor onde se encontram as respostas que exigem maior desenvolvimento.
 - Remissões para as propostas de planificação, atividades e instrumentos de avaliação constantes no Caderno de Apoio ao Professor.
 - Remissões para os recursos da Aula Digital que podem ser explorados/utilizados em sala de aula.
- **Caderno de Apoio ao Professor**, que apresenta os principais aspetos do programa e constitui um apoio à utilização do projeto Geografia A, através de propostas de planificação, atividades práticas de implementação na sala de aula ou fora dela, instrumentos de avaliação e soluções de exercícios e testes propostos no Manual e no Caderno de Atividades.
- **Aula Digital**, a componente **multimédia** do projeto, que disponibiliza uma **grande quantidade e diversidade de recursos didáticos** de apoio ao trabalho do professor e à construção das aulas. Permite uma boa interatividade e personalização de muitos materiais, incluindo a possibilidade de alterar planificações, instrumentos de avaliação e apresentações em PowerPoint.

A Aula Digital contempla ainda a possibilidade de projetar as soluções das questões do Manual.

Através da Aula Digital serão efetuadas **atualizações da informação estatística e outra relevante no final do 2.º e 4.º anos de vigência do manual**.

Esperamos que o nosso projeto possa ser um apoio para o caminho que é proposto aos alunos e professores da disciplina de Geografia A do Ensino Secundário.

O Manual apresenta uma **organização que facilita a sua utilização e eficácia como recurso didático** de apoio ao trabalho em sala de aula e como instrumento de estudo, aprendizagem e desenvolvimento de competências para o aluno.

Cada tema é introduzido por uma **imagem significativa** e pelo **título das unidades** em que se subdivide, individualizando-se visualmente através de um **esquema de cores** próprias.

Cada unidade:

- É **introduzida** por um **organograma dos conteúdos**, que permite ao aluno tomar contacto com os assuntos que vai estudar e compreender a articulação entre eles, assim como pelo enunciado dos **principais objetivos a alcançar e competências a desenvolver**.
- **Organiza conteúdos em subunidades** que se iniciam com um conjunto de **questões-chave**, um **esquema organizador** e o **núcleo conceptual**.
- **Desenvolve os conteúdos em página dupla e de forma articulada com atividades e grande diversidade de figuras e documentos**, promovendo assim a participação do aluno na construção da aula e o desenvolvimento de uma postura ativa face à aprendizagem.
- **Propõe a verificação de aprendizagens**, proporcionando ao aluno a possibilidade de aferir/consolidar o que sabe à medida que avança na matéria.
- É **finalizada** com três propostas:
 - **Sintetizar** – uma síntese esquemática que facilita a **revisão/sistematização** dos conteúdos e das aprendizagens efetuadas.
 - **Avaliar** – proposta de atividades diversificadas que permitem **testar e avaliar** as aprendizagens e o desenvolvimento de capacidades e competências.
 - **Preparar o Exame** – página de exercícios com o **tipo de questões habitualmente utilizadas nas provas de Exame Nacional**.
- Utiliza **símbolos de articulação** do manual com os restantes elementos do projeto:

DESDOBRÁVEL



Sugere a utilização do **Desdobrável**.

CONSOLIDAR



Indica a ficha do **Caderno de Atividades** que o aluno deve resolver.

PREPARAR O EXAME



Remete para as **provas-modelo de Exame**, indicando a que pode ser resolvida.

AMPLIAR ATUALIZAR



Remete para **sites de informação geográfica relevante**, criando oportunidade de ampliar e atualizar informação e desenvolver destrezas no domínio da utilização das TIC.

O Manual inclui ainda:

- **Quatro propostas de Estudo de Caso** com documentos relevantes, indicação de fontes de informação e sugestões de concretização em trabalho de grupo.
- **Glossário**
- **Índice remissivo**

Considerações

O programa de Geografia A do Ensino Secundário caracteriza-se por uma perspetiva mais atual e abrangente dos assuntos e do seu desenvolvimento.

O **projeto Geografia A 11.º ano respeita o currículo nacional**, colocando a ênfase no **desenvolvimento de capacidades e competências** e valorizando, deste modo, o contributo da Geografia para a formação de cidadãos capazes de aplicar os saberes da ciência geográfica e, por isso, mais competentes profissional e socialmente.

Nesta nova edição, tornou-se necessário proceder à **atualização de alguns aspetos**, designadamente ao nível da referência a programas de âmbito nacional e comunitário, sua designação e objetivos, assim como a documentos oficiais e instrumentos de gestão e planeamento. Foram também introduzidos conceitos e termos que decorrem da evolução conceptual e de novos estudos no âmbito dos temas tratados na disciplina de Geografia A.

As **orientações programáticas** estiveram, naturalmente, subjacentes à elaboração deste projeto que inclui **componentes facilitadoras da sua concretização**, nomeadamente:

- as **atividades propostas no Manual**, que promovem o envolvimento do aluno na sua própria aprendizagem e o desenvolvimento de capacidades de observação, interpretação e síntese de mapas, gráficos, quadros e documentos;
- o **Caderno de Atividades**, com diversas propostas de trabalho que proporcionam a aplicação de conceitos e o desenvolvimento de competências;
- o **ampliar/atualizar**, que remete para endereços da internet que, além de fornecerem informação relevante no domínio da disciplina de Geografia, promovem o desenvolvimento da destreza de utilização das TIC.
- a **Aula Digital**, que oferece a possibilidade de diversificar fontes de informação, bem como recursos e estratégias para implementar em sala de aula.

Temas e conteúdos

Temas	Unidades	Conteúdos
Tema III Os espaços organizados pela população: áreas rurais e urbanas	As áreas rurais em mudança	• As fragilidades dos sistemas agrários • A agricultura portuguesa e a Política Agrícola Comum • As novas oportunidades para as áreas rurais
	As áreas urbanas: dinâmicas internas	• A organização das áreas urbanas • A expansão urbana • Problemas urbanos
	A rede urbana e as novas relações cidade/campo	• As características da rede urbana • A reorganização da rede urbana • As parcerias entre as cidades e o mundo rural
Tema IV A população: como se movimenta e comunica	Modos de transporte: diversidade e desigualdade espacial das redes	• A competitividade dos diferentes modos de transporte • A distribuição espacial das redes de transporte • A inserção nas redes transeuropeias
	Revolução das telecomunicações e seu impacto nas relações interterritoriais	• A distribuição espacial das redes de comunicação • O papel das TIC no dinamismo dos diferentes espaços geográficos
	Os transportes e as comunicações e a qualidade de vida da população	• A multiplicidade dos espaços de vivência • Os problemas de segurança, de saúde e ambientais
Tema V Portugal na União Europeia	A integração de Portugal na União Europeia: novos desafios, novas oportunidades	• Os desafios para Portugal do alargamento da União Europeia • A valorização ambiental em Portugal e a Política Ambiental Comunitária • As regiões portuguesas no contexto das políticas regionais da UE

Finalidades

- Promover a apetência pelo saber/pensar o espaço geográfico e a disponibilidade permanente para a reconstrução crítica do próprio saber.
- Desenvolver atitudes que proporcionem a compreensão da relação do Homem com a Natureza e o valor das diferentes culturas e sociedades.
- Desenvolver a curiosidade geográfica como promotora da educação para a cidadania.
- Desenvolver o sentido de pertença e de atitudes de solidariedade territorial, numa perspetiva de sustentabilidade.
- Incentivar a participação nas discussões relativas à organização do espaço, ponderando os riscos ambientais e para a saúde envolvidos nas tomadas de decisão.
- Proporcionar o aperfeiçoamento da relação interpessoal no sentido de coerência, autonomia e confiança em si próprio.
- Proporcionar o aperfeiçoamento da relação interpessoal no sentido da compreensão, da empatia e da solidariedade.

Objetivos gerais/competências

- Valorizar as diferenças entre indivíduos e culturas.
- Demonstrar espírito de tolerância e capacidade de diálogo crítico.
- Aceitar desafios partilhando riscos e dificuldades.
- Desenvolver a percepção espacial no sentido de uma progressiva apropriação criativa dos espaços de vida.
- Avaliar o contributo das TIC como fator de desenvolvimento da compreensão e utilização individual e social do espaço geográfico.
- Interessar-se pela conciliação entre o crescimento económico e a melhoria da qualidade de vida das populações, associando-os à valorização do património natural e cultural.
- Intervir no sentido de atenuar as assimetrias territoriais, valorizando a preservação das diferenças entre as regiões.
- Utilizar corretamente os conceitos geográficos.
- Descrever e interpretar situações geográficas.
- Identificar situações problemáticas relativas ao espaço geográfico.
- Participar, através da procura e da apresentação de soluções fundamentadas, na resolução de problemas espaciais.
- Utilizar os métodos indutivo e dedutivo no estudo de fenómenos geográficos.
- Utilizar o processo de inferência para interpretar documentos geográficos, encaminhar a pesquisa, responder ou levantar novos problemas.
- Sistematizar dados, dando-lhes coerência e organizando-os em categorias na procura de modelos explicativos de organização do território.
- Rentabilizar técnicas de expressão gráfica e cartográfica desenvolvidas ao longo do processo de aprendizagem.
- Utilizar as TIC, nomeadamente os meios informáticos, telemáticos e vídeo.
- Reconhecer a necessidade de mudança da escala de análise na compreensão do espaço geográfico.
- Reconhecer a existência de diferentes padrões de distribuição dos fenómenos geográficos.
- Relacionar a capacidade de transformação da organização espacial com diferentes graus de desenvolvimento científico e tecnológico.
- Relacionar transformações na organização do espaço geográfico com as potencialidades e as limitações das novas tecnologias da informação e da comunicação.
- Relacionar a existência de conflitos no uso do espaço e na gestão de recursos com situações de desigual desenvolvimento, a nível local e/ou regional.
- Reconhecer a importância do ordenamento do território no atenuar das desigualdades de desenvolvimento.
- Compreender a estruturação do território nacional em diferentes escalas de análise, assim como as suas interações com outros espaços, particularmente com os espaços ibérico e europeu.

Pré-requisitos

- Utilizar o vocabulário geográfico, de forma clara, oralmente e por escrito.
- Ler diferentes tipos de mapas e a diferentes escalas.
- Ler gráficos lineares, de barras e setogramas.
- Recolher e organizar dados estatísticos.
- Construir gráficos lineares e de barras.
- Recolher e organizar informação oral e escrita.
- Identificar os elementos fundamentais de uma paisagem.
- Determinar distâncias reais sendo dada a escala do mapa.
- Localizar lugares num planisfério utilizando as coordenadas geográficas.
- Distinguir as diferentes formas de relevo.
- Localizar os grandes conjuntos morfológicos a nível mundial.
- Localizar os grandes desertos.
- Localizar os grandes rios a nível mundial.
- Localizar os grandes conjuntos climáticos.
- Caracterizar, quanto à temperatura e à precipitação, os climas temperados.
- Caracterizar as formações vegetais espontâneas dos climas temperados.
- Relacionar a distribuição da população com fatores naturais e humanos.
- Utilizar conceitos básicos de demografia.
- Relacionar os diferentes ritmos de crescimento demográfico com o comportamento das variáveis demográficas.
- Reconhecer os principais problemas demográficos da atualidade.
- Distinguir tipos de agricultura quanto às técnicas utilizadas e quanto ao destino da produção.
- Reconhecer que a modernização dos transportes torna os lugares mais acessíveis.
- Reconhecer que as desigualdades económico-sociais podem (co)existir a diferentes escalas.
- Reconhecer que as atividades humanas estão na origem dos atuais problemas ambientais.
- Reconhecer o papel da circulação atmosférica e oceânica na difusão da poluição.
- Relacionar a delapidação dos recursos naturais com o crescimento da população mundial.
- Reconhecer que a exploração dos recursos se deve realizar abaixo da sua capacidade de regeneração.

Proposta de planificação

A sugestão de planificação que se apresenta corresponde apenas a uma proposta que tem subjacente a consciência de que não se substitui ao trabalho do professor planificador, assumindo-se como ponto de partida e base, que poderá facilitar o planeamento do ano letivo de Geografia de 11.º ano.

O planeamento de desenvolvimento dos conteúdos baseia-se no número de aulas previstas para um ano letivo, de acordo com o atual calendário escolar e com o pressuposto de que, no 11.º ano de escolaridade, a carga letiva destinada à disciplina de Geografia é de 3 aulas de 90 minutos por semana e que as aulas se prolongam até ao final da segunda semana de junho.

Com base neste pressuposto, foram elaboradas as propostas de:

- **Planificação anual** dos conteúdos do currículo nacional, com indicação do número de aulas previstas para o desenvolvimento de cada tema e unidade, de acordo com as orientações curriculares.
- **Planificação por períodos letivos** – calendarização de conteúdos, atividades mais significativas e momentos de avaliação, com proposta de número de aulas a prever para a sua concretização.
- **Planificação por unidades** – contempla os itens habituais da planificação a curto prazo: termos e conceitos; conteúdos; objetivos e competências; situações de aprendizagem; recursos e materiais; trabalho individual do aluno. As sugestões dos itens «Situações de aprendizagem» e «Recursos e materiais» fazem a articulação entre todos os elementos e recursos didáticos do projeto, facilitando a sua utilização. De realçar que essa articulação é facilitada ainda pelas remissões do Manual do professor.
- **Planos de aula** – um plano exemplificativo para cada unidade. Como também são editáveis, podem servir de base à elaboração de outros planos de aula.

Porque a planificação se deve adequar à realidade local e de cada escola, assim como às características da turma, dos alunos e até do professor, esta nossa proposta considera-se apenas um ponto de partida passível de ser adaptada, uma vez que estará **disponível na Aula Digital em formato editável**.

Planificação anual

Temas e conteúdos		Aulas (90 min)
Tema III Os espaços organizados pela população: áreas rurais e urbanas	1. As áreas rurais em mudança • As fragilidades dos sistemas agrários e dos espaços rurais • A agricultura portuguesa e a Política Agrícola Comum • Novas oportunidades para as áreas rurais	27
	2. As áreas urbanas: dinâmicas internas • Organização das áreas urbanas • A expansão das cidades e das áreas urbanas • Problemas urbanos e condições de vida urbana	31
	3. A rede urbana e as novas relações cidade/campo • As características da rede urbana • A reorganização da rede urbana • As parcerias entre cidades e mundo rural	13
Tema IV A população: como se movimenta e comunica	1. Modos de transporte: diversidade e desigualdade espacial das redes • A competitividade dos diferentes modos de transporte • A distribuição espacial das redes de transporte • A inserção nas redes transeuropeias	16
	2. Revolução das telecomunicações e o seu impacto nas relações interterritoriais • A distribuição espacial das redes de comunicação • Inserção nas redes europeias • O papel das TIC no dinamismo dos diferentes espaços geográficos	
	3. Os transportes e as comunicações e a qualidade de vida da população • A multiplicidade dos espaços de vivência • Os problemas de segurança, de saúde e ambientais	
Tema V Portugal na União Europeia	1. A integração de Portugal na União Europeia: novos desafios, novas oportunidades • Os desafios para Portugal do alargamento da União Europeia • A valorização ambiental em Portugal e a Política Ambiental Comunitária • As regiões portuguesas e a Política Regional da União Europeia	12
TOTAL		99*

* Número de aulas indicado no currículo nacional de Geografia A de 11.º ano.

Planificação: 1.º período letivo

13 semanas: 39 aulas de 90 minutos

Conteúdos		Atividades	Aulas
APRESENTAÇÃO	• Conhecimento do professor(a) e alunos. • Informação sobre regras e metodologias de trabalho, material, etc. • Motivação para o programa e para a aula de Geografia de 11.º ano.		1
AVALIAÇÃO DE DIAGNÓSTICO	• Avaliação de diagnóstico do domínio dos pré-requisitos através da aplicação do teste de avaliação de diagnóstico.	(CAP, págs. 34 a 38)	1
TEMA III Os espaços organizados pela população: áreas rurais e urbanas	As áreas rurais em mudança • As fragilidades dos sistemas agrários – A importância da agricultura – As regiões agrárias – características físicas e humanas – Condicionamentos naturais – Fatores humanos – As paisagens agrárias – Distribuição, estrutura e formas de exploração da SAU – Características das explorações agrícolas – Principais produções agrícolas – Especialização das regiões agrárias – A população agrícola – Trabalho agrícola – Pluriatividade e plurirrendimento – Problemas estruturais da agricultura portuguesa • A agricultura portuguesa e a Política Agrícola Comum – Os primeiros anos da PAC – Mudanças mais recentes na PAC e novos desafios – A integração da agricultura portuguesa – Potencializar o setor agrário nacional e o desenvolvimento regional – Reforçar a competitividade – Melhorar a organização e garantir a sustentabilidade • Novas oportunidades para as áreas rurais – A (re)descoberta da multifuncionalidade do espaço rural – A diversidade das áreas rurais portuguesas – Turismo no espaço rural – Modalidades de turismo no espaço rural – Outras atividades turísticas no espaço rural – Sustentabilidade do turismo – Desenvolver produtos de qualidade – Indústria e desenvolvimento rural – O papel dinamizador dos serviços – Desenvolver a silvicultura – Produzir energias renováveis – Estratégias de desenvolvimento rural	• Revisão de pré-requisitos • Exploração dos recursos do projeto <i>Geografia A 11.º ano</i>: • Estudo de Caso I: «Áreas rurais em mudança» (Manual, págs. 242-243) • Debate: «Há cada vez mais jovens na agricultura» (CAP, pág. 39) • Aplicação do 1.º teste de avaliação (CAP, págs. 49-52) • Trabalho de campo: «Repórter local 1» (CAP, pág. 40) • Realização da 1.ª prova-modelo de exame (CAP, págs. 61-66)	25
	As áreas urbanas: dinâmicas internas • Organização das áreas urbanas – Definição de cidade – Evolução da população urbana – Diferenciação funcional		11
Balanco do trabalho realizado no 1.º período e autoavaliação dos alunos			1

Planificação: 2.º período letivo

13 semanas: 39 aulas de 90 minutos

Conteúdos		Atividades	Aulas
TEMA III Os espaços organizados pela população: áreas rurais e urbanas	• A expansão das cidades e das áreas urbanas – Suburbanização – Áreas metropolitanas de Lisboa e Porto – Dinâmica da indústria transformadora • Problemas urbanos e condições de vida urbana – Saturação das infraestruturas – Degradação da cidade – Envelhecimento, desemprego e pobreza – Pressão ambiental – Recuperação da qualidade de vida urbana	• Revisão de pré-requisitos • Exploração dos recursos do Projeto <i>Geografia A 11.º ano</i>: • Estudo de Caso II: «As áreas urbanas: dinâmicas internas» (Manual, págs. 244-245) • Trabalho de grupo: «Áreas funcionais do centro urbano onde se localiza a nossa escola» (CAP, pág. 41) • Trabalho de campo: «Repórter local 2» (CAP, pág. 42) • Debate: «Problemas urbanos» (CAP, pág. 42)	19
	A rede urbana e as novas relações cidade/campo • As características da rede urbana – Distribuição geográfica, dimensão populacional e hierarquia funcional – A rede urbana nacional no contexto europeu – Atenuar desequilíbrios – Vantagens e limitações da concentração/dispersão • A reorganização da rede urbana – Papel das cidades médias – Redes de transporte e articulação do sistema urbano – Inserção na rede urbana europeia • As parcerias entre cidades e mundo rural	• Estudo de caso III: A rede urbana e as novas relações cidade/campo (Manual, págs. 246-247) • Trabalho de grupo: «A rede urbana da nossa região» (CAP, pág. 43) • Trabalho de campo: «Repórter local 3» (CAP, págs. 43-44) • Debate: «Papel das cidades de média dimensão na correção das assimetrias regionais» (CAP, pág. 44) • Aplicação do 2.º teste de avaliação (CAP, págs. 53-56)	12
TEMA IV A população: como se movimenta e comunica	• Modos de transporte: diversidade e desigualdade espacial das redes – Competitividade dos diferentes modos de transporte – Complementaridade entre modos de transporte – A distribuição espacial das redes de transporte – Rede Transeuropeia de Transportes	• Revisão de pré-requisitos • Exploração dos recursos do projeto <i>Geografia A 11.º ano</i> • Debate: «Alta velocidade avança» (CAP, pág. 45)	7
	• Revolução das telecomunicações e o seu impacto nas relações interterritoriais – A distribuição espacial das redes de comunicação – Inserção nas redes europeias – Papel das TIC no dinamismo dos espaços	• Exploração dos recursos do projeto <i>Geografia A 11.º ano</i> • Trabalho de grupo: As TIC – vantagens/desvantagens (CAP, pág. 45) • Trabalho de campo: «Repórter local 4» (CAP, pág. 46)	

Planificação: 2.º período letivo

(continuação)

Conteúdos		Atividades	Aulas
TEMA IV A população: como se movimenta e comunica	- Os transportes e as comunicações e a qualidade de vida da população - A multiplicidade dos espaços de vivência - Problemas na utilização dos transportes - Reflexos das TIC na qualidade de vida	- Exploração dos recursos do projeto <i>Geografia A 11.º ano</i> - Realização da 2.ª prova-modelo de exame (CAP, págs. 67-72)	
Balanco do trabalho realizado no 2.º período e autoavaliação dos alunos			1

Planificação: 3.º período letivo

8 semanas – 24 aulas de 90 minutos

Conteúdos		Atividades	Aulas
TEMA IV A população: como se movimenta e comunica	- Os transportes e as comunicações e a qualidade de vida da população - A multiplicidade dos espaços de vivência - Problemas na utilização dos transportes - Reflexos das TIC na qualidade de vida	- Exploração dos recursos do projeto <i>Geografia A 11.º ano</i> - Estudo de Caso IV: «A população: como se movimenta e comunica» (Manual, págs. 248-249)	10
TEMA V Portugal na União Europeia	- A integração de Portugal na União Europeia: novos desafios, novas oportunidades - Os desafios do alargamento da UE - A preparação do alargamento a Leste: condições e entraves - Apoios comunitários à adesão dos novos Estados - Alargamento: desafios e oportunidades para Portugal - A valorização ambiental em Portugal e a Política Ambiental Comunitária - Política ambiental em Portugal - Prioridades da política do ambiente na UE - As regiões portuguesas e a Política Regional da UE - Promover a coesão económica e social - Assimetrias regionais em Portugal - O tratado de Lisboa	- Revisão de pré-requisitos. - Exploração dos recursos do projeto <i>Geografia A 11.º ano</i> - Debate: «Croácia entra na União Europeia» (CAP, pág. 47) - Debate: «Portugal: 25 anos na UE» (CAP, pág. 47) - Aplicação do 3.º teste de avaliação (CAP, págs. 57-60) - Realização da 3.ª prova-modelo de exame (CAP, págs. 73-78)	12
Balanco do trabalho realizado no 3.º período e autoavaliação dos alunos			2

Planificação por unidades temáticas e subunidades

Tema III: Os espaços organizados pela população: áreas rurais e urbanas

Unidade 1: As áreas rurais em mudança (Manual: págs. 10-75)

27 × 90 min

1.1 – As fragilidades dos sistemas agrários e dos espaços rurais

13 × 90 min

Termos e conceitos	Conteúdos
• Espaço agrário • Espaço agrícola • Espaço rural • Especialização agrícola • Estrutura agrária • Estrutura fundiária • Exploração agrícola • Paisagens agrárias • Políticas agrícolas • Pluriatividade • Produtividade agrícola • Região agrária • Rendimento agrícola • SAU (Superfície Agrícola Utilizada) • Sistemas de cultura	• A importância da agricultura. • As regiões agrárias – características físicas e humanas. • Condicionamentos naturais. • Fatores humanos. • As paisagens agrárias. • Distribuição, estrutura e formas de exploração da SAU. • Características das explorações agrícolas. • Principais produções agrícolas. • Especialização das regiões agrárias. • A população agrícola. • Trabalho agrícola. • Pluriatividade e plurirrendimento. • Problemas estruturais da agricultura portuguesa.

Objetivos e competências
• Caracterizar as diferentes regiões agrárias. • Relacionar a heterogeneidade espacial dos sistemas de produção com fatores físicos e humanos. • Debater os problemas estruturais da agricultura portuguesa. • Problematizar a ocupação do solo, considerando as suas aptidões. • Selecionar, sistematizar e interpretar dados estatísticos. • Utilizar e elaborar representações gráficas e cartográficas.

Situações de aprendizagem	Recursos e materiais
• Revisão de pré-requisitos. • Exploração do Manual e dos recursos da Aula Digital. • Estudo de Caso I: «Áreas rurais em mudança». • Debate: «Há cada vez mais jovens na agricultura». • Aplicação do 1.º teste de avaliação.	• Manual: págs. 10 a 39 e págs. 242 e 243 • Caderno de Atividades: fichas 1 a 8 • CAP: págs. 39, 49 e 79 • Aula Digital: PowerPoint «As fragilidades dos sistemas agrários»; animação «Fatores condicionantes da agricultura portuguesa»; infografia «Estruturas agrárias em Portugal»; vídeo-debate «Jovens agricultores»; teste interativo do aluno «As fragilidades dos sistemas agrários» e links

Avaliação	Trabalho individual do aluno
• Participação na aula, no estudo de caso e no debate. • Resultados do estudo de caso e do teste interativo. • Resultados das fichas de trabalho. • Resultados do 1.º teste de avaliação.	• Ficha de trabalho 1 • Caderno de Atividades: fichas 1 a 8

Observações

Tema III: Os espaços organizados pela população: áreas rurais e urbanas**Unidade 1: As áreas rurais em mudança** (Manual: págs. 10-75)

27 × 90 min

1.2 – A agricultura portuguesa e a Política Agrícola Comum

6 × 90 min

Termos e conceitos	Conteúdos
• Agenda 2000 • Emparcelamento • FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) • FEADER (Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural) • FEAGA (Fundo Europeu Agrícola de Garantia) • FSE (Fundo Social Europeu) • OMC (Organização Mundial de Comércio) • PAC (Política Agrícola Comum) • PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa)	• A agricultura portuguesa e a Política Agrícola Comum. • Os primeiros anos da PAC. • Mudanças mais recentes na PAC e novos desafios. • A integração da agricultura portuguesa. • Potencializar o setor agrário nacional e o desenvolvimento rural. • Reforçar a competitividade. • Melhorar a organização e garantir a sustentabilidade.

Objetivos e competências

- Compreender e contextualizar a evolução da Política Agrícola Comum.
- Caracterizar as principais reformas da PAC.
- Explicar os reflexos da PAC e das respetivas reformas na agricultura portuguesa.
- Discutir formas de desenvolver e modernizar o setor agrário.
- Utilizar, elaborar e interpretar mapas e gráficos.

Situações de aprendizagem	Recursos e materiais
• Exploração do Manual e dos recursos da Aula Digital.	• Manual: págs. 40 a 53 • Caderno de Atividades: fichas 9 a 13 • CAP: pág. 80 • Aula Digital: PowerPoint «A agricultura portuguesa e a Política Agrícola Comum»; linha do tempo «Evolução da Política Agrícola Comum (PAC)»; teste interativo do aluno «A agricultura portuguesa e a Política Agrícola Comum» e links

Avaliação	Trabalho individual do aluno
• Participação na aula. • Resultados do teste interativo. • Resultados das fichas de trabalho.	• Ficha de trabalho 2 • Caderno de Atividades: fichas 9 a 13

Observações

Tema III: Os espaços organizados pela população: áreas rurais e urbanas**Unidade 1: As áreas rurais em mudança (Manual: págs. 10-75)****27 × 90 min****1.3 – Novas oportunidades para as áreas rurais****8 × 90 min**

Termos e conceitos	Conteúdos
• Desenvolvimento sustentável • LEADER (Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) • Património cultural • Património paisagístico • Programa de Desenvolvimento Rural 2014–2020 • TER (Turismo no Espaço Rural)	• A (re)descoberta da multifuncionalidade do espaço rural. • A diversidade das áreas rurais portuguesas. • Turismo no Espaço Rural. • Modalidades de Turismo no Espaço Rural. • Outras atividades turísticas no espaço rural. • Sustentabilidade do turismo. • Desenvolver produtos de qualidade. • Indústria e desenvolvimento rural. • O papel dinamizador dos serviços. • Desenvolver a silvicultura. • Produzir energias renováveis. • Estratégias de desenvolvimento rural.

Objetivos e competências

- Equacionar a valorização das áreas rurais tendo em conta o desenvolvimento sustentável dessas áreas.
- Equacionar o impacto do turismo no desenvolvimento das áreas rurais.
- Refletir sobre as consequências da implantação de indústrias nas áreas rurais.
- Reconhecer o papel dinamizador dos serviços nas áreas rurais.
- Reconhecer a importância da iniciativa comunitária LEADER para o desenvolvimento rural.
- Utilizar, elaborar e interpretar mapas e gráficos.

Situações de aprendizagem	Recursos e materiais
• Revisão de pré-requisitos. • Exploração do Manual e dos recursos da Aula Digital. • Trabalho de campo: «Repórter local 1». • Realização da 1.^a prova-modelo de exame.	• Manual: págs. 54 a 75 • Caderno de Atividades: fichas 14 a 17 • CAP: págs. 40, 61 e 81 • Aula Digital: PowerPoint «As novas oportunidades para as áreas rurais»; animação «As novas oportunidades para as áreas rurais»; teste interativo do aluno «As novas oportunidades para as áreas rurais»; teste interativo do professor «As áreas rurais em mudança» e links

Avaliação	Trabalho individual do aluno
• Participação na aula e no trabalho de campo. • Resultados dos testes interativos. • Resultados do Avaliar e do Preparar o Exame. • Resultados da 1.^a prova-modelo de exame.	• Ficha de trabalho 3 • Caderno de Atividades: fichas 14 a 17 • Avaliar (Manual pág. 74) • Preparar o Exame (Manual pág. 75)

Observações

Tema III: Os espaços organizados pela população

Unidade 2: As áreas urbanas: dinâmicas internas (Manual: págs. 76-127)

19 × 90 min

2.1 – A organização das áreas urbanas

6 × 90 min

Termos e conceitos		Conteúdos
• Acessibilidade • Área funcional • CBD/Baixa • Centro urbano/cidade • Diferenciação funcional • Diferenciação social • Espaço intraurbano • Espaço urbano • Especulação fundiária	• Fator de localização industrial • Função urbana • Padrão de localização • População urbana • Renda locativa • Segregação funcional • Segregação social • Solo expectante	• Evolução da organização interna da cidade. • A distribuição espacial das diferentes áreas funcionais e caracterização das funções urbanas dominantes em cada uma delas. • O papel dos transportes urbanos na desigual valorização do solo urbano. • O CBD e as novas centralidades e áreas terciárias. • A localização das novas formas de comércio e de serviços. • A localização da maioria das indústrias e seus fatores. • Segregação funcional e social das áreas residenciais e principais fatores de localização das diferentes áreas residenciais e classes que as habitam.

Objetivos e competências

- Diferenciar espaço rural de espaço urbano.
- Refletir sobre a dificuldade em definir cidade e centro urbano.
- Relacionar a diferenciação do espaço urbano com os transportes urbanos.
- Caracterizar as áreas funcionais do espaço urbano.
- Relacionar a localização das diferentes funções urbanas com o valor do solo.
- Explicar o papel das atividades terciárias na organização do espaço urbano.
- Explicar a interdependência locativa das diferentes funções.
- Explicar a diferenciação social das áreas residenciais.
- Relacionar as principais funções das diferentes áreas urbanas com as características da população.

Situações de aprendizagem

- Revisão de pré-requisitos.
- Exploração do Manual e dos recursos da Aula Digital.
- Trabalho de grupo: «Áreas funcionais do centro urbano onde se localiza a nossa escola».

Recursos e materiais

- Manual: págs. 78 a 95
- Caderno de Atividades: fichas 18, 19 e 20
- CAP: págs 41 e 82
- Aula Digital: PowerPoint «A organização das áreas urbanas»; animação «Áreas funcionais»; teste interativo do aluno «A organização das áreas urbanas» e links

Avaliação

- Participação nas aulas.
- Resultados das fichas 18, 19 e 20.
- Resultado do teste interativo.

Trabalho individual do aluno

- Ficha de trabalho 4
- Caderno de Atividades: fichas 18, 19 e 20
- Teste interativo do aluno

Observações

Tema III: Os espaços organizados pela população

Unidade 2: As áreas urbanas: dinâmicas internas (Manual: págs. 76-127)

19 × 90 min

2.2 – A expansão das áreas urbanas

7 × 90 min

Termos e conceitos		Conteúdos
• Acessibilidade • Área metropolitana • Área periurbana • Área suburbana • Descentralização • Desconcentração • Expansão urbana • Migração pendular	• Ordenamento territorial • Padrão de localização • PER • Periurbanização • Planeamento territorial • Polo de atração • Rurbanização • Suburbanização • Terciarização	• Processos de expansão dos centros urbanos e de formação das áreas metropolitanas. • Evolução dos processos de periurbanização/rurbanização. • Dinamismo demográfico e funcional das áreas centrais da cidade e crescimento espacial das áreas periféricas. • Impactes territoriais resultantes da substituição progressiva do uso do solo agrícola por usos industriais e urbanos. • Impactes sociais da penetração progressiva em áreas rurais do modo de vida urbano. • Formação das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. • Dinamismo demográfico e económico das áreas metropolitanas e seus pontos fracos e fortes. • Áreas geográficas de maior implantação industrial e tipologias industriais. • Consequências da desigualdade na localização industrial e estratégias que facilitam a descentralização.

Objetivos e competências

- Relacionar o crescimento das áreas suburbanas e periurbanas com o dinamismo dos centros urbanos.
- Problematizar os impactes territoriais da substituição do solo agrícola por usos urbanos e industriais.
- Referir as heterogeneidades funcionais e sociais das áreas urbanas periféricas.
- Explicar o processo de formação das áreas metropolitanas.
- Identificar os principais efeitos polarizadores das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.
- Explicar o papel da indústria no desenvolvimento das áreas onde se implanta.

Situações de aprendizagem

- Revisão de pré-requisitos.
- Exploração do Manual e dos recursos da Aula Digital.
- Trabalho de campo: «Repórter local 2».

Recursos e materiais

- Manual: págs. 96 a 109
- Caderno de Atividades: fichas 21 a 25
- CAP: pág. 42
- Aula digital: PowerPoint «A expansão urbana»; animação «Expansão urbana»; infografia «Expansão Urbana»; teste interativo do aluno «Expansão urbana» e links

Avaliação

- Participação nas aulas.
- Participação e resultado do trabalho de campo.
- Resultados das fichas 21, 22, 23, 24 e 25.
- Resultados do teste interativo do aluno.

Trabalho individual do aluno

- Caderno de Atividades: fichas 20 a 25
- Teste interativo do aluno

Observações

Tema III: Os espaços organizados pela população

Unidade 2: As áreas urbanas: dinâmicas internas (Manual: págs. 76-127)

19 × 90 min

2.3 – Problemas urbanos

6 × 90 min

Termos e conceitos	Conteúdos
• Ordenamento territorial • PDM • PER • Planeamento territorial • POLIS • PP • PRAUD • PU • Reabilitação urbana • Renda locativa • Renovação urbana • Requalificação urbana	• Importância do planeamento na prevenção e resolução dos problemas urbanísticos e ambientais das grandes aglomerações urbanas. • Dificuldade de ajustar o crescimento das aglomerações urbanas às infraestruturas urbanas e às necessidades da população. • Efeitos ambientais das elevadas concentrações populacionais. • Problemas sociais urbanos (desemprego, pobreza, etc.). • Instrumentos de planeamento – PDM, os PP e os PU –, e de programas específicos, tais como o POLIS, PRAUD, PER. • Medidas de revitalização e a requalificação dos centros ou de outras áreas das cidades, através de intervenções de reabilitação ou de renovação urbanísticas. • Medidas de humanização dos espaços de vivência.

Objetivos e competências

- Equacionar e debater os principais problemas urbanos.
- Distinguir os processos de revitalização urbana: requalificação, reabilitação e renovação, associando-os aos diversos instrumentos e programas de apoio.
- Discutir medidas de recuperação da qualidade de vida urbana propostas e/ou adotadas pelos órgãos de decisão.
- Desenvolver métodos de trabalho e de análise dos problemas urbanos e das possíveis formas de os resolver.

Situações de aprendizagem

- Revisão de pré-requisitos.
- Exploração do Manual e dos recursos da Aula Digital.
- Debate: «Problemas urbanos».
- Estudo de Caso II: «As áreas urbanas: dinâmicas internas».

Recursos e materiais

- Manual: págs. 110 a 127 e págs. 244 e 245
- Caderno de Atividades: fichas 26 e 27
- CAP: págs. 53 e 83
- Aula digital: PowerPoint «Problemas urbanos»; animação «Problemas urbanos»; vídeo-debate «Bairros de habitação precária»; teste interativo do aluno «Problemas urbanos»; teste interativo do professor «As áreas urbanas: dinâmicas internas» e links

Avaliação

- Participação nas aulas, no debate e no estudo de caso.
- Resultados das fichas 26 e 27.
- Resultados dos testes interativos.
- Resultados do 2.º teste de avaliação

Trabalho individual do aluno

- Ficha de trabalho 5
- Caderno de Atividades: fichas 26 e 27
- Teste interativo do aluno

Observações

Tema III: Os espaços organizados pela população

Unidade 3: A rede urbana e as novas relações cidade/campo (Manual: págs. 128-157)

12 × 90 min

3.1 – Características da rede urbana

5 × 90 min

Termos e conceitos

- Aglomeração urbana
- Área de influência
- Centralidade
- Deseconomia de aglomeração
- Economia de aglomeração
- Lugar central
- Macrocefalia/bicefalia
- Monocêntrica
- Policêntrica
- Rede urbana

Conteúdos

- As aglomerações urbanas no território.
- A hierarquia dos lugares na rede.
- Problemas decorrentes dos desequilíbrios da rede urbana.
- Vantagens e limitações da dispersão ou da concentração do povoamento.
- A rede urbana portuguesa no contexto europeu.

Objetivos e competências

- Analisar a distribuição espacial dos centros urbanos em Portugal.
- Caracterizar a rede urbana portuguesa.
- Comparar a rede urbana portuguesa com redes urbanas de países europeus.

Situações de aprendizagem

- Revisão de pré-requisitos.
- Exploração do Manual e dos recursos da Aula Digital.
- Trabalho de grupo: «Rede urbana da nossa região».
- Trabalho de campo: «Repórter local 3».

Recursos e materiais

- Manual: págs. 130 a 139
- Caderno de Atividades: fichas 28, 29 e 30
- CAP: págs. 43, 44 e 84
- Aula Digital: PowerPoint «As características da rede urbana»; animação «Rede urbana portuguesa»; teste interativo do aluno «Características da rede urbana» e links

Avaliação

- Participação nas aulas, no trabalho de grupo e na atividade «Repórter local 3».
- Resultados dos trabalhos de grupo e de campo.
- Resultados das fichas 28, 29 e 30.
- Resultados do teste interativo.

Trabalho individual do aluno

- Ficha de trabalho 6
- Caderno de Atividades: fichas 28, 29 e 30
- Teste interativo do aluno

Observações

Tema III: Os espaços organizados pela população

Unidade 3: A rede urbana e as novas relações cidade/campo (Manual: págs. 128-157)

12 × 90 min

3.2 – A reorganização da rede urbana

5 × 90 min

Termos e conceitos	Conteúdos
• Coesão territorial • Complementaridade • Cooperação interurbana • PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Diretores Municipais) • Rede urbana	• O papel das cidades médias no desenvolvimento equilibrado do território nacional. • O atenuar do crescimento das grandes aglomerações e dos desequilíbrios da rede urbana – papel das cidades médias. • Formas de combater diversos tipos de desequilíbrios territoriais, nomeadamente a polarização em torno de Lisboa e Porto, ou a tendência para a urbanização em faixa. • Processos de cooperação e complementaridade entre as cidades. • Posição das cidades portuguesas nas redes ibérica e europeia e medidas que lhes conferem maior visibilidade internacional, sem acentuar as disparidades da rede urbana nacional.

Objetivos e competências

- Discutir medidas conducentes ao equilíbrio da rede urbana.
- Equacionar o papel das cidades médias na reorganização da rede urbana.
- Problematicar o papel dos transportes e da criação de infraestruturas e equipamentos no desenvolvimento das cidades médias.
- Refletir sobre as vantagens e as limitações da concentração e da dispersão do povoamento.
- Discutir formas de complementaridade e de cooperação entre as cidades.
- Discutir a posição hierárquica das cidades portuguesas nas redes urbanas ibérica e europeia.
- Equacionar medidas que visem aumentar a visibilidade internacional das cidades portuguesas.

Situações de aprendizagem

- Revisão de pré-requisitos.
- Exploração do Manual e dos recursos da Aula Digital.
- Debate: «Papel das cidades de média dimensão na correção das assimetrias regionais».
- Estudo de Caso III: «A rede urbana e as novas relações cidade/campo».

Recursos e materiais

- Manual: págs. 140 a 149 e págs. 246 e 247
- Caderno de Atividades: fichas 31, 32 e 33
- CAP: págs. 44 e 85
- Aula Digital: PowerPoint «A reorganização da rede urbana»; vídeo-debate «A importância das cidades médias»; teste interativo do aluno «A reorganização da rede urbana» e links

Avaliação

- Participação nas aulas e no estudo de caso.
- Resultados das fichas 31 a 33.
- Resultados dos testes interativos.

Trabalho individual do aluno

- Ficha de trabalho 7
- Caderno de Atividades: fichas 31, 32 e 33
- Teste interativo do aluno

Observações

Tema III: Os espaços organizados pela população

Unidade 3: A rede urbana e as novas relações cidade/campo (Manual: págs. 128-157)

12 × 90 min

3.3 – Parcerias entre cidades e mundo rural

2 × 90 min

Termos e conceitos

- Complementaridade
- Estratégias de cooperação institucional
- Parcerias urbano/rurais

Conteúdos

- Complementaridades funcionais.
- Estratégias de desenvolvimento territorial das áreas rurais, quer das mais afetadas pelo declínio da agricultura quer das sujeitas a novas formas de pressão devido à urbanização.
- Parcerias de integração funcional em aspetos como as redes de transporte e de comunicação, entre outros.
- Estratégias de cooperação institucional com integração de instrumentos de ordenamento do território e organização de serviços em rede.

Objetivos e competências

- Identificar parcerias entre cidades e o mundo rural.
- Equacionar as consequências das parcerias entre cidades e o mundo rural.
- Apontar estratégias de desenvolvimento territorial das áreas rurais e de cooperação institucional.

Situações de aprendizagem

- Revisão de pré-requisitos.
- Exploração do Manual e dos recursos da Aula Digital.

Recursos e materiais

- Manual: págs. 150 a 157.
- Caderno de Atividades: ficha 34
- Aula Digital: PowerPoint «Parcerias entre as cidades e o mundo rural»; animação «Parcerias cidade/campo»; teste interativo do aluno «Parcerias entre as cidades e o mundo rural»; teste interativo do professor «A rede urbana e as novas relações cidade-campo» e links

Avaliação

- Participação nas aulas.
- Resultados da ficha 34.
- Resultados dos testes interativos.

Trabalho individual do aluno

- Caderno de Atividades: ficha 34.
- Teste interativo do aluno.

Observações

Termos e conceitos		Conteúdos
• Barreira • Ciberespaço • Distância-custo • Distância relativa • Distância-tempo • Especialização • Interface/Plataforma multimodal • Isócrona • Isótima • Logística • Meio de Transporte • Modo de transporte	• PCT (Política Comum de Transportes) • PET (Plano Estratégico de Transportes) • PRODAC (Programa Operacional de Desenvolvimento das Acessibilidades) • RTE (Rede Transeuropeia de Energia) • RTT (Rede Transeuropeia de Transportes) • <i>Transshipment</i> • Transporte multimodal	• A competitividade dos diferentes modos de transporte. • Complementaridade entre os modos de transporte. • A distribuição espacial das redes de transporte. • Rede transeuropeia de transportes.

Objetivos e competências

- Relacionar o desenvolvimento dos transportes e comunicações com a dinamização das atividades económicas.
- Compreender a competitividade entre os diferentes modos de transporte.
- Explicar a importância da complementaridade entre os diversos modos de transporte.
- Reconhecer o papel do transporte intermodal e da logística no tráfego de mercadorias e de passageiros.
- Conhecer a distribuição espacial das redes de transporte nacionais.
- Identificar aspetos a melhorar nas redes nacionais de transporte e na sua ligação às redes transeuropeias.

Situações de aprendizagem

- Revisão de pré-requisitos.
- Exploração do Manual e dos recursos da Aula Digital.
- Debate: «A alta velocidade»

Recursos e materiais

- Manual: págs. 162 a 183
- Caderno de Atividades: fichas 35 a 42
- CAP: págs. 45, 86, 87 e 88
- Aula Digital: PowerPoints «A competitividade dos diferentes meios de transporte», «A distribuição espacial das redes de transporte» e «A inserção nas redes transeuropeias»; animação «Competitividade dos modos de transporte», «Redes de transporte nacionais» e «Inserção de Portugal nas redes transeuropeias»; Infografia «Diversidade e desigualdade espacial das redes»; vídeo-pesquisa «Beja: um aeroporto vazio»; teste interativo do aluno «A competitividade dos diferentes modos de transporte», «A distribuição espacial das redes de transporte» e «A inserção nas redes transeuropeias»; teste interativo do professor «A diversidade dos modos de transporte e a desigualdade espacial das redes» e links

Avaliação

- Participação na aula.
- Resultados do teste interativo.

Trabalho individual do aluno

- Fichas de trabalho 8, 9 e 10
- Caderno de Atividades: fichas 35 a 42

Observações

Termos e conceitos	Conteúdos
• Comércio • Globalização • Mobilidade • PNPR (Plano Nacional de Prevenção Rodoviária)	• A multiplicidade dos espaços de vivência. • Problemas na utilização dos transportes. • O ambiente e a saúde. • Reflexos das TIC na qualidade de vida.

Objetivos e competências

- Reconhecer os efeitos dos transportes e das telecomunicações na qualidade de vida da população e na organização do território.
- Equacionar os problemas decorrentes da utilização dos transportes e das telecomunicações.
- Manusear e interpretar mapas e outras representações gráficas.
- Utilizar as TIC como meios de pesquisa e de aprendizagem.

Situações de aprendizagem	Recursos e materiais
• Revisão de pré-requisitos. • Exploração do Manual e dos recursos da Aula Digital. • Estudo de Caso IV: «A população: como se movimenta e comunica».	• Manual: págs. 194 a 203 e págs. 248 e 249 • Caderno de Atividades: fichas 44 a 46 • Aula Digital: PowerPoint «A multiplicidade dos espaços de vivência» e «Os problemas de segurança, de saúde e ambientais»; animação «Mobilidade global» e «Problemas na utilização dos transportes e das TIC»; vídeos-debate «Globalização do comércio» e «Ciberataques»; infografia «Transportes e comunicações»; teste interativo do aluno «A multiplicidade dos espaços de vivência» e «Os problemas de segurança, de saúde e ambientais»; teste interativo do professor «Os transportes e as comunicações e a qualidade de vida da população» e links

Avaliação	Trabalho individual do aluno
• Participação na aula e no trabalho de campo. • Resultados do Estudo de Caso e dos testes interativos. • Resultados da 1.^a prova-modelo de exame.	• Caderno de Atividades: fichas 44 a 46 • Avaliar (Manual pág. 206) • Preparar o Exame (Manual pág. 207)

Observações

Termos e conceitos	Conteúdos
• Acervo Comunitário • Conselho Europeu • IAP (Instrumento de Apoio à Pré-Adesão) • PECO (Países da Europa Central e Oriental) • PHARE (Assistência à Reestruturação das Economias da Polónia e da Hungria) • QCA (Quadro Comunitário de Apoio) • Tratado de Amesterdão • Tratado de Lisboa	• A preparação do alargamento a Leste. • Apoios comunitários à adesão de novos estados. • Alargamento: desafios e oportunidades para Portugal.

Objetivos e competências
• Identificar e localizar os países que aderiram à UE em 2004, 2007 e 2013. • Conhecer os principais momentos de preparação para a adesão. • Reconhecer a importância dos critérios de adesão definidos pelo Conselho Europeu de Copenhaga. • Explicar o papel dos principais instrumentos de apoio à adesão. • Compreender a necessidade da adaptação das instituições comunitárias face ao alargamento. • Refletir sobre os desafios e oportunidades que o alargamento da UE coloca a Portugal. • Utilizar e interpretar mapas e outras representações gráficas. • Usar as TIC como instrumento de pesquisa e de trabalho. • Mobilizar conhecimentos anteriores.

Situações de aprendizagem	Recursos e materiais
• Revisão de pré-requisitos. • Exploração do Manual e dos recursos da Aula Digital. • Debate: «Croácia entra na UE». • Debate: «Portugal – 25 anos na UE»	• Manual: págs. 212 a 219 • Caderno de Atividades: ficha 47 • CAP: págs. 47, 48 e 90 • Aula Digital: PowerPoint «Os desafios para Portugal do alargamento da União Europeia» e «A valorização ambiental em Portugal e a Política Ambiental Comunitária»; infografia «Alargamento da União Europeia»; vídeo-pesquisa «Croácia na União Europeia»; linha do tempo «Construção da UE»; teste interativo do aluno e do professor «Os desafios para Portugal do alargamento da União Europeia» e links

Avaliação	Trabalho individual do aluno
• Participação na aula e no debate. • Resultados da 1.ª prova-modelo de exame.	• Ficha de trabalho 12 • Caderno de Atividades: ficha 47

Observações

Exemplos de planos de aula

Proposta n.º 1



45 min.



45 min.

Escola _____

Ano _____ Turma _____ Aula N.º _____ Data ____ / ____ / ____

Tema III: Os espaços organizados pela população: áreas rurais e urbanas

Unidade 1: As áreas rurais em mudança

Subunidade: As fragilidades dos sistemas agrários e dos espaços rurais

Conceitos/Conteúdos

- Representatividade das explorações agrícolas na superfície das regiões.
- Importância do emprego agrícola no total do emprego das regiões.
- Regiões agrárias.
- Características físicas e humanas das regiões agrárias.

Sumário

- A importância da agricultura, em Portugal.
- As regiões agrárias, características físicas e humanas.

Descritores de desempenho

- Identificar as regiões com maior e menor representatividade das explorações agrícolas na superfície concelhia e com maior e menor peso do emprego agrícola no emprego total, sugerindo explicações para as diferenças encontradas.
- Caracterizar as diversas regiões agrárias no que respeita aos principais elementos naturais e humanos, sugerindo de que modo é que influenciam a agricultura.

Situações de aprendizagem/atividades

- Exploração do esquema da pág. 12 do Manual.
- Realização dos exercícios das págs. 13 a 15 do Manual.
- Sistematização das principais conclusões.
- Realização do trabalho de grupo «Caracterização das regiões agrárias».

Recursos e materiais

- Manual: págs. 12 a 15
- Caderno de Atividades: ficha 1
- CAP: pág. 39

TPC

- Caderno de atividades: ficha 1.

Avaliação

- Participação na aula
- Trabalho de grupo (processo e resultados)
- TPC

Observações



Escola _____

Ano _____ Turma _____ Aula N.º _____ Data ____ / ____ / ____

Tema III: Os espaços organizados pela população

Unidade 1: As áreas urbanas: dinâmicas internas

Subunidade: As áreas terciárias

Conceitos/Conteúdos	Sumário
• Área funcional • CBD/Baixa • Centro/centralidade • Diferenciação funcional • Especulação fundiária • Função urbana • Renda locativa	• O CBD, as funções nele presentes e sua organização espacial. • As novas centralidades e as novas áreas terciárias. • A revitalização do centro da cidade.

Descritores de desempenho
• Caracterizar o CBD, quanto às funções que nele se desenvolvem. • Explicar a diferenciação espacial/funcional que caracteriza o centro das cidades. • Relacionar a dinâmica interna do centro da cidade com a evolução da renda locativa, a especulação fundiária e o congestionamento do espaço e da circulação viária. • Explicar o aparecimento de novas centralidades e de novas áreas terciárias. • Associar o aparecimento dessas novas áreas à perda de competitividade do centro e consequente dinâmica de revitalização, com surgimento de novas funções, em substituição das antigas.

Situações de aprendizagem/atividades	Recursos e materiais
• Exploração das págs. 84 a 89 do Manual. • Utilizar o <i>Google Earth</i> para visualização da imagem de satélite do centro da cidade mais próxima da escola. Ativar «locais» para identificar as funções presentes e verificar a forma como se distribuem e organizam no espaço. • Sistematização das principais conclusões. • Lançamento do trabalho de grupo «As áreas funcionais da nossa cidade».	• Manual: págs. 84 a 89 • Caderno de Atividades: ficha 19 • Guião do trabalho de grupo (CAP: pág. 41) • Aula Digital: Animação «Áreas funcionais»

TPC	Avaliação
• Realização da ficha 19 do Caderno de Atividades • Realização do trabalho de grupo.	• Participação na aula • TPC • Trabalho de grupo (processo e resultados)

Observações



Escola _____

Ano _____ Turma _____ Aula N.º _____ Data ____ / ____ / ____

Tema V: A integração de Portugal na UE: novos desafios, novas oportunidades

Unidade 1: Os desafios do alargamento da UE

Subunidade: Alargamento e apoios comunitários à adesão

Conceitos/Conteúdos	Sumário
• Acervo comunitário • Conselho Europeu • Critérios de adesão à UE • IAP • PHARE	• As diferentes fases de alargamento da UE. • Critérios de adesão à UE. • A preparação para o alargamento e os principais apoios comunitários.

Descritores de desempenho
• Identificar e localizar os países que aderiram à UE em 2004, 2007 e 2013. • Reconhecer a importância dos critérios de adesão definidos pelo Conselho Europeu de Copenhaga. • Explicar o papel dos principais instrumentos de apoio à adesão. • Compreender a necessidade da adaptação das instituições comunitárias face ao alargamento.

Situações de aprendizagem/atividades	Recursos e materiais
• Realização dos exercícios da pág. 213 do Manual • Exploração dos Docs. das págs. 214 a 217 do Manual • Exploração do PowerPoint «Os desafios para Portugal do alargamento da União Europeia» • Sistematização das principais conclusões	• Manual: págs. 213 a 217 • Caderno de Atividades: ficha 48 • Aula Digital: PowerPoint «Os desafios para Portugal do alargamento da União Europeia».

TPC	Avaliação
• Realização da ficha 47 do Caderno de Atividades.	• Participação na aula • TPC

Observações
Sugerir aos alunos: • a consulta do <i>site</i> oficial da Comissão Europeia para obtenção de informações mais atualizadas.

GRUPO I

1. Observe as imagens da Figs. 1 e 2.



Fig. 1



Fig. 2

1.1 Caracterize a agricultura moderna e a agricultura tradicional, completando o quadro seguinte.

	Agricultura moderna	Agricultura tradicional
Destino da produção		
Mão de obra		
Tecnologia		
Fertilização dos solos		
Rendimento		
Proteção das culturas		
Foto		

2. Observe a Fig. 3, que representa os principais domínios climáticos em Portugal Continental.

2.1 Localize uma região:

- mais vulnerável a secas.
- menos vulnerável a secas.
- onde é frequente a ocorrência de geadas.
- onde são maiores as limitações no uso do espaço agrícola e na utilização de máquinas agrícolas.

2.2 Justifique as suas escolhas para a questão anterior.

2.3 Mencione, o(s) período(s) do ano em que, em Portugal:

- são maiores as disponibilidades hídricas.
- são maiores as necessidades de consumo de água.

2.4 Refira a principal característica do clima português, que explica a conclusão a que chegou na resposta anterior.

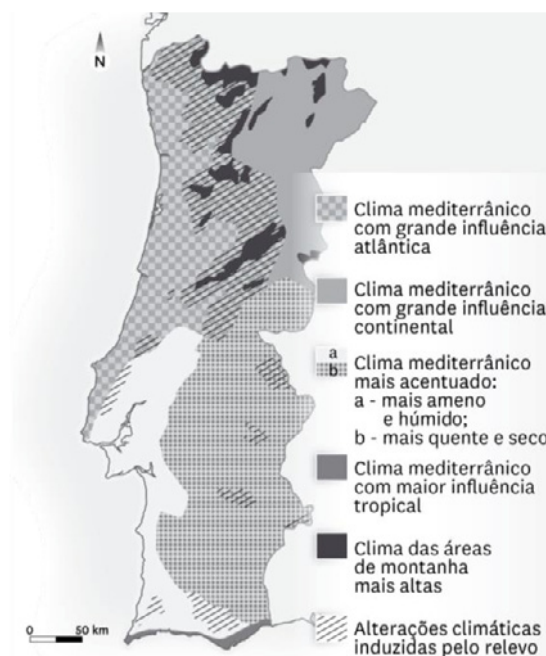


Fig. 3

GRUPO II

1. Leia, atentamente, o Doc. 1.

Doc. 1

Processo de urbanização inédito

Cerca de 300 milhões de chineses deverão radicar-se nas cidades até 2030, num processo de urbanização sem precedentes na História e suscetível de abrir novas oportunidades de cooperação entre a China e a União Europeia (UE). Este ano, pela primeira vez, a agenda da Cimeira China–UE inclui um fórum e uma exposição sobre aquele tema, com centenas de participantes, aprofundando o acordo de «Parceria sobre Urbanização» assinado em maio de 2012 pela Comissão Europeia e o governo chinês. **Ao contrário da China, um país que há apenas dois anos era maioritariamente rural, na UE, três quartos da população já vive nas zonas urbanas.** O ritmo de urbanização na China tem vindo, contudo, a acelerar e, na última década, a população urbana cresceu, em média, vinte milhões ao ano. Descrita como «a maior migração na história da Humanidade», o processo de urbanização em curso na China é considerado também «a principal área de cooperação entre aquele país e a União Europeia, com incidência em diferentes domínios, dos transportes à gestão de resíduos. Um dos «principais resultados» da cimeira será a adoção de «um plano estratégico de ação» até 2020, centrado no «desenvolvimento sustentado» e no «crescimento verde», adiantou o embaixador da UE em Pequim.

Adaptado de: *Lusa*, 19/11/2013.

1.1 Justifique a frase destacada, distinguindo os processos de urbanização nas duas regiões focadas.

1.2 Refira três problemas das cidades de grande dimensão, decorrentes da excessiva concentração de população e atividades.

1.3 Indique uma vantagem da adoção de «um plano estratégico de ação» em torno do processo de urbanização na China.

2. Identifique o conceito que corresponde a cada definição, no quadro seguinte:

Conceito	Definição
A. Êxodo rural	1. Área onde se individualizam determinadas funções urbanas.
B. Aglomeração urbana	2. Percentagem da população total a viver em áreas urbanas.
C. Funções urbanas	3. Relação entre a população absoluta e a superfície do território.
D. Taxa de urbanização	4. Área que compreende a cidade e as áreas suburbanas que a envolvem.
E. Áreas suburbanas	5. Saída da população das áreas rurais para as áreas urbanas.
F. CBD	6. Funções desempenhadas pelos centros urbanos.
G. Densidade populacional	7. Área central de negócios.
H. Área funcional	8. A ocupação do solo é predominantemente agrícola e a população ocupa-se, sobretudo, da agricultura.
I. Espaço rural	9. Periferias das cidades que são ocupadas por habitação e atividades urbanas.

GRUPO III

1. Considere a afirmação seguinte:

Os transportes são essenciais para o crescimento económico e social das regiões.

1.1 Comente a afirmação, tendo em conta os dois aspetos referidos.

2. Selecione a única opção correta para cada afirmação.

2.1 A rede de transportes de uma área representa

- a. o conjunto de estradas, vias-férreas, rios navegáveis, canais, oleodutos e gasodutos que se interligam e formam uma malha mais ou menos densa.
- b. o número de meios de transporte rodoviários, ferroviários, fluviais, marítimos e aéreos existentes numa determinada região.
- c. a densidade de estradas, vias-férreas e rios navegáveis que permitem a mobilidade dos habitantes de uma determinada região.
- d. o conjunto de todos os meios de transporte disponíveis numa determinada área, que facilita as deslocações da população.

2.2 A distância-custo corresponde

- a. à distância existente entre dois lugares, medida em quilómetros ou metros e que varia em função do modo de transporte.
- b. ao custo do transporte para percorrer uma dada distância, utilizando um determinado meio de transporte.
- c. ao tempo necessário para percorrer uma certa distância, utilizando um determinado meio de transporte.
- d. ao custo do combustível necessário para percorrer uma certa distância, utilizando um determinado meio de transporte.

2.3 O transporte marítimo é um meio

- a. a evitar, no transporte de pessoas, por ser muito poluente, embora barato.
- b. a evitar, nas mercadorias perecíveis, por se tornar lento e muito dispendioso.
- c. a privilegiar, nas mercadorias pesadas e volumosas, por compensar, nas curtas distâncias.
- d. a privilegiar, nas mercadorias pesadas e volumosas, devido à elevada capacidade de carga.

2.4 O transporte ferroviário tem como principais vantagens

- a. a sua grande capacidade de carga e itinerários flexíveis.
- b. a sua grande capacidade de carga e ser pouco poluente.
- c. o facto de ser pouco poluente, embora dispendioso.
- d. os itinerários fixos e o facto de ser mais seguro.

2.5 O transporte rodoviário tem como principais desvantagens

- a. a poluição atmosférica e a elevada sinistralidade.
- b. o transporte porta a porta e a reduzida capacidade de carga.
- c. a insegurança das estradas e o facto de ser muito dispendioso.
- d. a flexibilidade dos itinerários e os congestionamentos do trânsito.

GRUPO IV

1. A Fig. 4 representa a União Europeia em 2014.

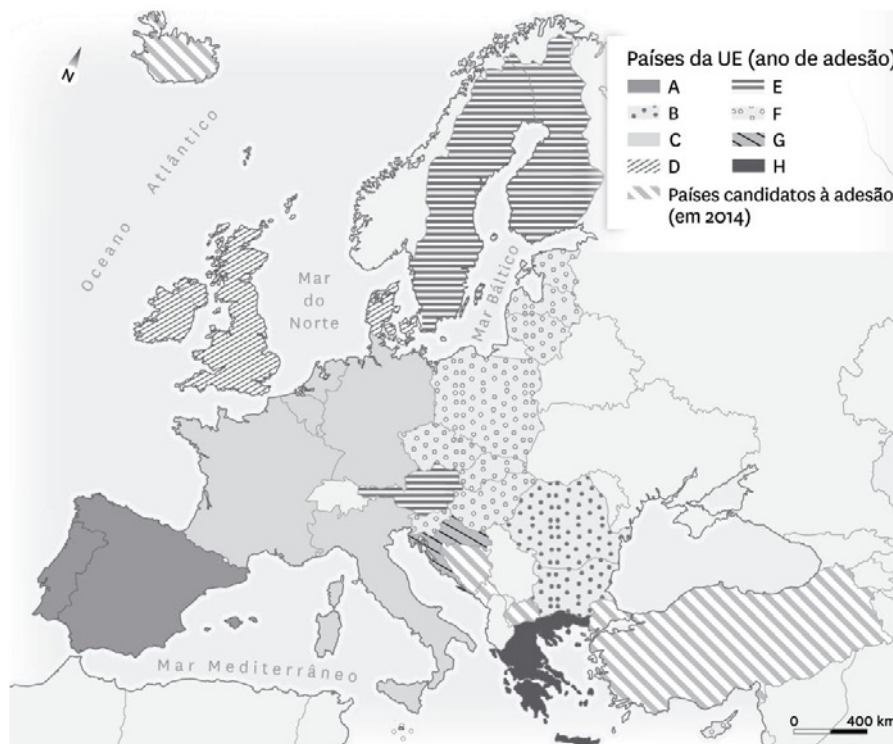


Fig. 4

1.1 Seleccione, de entre as afirmações sobre a União Europeia, aquelas que são falsas.

- Na legenda do mapa da Fig. 4, as letras têm a seguinte correspondência: A – 1986, B – 2007, C – 1957, D – 1973, E – 1995, F – 2004, G – 2013 e H – 1981.
- A União Europeia foi fundada em 1957, com a assinatura do Tratado de Marselha.
- A União Europeia começou por designar-se EFTA e, mais tarde, CEE.
- A Bélgica, a Holanda, o Luxemburgo, a França, a Itália e a RDA formaram a *Europa dos Seis*.
- Portugal integrou a União Europeia ao mesmo tempo que a Espanha, em 1981.
- A República Checa aderiu à União Europeia num ano em que mais países a integraram.
- A Áustria aderiu à União Europeia em 1973, com o Reino Unido e a Irlanda.
- Em 1 de julho de 2013, a Eslovénia entrou na União Europeia.
- Em 2014, os países candidatos à adesão eram: Macedónia, Islândia, Montenegro, Sérvia e Turquia.
- A moeda única encontra-se adotada em todos os países membros da União Europeia.
- A existência de uma moeda única facilita as transações entre os países, embora aumente os custos cambiais.
- Entre os países do Espaço Schengen não existem fronteiras internas.

1.2 Corrija as afirmações falsas.

2. Considere a afirmação:

Para Portugal, a integração na União Europeia foi um fator de desenvolvimento, contribuindo para a melhoria das condições de vida dos portugueses.

2.1 Mencione dois benefícios que Portugal retirou da sua adesão, que comprovem a afirmação anterior.

Critérios de correção do teste de avaliação de diagnóstico

QUESTÕES

Pontuação

GRUPO I				66
1.1		Agricultura moderna	Agricultura tradicional	14 (7 × 2)
	Destino da produção	Mercado	Autoconsumo	
	Mão de obra	Reduzida e com formação	Abundante e sem formação	
	Tecnologia	Moderna	Rudimentar	
	Fertilização dos solos	Química	Orgânica	
	Rendimento	Elevado	Reduzido	
	Proteção das culturas	Utilização de produtos fitofármacos	Inexistente	
	Foto	Fig. 1	Fig. 2	
2.1	a. Interior do Alentejo ou o Algarve b. Norte litoral c. Norte interior d. Áreas montanhosas.			12 (4 × 3)
2.2	O interior do Alentejo e o Algarve são as regiões com precipitação mais fraca e maior número de meses secos. Em oposição, o norte litoral é a região com mais precipitação e menos meses secos, pelo que é menos vulnerável a secas. No norte interior, registam-se as temperaturas médias mais baixas no inverno, associadas a precipitação relativamente fraca, pelo que é mais frequente a ocorrência de geada. Nas áreas de montanha, o relevo acidentado dificulta a organização do espaço agrícola e a utilização de máquinas agrícolas.			20 (4 × 5)
2.3	a. No outono e inverno. b. No verão.			10
2.4	A irregularidade na distribuição anual da precipitação.			10
GRUPO II				57
1.1	O processo de urbanização dos países da UE iniciou-se a seguir à revolução industrial e deu-se lentamente. Pelo contrário, alguns países só mais recentemente têm vindo a urbanizar-se, como é o caso da China, mas o processo de urbanização dá-se de uma forma muito rápida.			15
1.2	Produção excessiva de resíduos, congestionamentos de trânsito, poluição atmosférica, situações de pobreza, bairros de habitação precária, desemprego, criminalidade, ou outros pertinentes.			12 (3 × 4)
1.3	O plano de ação permitirá prevenir os problemas urbanos e melhorar a qualidade de vida nas cidades.			12
2.	1.H; 2. D; 3. G; 4. B; 5. A; 6. C; 7. F; 8. I; 9. E			18 (9 × 2)
GRUPO III				60
1.1	Os transportes são essenciais para as atividades económicas porque permitem as transações comerciais e a deslocação dos bens entre regiões. Embora não produzam bens, acrescentam-lhes valor, contribuindo para o crescimento económico. Em termos sociais o setor dos transportes gera empregos e permite a mobilidade da população e o acesso à educação, saúde, trabalho, lazer e bens de consumo. Os transportes contribuem para reduzir as distâncias entre as áreas mais favorecidas e as menos desfavorecidas, reduzindo as assimetrias regionais.			15
2.	2.1 A; 2.2 B; 2.3 D; 2.4 B; 2.5 A			15 (5 × 3)
GRUPO IV				47
1.1	B, C, E, G, H, J e K			14 (7 × 2)
1.2	B – A União Europeia foi fundada em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma. C – A União Europeia começou por designar-se CEE. E – Portugal integrou a União Europeia ao mesmo tempo que a Espanha, em 1986. G – A Áustria aderiu à União Europeia em 1995, com a Suécia e a Finlândia. H – Em 1 de julho de 2013, a Croácia entrou na União Europeia. J – A moeda única não foi adotada por todos os países da UE. K – A existência de uma moeda única facilita as transações entre os países e diminui os custos cambiais.			21 (7 × 3)
2.1	Portugal recebeu e continua a receber ajudas financeiras que permitiram a modernização das infraestruturas e a formação profissional, participa em programas de apoio em várias áreas, a harmonização das normas de qualidade permitiu aumentar a segurança dos consumidores, etc.			12

Total 200

Propostas de atividades práticas

Tema III: Os espaços organizados pela população: áreas rurais e urbanas

A áreas rurais em mudança

Caracterização das regiões agrárias (trabalho de grupo)

Objetivos

- Caracterizar cada uma das regiões agrárias.
- Desenvolver capacidades de sistematização da informação.

Concretização

1. Organização de nove grupos de trabalho (cada grupo trabalhará sobre uma região agrária).
2. Caracterização de cada uma das regiões agrárias a partir das informações disponíveis nas páginas 14 e seguintes do Manual, relativamente a aspetos como as características climáticas, relevo, solos, paisagens agrárias, ocupação cultural dominante da SAU, número e dimensão média das explorações, nível de especialização das explorações agrícolas e principais OTE, etc.
3. Elaboração de conclusões acerca das relações existentes entre as diferentes características identificadas.
4. Organização da informação num quadro de síntese a ser distribuído a toda a turma.

Debate: Há cada vez mais jovens na agricultura

Objetivos

- Debater o interesse crescente dos jovens pela agricultura, em Portugal.
- Identificar fatores que estão na base desta tendência.
- Equacionar as consequências demográficas, económicas e sociais desta tendência.
- Promover o desenvolvimento de capacidades de moderação e argumentação.

Sugestão

Este debate deve acontecer após a conclusão do Estudo de Caso I, podendo anteceder as apresentações dos trabalhos realizados nesse âmbito.

Como os alunos já trabalharam sobre o tema, o debate tornar-se-á mais participado e profundo.

Concretização

1. Visualização do vídeo da Aula Digital «Jovens agricultores», como motivação para o debate.
2. Seleção de dois alunos para moderar o debate (com base num guião com questões orientadoras, ou a partir das questões-chave levantadas no Estudo de Caso I).
3. Síntese das principais conclusões do debate (redação a cargo de dois alunos).

Exemplos de questões orientadoras

- A agricultura constitui uma oportunidade ou uma fuga à crise?
- Que razões explicam o crescente interesse dos jovens pela agricultura?
- Os apoios existentes, ao nível da PAC e do Programa de Desenvolvimento Rural, são suficientemente estimulantes para os jovens?
- Que vantagens existem, para a agricultura portuguesa, da presença de mais jovens no setor?
- Que oportunidades para o desenvolvimento rural?

Repórter local 1 (trabalho de grupo)

Objetivos

- Caracterizar a realidade local relativamente à produção, oferta e consumo de produtos de agricultura biológica.
- Sensibilizar a comunidade para as vantagens da agricultura biológica.
- Utilizar as TIC na representação gráfica da informação.

Sugestão

Subdividir as tarefas pelos diferentes grupos constituídos

Concretização

1. Elaboração de um folheto informativo sobre as vantagens da agricultura biológica.
2. Levantamento e caracterização das explorações agrícolas com produção biológica nas áreas rurais mais próximas da escola e realização de entrevistas aos responsáveis (o levantamento pode ser feito com base nas *páginas amarelas*).
3. Recolha de informação em supermercados, hipermercados e mercados locais sobre a venda de produtos de agricultura biológica, de acordo com um guião previamente elaborado (listagem dos produtos, registo do local/região de produção e respetivos preços, comparação com os preços de produtos similares da agricultura convencional).
4. Realização e aplicação de um inquérito sobre o conhecimento do que são produtos biológicos e as razões que levam os consumidores locais a consumirem/não consumirem produtos biológicos.
5. Distribuição do folheto informativo no local onde forem aplicados os questionários.
6. Organização e representação gráfica da informação recolhida.
7. Análise da informação e elaboração de uma síntese conclusiva.
8. Apresentação à turma e divulgação na escola, da forma escolhida pelo grupo.

Exemplos de elementos a contemplar nas entrevistas aos produtores de agricultura biológica

- Características sociais e demográficas do produtor (idade, sexo, formação académica e complementar).
- Características da exploração (início da atividade, forma de exploração, área total da exploração, principais culturas e respetiva área de ocupação, n.º de pessoas envolvidas nos trabalhos da exploração, máquinas e equipamentos, etc.).
- Características da produção (totais produzidos, evolução e destinos da produção, etc.).
- Técnicas utilizadas e respetivas vantagens.

Exemplos de elementos a contemplar no questionário

(selecionar adultos de várias idades e de ambos os sexos)

- Características sociais e demográficas dos inquiridos (idade, sexo, profissão, n.º de anos de escolaridade).
- Local onde são adquiridos habitualmente os produtos alimentares e elementos que mais influenciam a seleção desses produtos (contemplar hipóteses como o preço, o tamanho, o aspeto, a qualidade, etc.).
- Identificação do grau de preocupação com as questões ambientais e razões que o justificam.
- Identificação do grau de conhecimento do que é a agricultura biológica e das suas vantagens (saúde, ambiente).
- Tipo de produtos biológicos que adquire habitualmente, local, frequência e razões apontadas para a sua aquisição.

Áreas funcionais do centro urbano onde se localiza a nossa escola

(trabalho de grupo)

Objetivos

- Caracterizar as funções principais do centro urbano onde se localiza a escola.
- Identificar as diferentes áreas funcionais.
- Desenvolver técnicas de expressão gráfica e cartográfica.
- Utilizar a internet como meio de pesquisa e recolha de dados.

Sugestão

Em centros urbanos de maior dimensão, poderá optar-se pela seleção e delimitação de uma área de estudo.

Concretização

1. Identificação das áreas funcionais existentes no centro urbano, recorrendo ao *Google Maps*.
2. Divisão das áreas identificadas, pelos diferentes grupos constituídos.
3. Caracterização das funções principais dominantes, quanto ao tipo de atividades, localização preferencial, fatores de localização e outros (*Google Maps*).
4. Representação cartográfica da localização de cada um das funções, com recurso a uma base de mapa da área estudada e a uma legenda.
5. Análise da informação e elaboração de uma síntese conclusiva.
6. Apresentação à turma e divulgação na escola, da forma escolhida pelo grupo.

Exemplo de caracterização das áreas terciárias

- Enumeração das funções terciárias existentes e das predominantes a partir da identificação do tipo de atividades representadas para a área em estudo no *Google Maps* (por ex., bancos, seguros, hotéis, restaurantes, bibliotecas, museus, escolas, hospitais, restaurantes, centros comerciais, supermercados, comércio grossista, atividades de lazer).
- Quantificação e caracterização das funções existentes, dividindo-as em funções raras e banais.
- Identificação dos fatores mais prováveis que explicam a localização das funções terciárias dominantes (centralidade, acessibilidade, renda locativa).

Exemplo de caracterização de uma área industrial

- Enumeração dos ramos industriais existentes e dos predominantes a partir da identificação do tipo de indústrias representadas no *Google Maps* para a área em estudo.
- Quantificação e classificação dos ramos industriais existentes, recorrendo à classificação de atividades industriais do INE.
- Identificação dos fatores mais prováveis de localização para cada um dos ramos dominantes (acessibilidade, renda locativa, disponibilidade de espaço, proximidade do mercado, mão de obra, matérias-primas)

Repórter local 2 (trabalho de grupo)

Objetivos

- Avaliar o crescimento demográfico e espacial do centro urbano em que se insere a escola.
- Caracterizar as condições de vida urbanas desse centro, identificando aspetos que necessitam de ser melhorados.
- Equacionar medidas que poderão ou já estão a ser tomadas com vista à resolução dos problemas encontrados.
- Selecionar, sistematizar e interpretar dados estatísticos.
- Utilizar técnicas de expressão gráfica e cartográfica.

Sugestão

Subdividir as tarefas pelos diferentes grupos constituídos

Concretização

1. Identificação da variação da população e da densidade populacional das freguesias do centro urbano entre 2001 e 2011, com representação cartográfica (INE e *site* da câmara municipal).
2. Levantamento, com registo fotográfico ou vídeo, dos arruamentos, dos edifícios, equipamentos públicos, espaços verdes, espaços residenciais, que permita caracterizar as condições de vida urbana do centro em que se insere a escola (com identificação de situações problemáticas).
3. Pesquisa de dados sobre os níveis de desemprego e situações de exclusão social (INE, *site* da câmara municipal ou outros).
4. Identificação de ações urbanísticas ou outras de possível intervenção nos locais mais problemáticos, encontradas nos instrumentos de planeamento local ou sugeridas pelo grupo (*site* da câmara municipal).
5. Organização e representação gráfica da informação recolhida.
6. Análise da informação e elaboração de uma síntese conclusiva.
7. Apresentação à turma e divulgação na escola, da forma escolhida pelo grupo.

Debate: Problemas urbanos

Objetivos

- Refletir sobre os principais problemas que afetam o espaço urbano.
- Identificar fatores explicativos desses problemas.
- Participar, através da procura e da apresentação de soluções fundamentadas, na resolução de problemas espaciais.
- Promover o desenvolvimento de capacidades de moderação e argumentação.

Sugestão

Este debate deve acontecer após a conclusão do trabalho sobre as condições de vida urbana, «Repórter Local 2».

Concretização

1. Visualização do vídeo da Aula Digital «Bairros de habitação precária», como motivação para o debate.
2. Seleção de dois alunos para moderar o debate (com base num guião com questões orientadoras).
3. Síntese das principais conclusões do debate (redação a cargo de dois alunos).

Exemplos de questões orientadoras

- Quais são os principais problemas que afetam a qualidade de vida urbana?
- Que razões estão na base desses problemas?
- Como podem resolver-se?
- Qual o papel do planeamento na prevenção e resolução dos problemas urbanos?

A rede urbana da nossa região (trabalho de grupo)

Objetivos

- Caracterizar a rede urbana regional.
- Refletir sobre o papel dos centros urbanos na organização do território.
- Compreender a estruturação do território nacional em diferentes escalas de análise.
- Selecionar, sistematizar e interpretar dados estatísticos.
- Utilizar técnicas de expressão gráfica e cartográfica.

Sugestão

Selecionar a escala de análise (NUTS II ou III) mais indicada, em função da existência de mais ou menos centros urbanos na região em que se insere a escola.

Concretização

1. Recolha, no *site* do INE, de informação sobre a população dos principais centros urbanos da região, em dois períodos distintos.
2. Elaboração de um gráfico com o escalonamento urbano regional nos dois períodos escolhidos (tomar como exemplo os gráficos da página 127 do Manual) utilizando uma cor para cada ano.
3. Elaboração de um esboço do mapa com a distribuição dos centros urbanos, utilizando as bases existentes no Caderno de Atividades.
4. Representação, no mapa, da variação da população nos dois períodos, com uma gradação de cores.
5. Análise da sua evolução e identificação dos centros urbanos regionais mais e menos atrativos, procurando justificações para as conclusões.
6. Comparação das características da rede urbana regional com a nacional.
7. Elaboração de uma síntese conclusiva.
8. Apresentação à turma e divulgação na escola, da forma escolhida pelo grupo.

Repórter local 3 (trabalho de turma)

Objetivos

- Conhecer a área de influência do centro urbano onde se localiza a escola.
- Selecionar, sistematizar e interpretar informação.
- Utilizar técnicas de expressão gráfica e cartográfica.

Concretização

1. Realização de um inquérito que permita conhecer a área de influência do centro urbano.
2. Seleção da amostra para o inquérito, global e para cada grupo (selecionar várias idades e ambos os sexos) e distribuição dos locais de inquirição.
3. Tratamento das respostas relativas à amostra atribuída a cada grupo.
4. Junção dos resultados de cada grupo, a serem analisados e trabalhados por cada um.
5. Sistematização da informação recolhida e representação cartográfica dos fluxos numa base concelhia, de acordo com a distância percorrida e a frequência das deslocações (utilizar fluxos proporcionais, em função da frequência).
6. Análise do mapa e elaboração de uma síntese conclusiva.
7. Divulgação na escola, da forma escolhida pelo grupo.

Sugestão

Tendo em conta a metodologia proposta, no caso de haver mais do que uma turma, existem vantagens em elaborar um único questionário, permitindo obter uma amostra mais representativa.

Exemplos de elementos a contemplar no questionário

- Características sociais e demográficas dos inquiridos (idade, sexo, profissão).
- Identificação do local de residência/proveniência (contemplar as hipóteses mais prováveis).
- Identificação do número de vezes que se desloca ao centro urbano (contemplar hipóteses como todos os dias, duas vezes por semana, uma vez por mês, etc.).
- Identificação das razões da deslocação (contemplar hipóteses como estudo, trabalho, consultas médicas, exames médicos, ida ao hospital, banco, companhia de seguros, organismo público, compras, passeio, etc.).

Debate: Papel das cidades de média dimensão na correção das assimetrias regionais

Objetivos

- Refletir sobre os problemas do despovoamento de algumas áreas rurais.
- Identificar fatores explicativos desses problemas.
- Explicar o papel dos centros de média dimensão no atenuar dos desequilíbrios existentes.
- Promover o desenvolvimento de capacidades de moderação e argumentação.

Concretização

1. Visualização do vídeo da Aula Digital «A importância das cidades médias» como motivação para o debate.
2. Seleção de dois alunos para moderar o debate (com base num guião com questões orientadoras).
3. Síntese das principais conclusões do debate (redação a cargo de dois alunos).

Exemplos de questões orientadoras

- O que leva ao despovoamento de algumas áreas rurais?
- Poderá a melhoria das acessibilidades contribuir para reduzir esse problema? Porquê?
- Que significado assume a complementaridade entre os centros urbanos e as áreas rurais? Qual o contributo que os centros urbanos poderão ter no desenvolvimento das áreas rurais?
- Quais as vantagens das cidades médias face às grandes cidades?
- Como se pode reforçar o papel das cidades médias?
- Qual o papel do ordenamento do território na redução dos problemas da rede urbana?

Debate: A Alta Velocidade avança

Objetivos

- Debater a importância do projeto de Alta Velocidade para Portugal.
- Identificar fatores que estão na base dos avanços e recuos do projeto.
- Refletir sobre a importância do projeto para o transporte de passageiros.
- Refletir sobre a importância do projeto para a concretização dos objetivos da Política Europeia de Transportes.

Concretização

1. Exploração do link da Aula Digital «Alta Velocidade», como motivação para o debate.
2. Seleção de dois alunos para moderar o debate (com base num guião com questões orientadoras, ou a partir de questões-chave levantadas pelo professor).
3. Síntese das principais conclusões do debate (redação a cargo de dois alunos).

Exemplos de questões orientadoras

- Qual a importância do projeto de alta velocidade para Portugal? E para a UE?
- Que razões explicam o investimento apenas no transporte de mercadorias?
- Qual a importância dos apoios comunitários neste tipo de projetos?
- Quais as vantagens existentes para Portugal/UE do investimento na Alta Velocidade para o transporte de passageiros?
- Que implicações tem este projeto para os objetivos da Política Europeia de Transportes?

As TIC: vantagens/desvantagens (trabalho de grupo)

Objetivos

- Recolher informação sobre o papel das TIC na sociedade atual e na comunidade onde a escola está inserida.
- Enumerar vantagens/desvantagens da utilização das TIC.
- Sensibilizar a comunidade para as vantagens/desvantagens da utilização das TIC.
- Desenvolver capacidades de sistematização da informação.
- Utilizar a internet como meio de pesquisa e recolha de dados.
- Utilizar as TIC na representação gráfica da informação.

Concretização

- Organização de grupos de trabalho.
- Recolha de informação sobre o papel das TIC na sociedade atual e na comunidade onde a escola está inserida.
- Listagem de vantagens/desvantagens da utilização das TIC.
- Organização da informação num quadro de síntese.
- Elaboração de pequenos folhetos informativos ou cartazes para distribuir ou afixar na escola.

Repórter local 4 (trabalho de grupo)

Objetivos

- Caracterizar o grau de proficiência/utilização das TIC por parte dos vários elementos da comunidade escolar.
- Elaborar um inquérito.
- Selecionar, sistematizar e interpretar dados estatísticos.
- Utilizar as TIC na representação gráfica da informação.

Concretização

1. Elaboração de um inquérito para averiguar o grau de proficiência/utilização das TIC por parte dos vários elementos da comunidade escolar.
2. Realização e aplicação do inquérito à comunidade escolar.
3. Tratamento estatístico dos dados recolhidos.
4. Organização e representação gráfica da informação recolhida.
5. Análise da informação e elaboração de uma síntese conclusiva.
6. Divulgação dos resultados à turma e divulgação na escola, utilizando as TIC.

Exemplos de elementos a contemplar no inquérito (selecionar professores, funcionários e alunos de vários anos escolares e de ambos os sexos)

- Posse de equipamento informático (PC, Portátil, *iPad*, *smartphone*, etc.)
- Ligação à internet.
- Utilização das TIC (regularidade e objetivo).
- Utilização das TIC em sala de aula/casa.

Debate: Croácia entra na União Europeia

Objetivos

- Identificar os principais desafios dos sucessivos alargamentos da UE.
- Debater os desafios para Portugal e para a UE dos alargamentos a Leste.
- Identificar as principais oportunidades decorrentes dos alargamentos a Leste.
- Refletir sobre os critérios de adesão à UE e sobre a importância de uma Europa cada vez mais alargada.

Concretização

1. Visualização do vídeo da Aula Digital «Croácia entra na União Europeia», como motivação para o debate.
2. Seleção de dois alunos para moderar o debate (com base num guião com questões orientadoras, ou a partir de questões-chave levantadas pelo professor).
3. Síntese das principais conclusões do debate (redação a cargo de dois alunos)

Exemplos de questões orientadoras

- Quais os critérios para aderir à UE?
- Quais os desafios para a UE e para Portugal dos sucessivos alargamentos?
- Que vantagens poderão trazer os alargamentos?
- Que futuro para a Europa?

Debate: Portugal – 25 anos na UE

Objetivos

- Realizar um balanço dos 25 anos de Portugal na UE.
- Identificar os aspetos positivos/negativos da nossa permanência na UE.
- Refletir sobre as vantagens/desvantagens dos apoios comunitários.
- Refletir sobre os investimentos que foram realizados (infraestruturas) e sobre as perspetivas de futuro.

Concretização

1. Visualização do vídeo da Aula Digital «Portugal: 25 anos na UE: Portugal já recebeu 80,9 mil milhões em apoios de Bruxelas», como motivação para o debate.
2. Seleção de dois alunos para moderar o debate (com base num guião com questões orientadoras, ou a partir de questões-chave levantadas pelo professor).
3. Síntese das principais conclusões do debate (redação a cargo de dois alunos).

Exemplos de questões orientadoras

- Quais as vantagens da adesão de Portugal à UE?
- Que investimentos foram feitos com os apoios comunitários?
- O que falhou?
- Que futuro para Portugal e para a UE?

A União Europeia: novos desafios, novas oportunidades (trabalho de grupo)

Objetivos

- Conhecer dados relativos a todos os atuais Estados-membros da UE.
- Selecionar, sistematizar e interpretar dados estatísticos.
- Utilizar as TIC na representação gráfica da informação.

Concretização

1. Recolha de dados sobre aspetos ambientais relacionados com os domínios prioritários da Política Ambiental Comunitária;
2. Recolha de dados sobre aspetos económicos, sociais e condições de vida dos cidadãos europeus.
3. Organização dos dados recolhidos e sua representação em mapas.
4. Análise dos mapas elaborados e sistematização das conclusões.
5. Divulgação dos resultados à turma, utilizando as TIC.

Exemplos de elementos a contemplar na recolha de dados

- População absoluta
- PIB *per capita*
- Taxa de desemprego
- Investimento em Políticas relacionadas com o Ambiente.
- Emissão de gases poluentes

1.º Teste de Avaliação

GRUPO I

1. A Fig. 1 representa a estrutura setorial do VAB e do emprego nas áreas rurais, em Portugal.

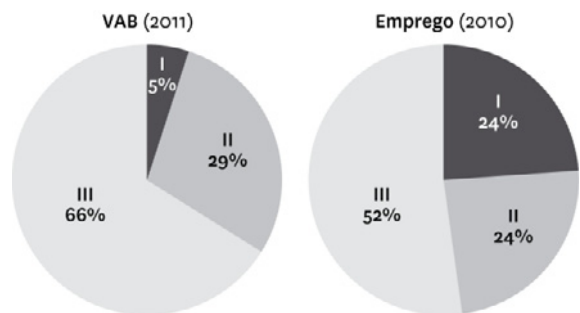
1.1 **Descreva** o peso do setor primário nas áreas rurais, quanto ao VAB e ao emprego.

1.2 **Refira** uma região em que:

- a. a importância do VAB do setor primário poderá ser superior aos valores médios representados.
- b. a importância do emprego no setor primário é superior aos valores médios representados.

1.3 **Mencione** duas razões para a escolha que fez em a.

1.4 **Comente** a importância socioeconómica da agricultura nas regiões que identificou.



PDR do Continente 2014-2020 – Diagnóstico, GPP, 2013.

Fig. 1

2. O desenvolvimento da agricultura é influenciado por numerosos fatores, naturais e humanos.

2.1 **Explique** de que modo é que o relevo poderá condicionar a agricultura.

2.2 **Refira** a influência das medidas das políticas agrícolas nesta atividade.

3. **Identifique** o conceito que corresponde a cada definição, no quadro seguinte:

Conceito	Definição
A. Espaço agrícola	1. Área ocupada com culturas.
B. SAU	2. Área utilizada para a produção vegetal e/ou animal.
C. Campos fechados	3. Conjunto de plantas cultivadas, forma como se associam e técnicas utilizadas no seu cultivo.
D. Morfologia agrária	4. Culturas de ciclo vegetativo anual ou que são ressemeadas com intervalos inferiores a cinco anos.
E. Sistemas de cultura	5. As que ocupam as terras durante um longo período de tempo.
F. Culturas de sequeiro	6. Área ocupada para a produção vegetal e/ou animal, pastagens e florestas, habitações dos agricultores e infraestruturas e equipamentos associados à atividade agrícola.
G. Culturas temporárias	7. Apresentam forma irregular e estão separados por vedações.
H. Culturas permanentes	8. Culturas que têm pouca necessidade de água e que, por isso, não são regadas.
I. Espaço agrário	9. Aspeto dos campos no que respeita à sua forma e dimensão.

GRUPO II

1. Observe, atentamente a Fig. 2.

1.1 Atribua um título ao mapa.

1.2 Faça a legenda da figura, indicando a designação de cada uma das regiões representadas.

1.3 Complete o quadro seguinte, distinguindo cada uma das regiões relativamente aos aspetos indicados.

	Beira Litoral	Alentejo
Ocupação cultural dominante da SAU		
Dimensão física média das explorações		
Dimensão económica média das explorações		
Nível de especialização das explorações		
Principal OTE		



Fig. 2

2. A Fig. 3 representa a evolução da dimensão média das explorações agrícolas nas regiões agrárias de Portugal Continental.

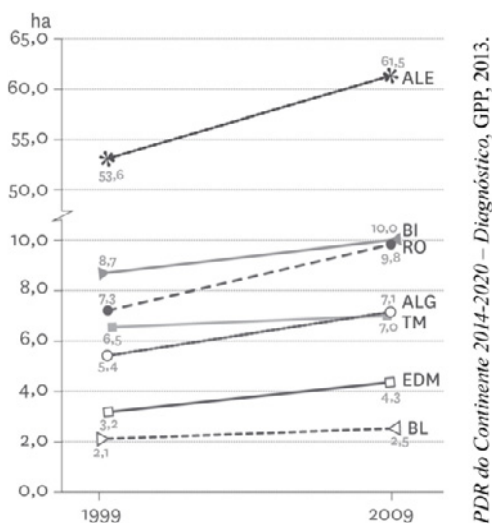


Fig. 3

2.1 Identifique as duas regiões agrárias do Continente em que a dimensão média das explorações:

- mais aumentou;
- menos aumentou;
- é mais reduzida;
- é mais elevada.

2.2 Indique dois efeitos da reduzida dimensão das explorações no desenvolvimento da atividade agrícola.

GRUPO III

1. **Observe**, na Fig. 4, a estrutura etária dos produtores agrícolas portugueses, em 2009.

1.1 **Caracterize** a estrutura etária dos produtores agrícolas em Portugal.

1.2 **Mencione** as principais diferenças regionais.

1.3 **Qualifique** os níveis de instrução e formação profissional dos produtores agrícolas.

1.4 **Refira** duas consequências para a agricultura nacional decorrentes das características dos produtores agrícolas.

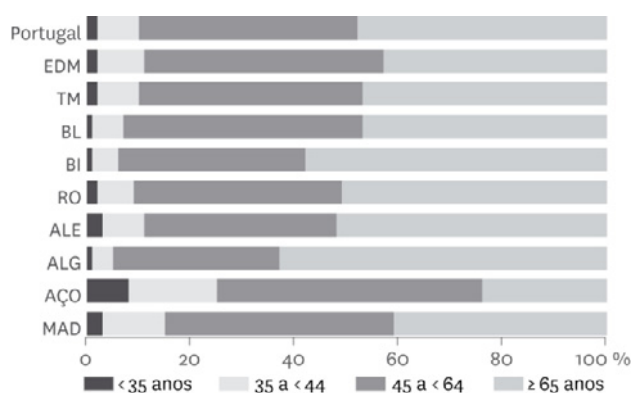


Fig. 4

Recenseamento Agrícola 2009, INE, 2011.

2. A Fig. 5 apresenta a distribuição da superfície irrigável por classe de dimensão física das explorações agrícolas, nas regiões agrárias do Continente.

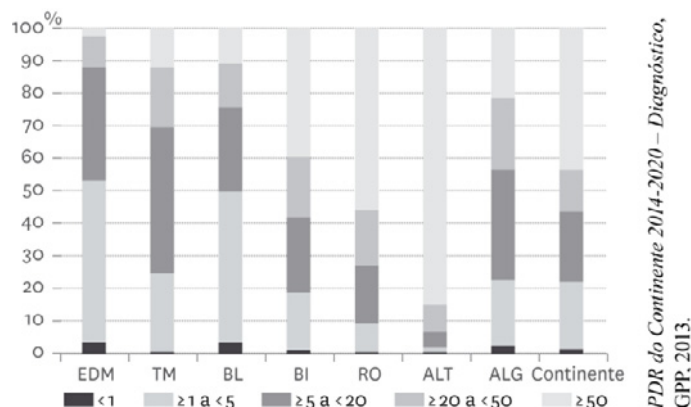


Fig. 5

PDR do Continente 2014-2020 – Diagnóstico, GPP, 2013.

2.1 **Caracterize** as explorações agrícolas que, no Continente, dispõem de maior superfície irrigável.

2.2 **Identifique** as duas regiões cuja superfície irrigável se distribui maioritariamente por explorações de menor dimensão.

2.3 **Refira** uma razão que justifique as duas regiões que identificou.

2.4 **Explique** a importância do armazenamento de água para regadio, tendo em conta as características climáticas do nosso país.

Critérios de correção do 1.º teste de avaliação

QUESTÕES

Pontuação

GRUPO I			65	
1.1	O VAB do setor primário correspondeu apenas a 5% do total, no entanto, o emprego neste setor era de 24%, portanto, bastante superior.		8	
1.2	a. Alentejo. b. Alto Trás-os-Montes, Douro ou Pinhal Interior Sul.		8 (4 × 2)	
1.3	O Alentejo é a região agrária que ocupa a área mais vasta da SAU, que detém explorações com maior dimensão física e económica e das que mais contribui para o valor de produção total agrícola nacional. É uma região pouco urbanizada o que explica que a proporção do VAB do setor primário possa ser maior, nesta região.		10 (2 × 5)	
1.4	A agricultura tem uma grande importância socioeconómica nestas duas regiões, pois gera riqueza e cria emprego que permite complementar os rendimentos provenientes de outras atividades e, simultaneamente, contribui para fixar a população nas áreas rurais.		10	
2.1	O relevo poderá condicionar a agricultura pela altitude, pois as temperaturas são mais baixas, o que condiciona as espécies que se podem produzir, e pelo declive pois, onde este é mais acentuado, a erosão é mais acentuada pelo que os solos são mais pobres. Além disso, o declive acentuado dificulta as tarefas agrícolas e limita o tipo de tecnologia a utilizar.		10	
2.2	As medidas das políticas agrícolas, nacionais e comunitárias, regulamentam e influenciam as práticas agrícolas e, através dos apoios financeiros, influenciam as opções de produção dos agricultores, contribuem para a modernização das explorações, para aumentar a formação dos agricultores e estimulam o desenvolvimento da agricultura.		10	
3.	A – 2; B – 1; C – 7; D – 9; E – 3; F – 8; G – 4; H – 5; I – 6.		9	
GRUPO II			51	
1.1	Regiões agrárias de Portugal Continental.		5	
1.2	1 – Entre Douro e Minho; 2 – Trás-os-Montes; 3 – Beira Litoral; 4 – Beira Interior; 5 – Ribatejo e Oeste; 6 – Alentejo; 7 – Algarve.		7	
1.3		Beira Litoral	Alentejo	15 (10 × 1,5)
	Ocupação cultural dominante da SAU	Culturas temporárias	Pastagens permanentes	
	Dimensão física média das explorações	Reduzida dimensão física	Grande dimensão física	
	Dimensão económica média das explorações	Muito pequena e pequena dimensão económica	Média e grande dimensão económica	
	Nível de especialização das explorações	Baixo	Elevado	
	Principal OTE	Culturas arvenses	Olival	
2.1	a. Alentejo e Ribatejo e Oeste; b. Beira Litoral e Trás-os-Montes; c. Beira Litoral e Entre Douro e Minho; d. Alentejo e Beira Interior.		12 (8 × 1,5)	
2.2	A reduzida dimensão das explorações condiciona o desenvolvimento da agricultura pois limita a possibilidade de mecanização e de modernização dos sistemas de produção e contribui para diminuir os níveis de rendimento e produtividade.		12 (2 × 6)	
GRUPO III			84	
1.1	É uma estrutura etária envelhecida.		8	
1.2	No Algarve e na Beira Interior a estrutura etária é mais envelhecida e nos Açores e na Madeira é mais jovem.		8 (4 × 2)	
1.3	Os níveis de instrução e qualificação profissional são baixos.		12	
1.4	O envelhecimento e as baixas qualificações condicionam o desenvolvimento da agricultura pois limitam a adesão a inovações e ao uso de novas tecnologias, condicionam o acesso à informação decorrente das políticas agrícolas, limitam a capacidade de investir, etc.		15	
2.1	São maioritariamente explorações de grande dimensão (≥ 20 ha).		8	
2.2	Entre Douro e Minho e Beira Litoral.		8 (2 × 4)	
2.3	O predomínio de explorações de pequena dimensão nestas duas regiões agrárias.		10	
2.4	O regime termopluviométrico que caracteriza o nosso clima, com concentração das chuvas num período relativamente curto do ano e temperaturas elevadas na época seca, não favorece a produção e implica a necessidade de rega das culturas. O armazenamento de água para regadio permite a regularização inter e intra-anual da disponibilidade de água para as culturas e, deste modo, diminuir a vulnerabilidade dos sistemas de produção agrícola, por exemplo, quando ocorrem períodos de seca.		15	

Total 200

GRUPO I

1. Selecione, para cada afirmação de A, um de entre os conceitos elencados em B.

A	B
a. Tem em conta a influência da cidade sobre as áreas envolventes e as atividades a que a população se dedica.	A. CBD
b. Valoriza o número de habitantes e/ou a densidade populacional, definindo um limiar mínimo.	B. Critério demográfico
c. Percentagem de população urbana face à população total.	C. Critério funcional
d. Individualiza-se pela importância das funções que nele se concentram.	D. Estrutura policêntrica
e. Tendência para organização do espaço em áreas de grande homogeneidade interna e forte disparidade entre elas.	E. Fase centrífuga
f. Movimento de concentração de pessoas e atividades económicas nos centros urbanos.	F. Fase centrípeta
g. Instalação de funções urbanas em áreas rurais próximas, ocupando o espaço de forma descontínua e difusa.	G. Periurbanização
h. Movimento de desconcentração urbana em direção às áreas periféricas, alargando o espaço urbano envolvente.	H. Reabilitação urbana
i. Alteração funcional de edifícios ou espaços, com a redistribuição da população e das atividades económicas.	I. Renovação urbana
j. Demolição total ou parcial de edifícios e estruturas de uma área urbana, surgindo depois uma nova área, moderna e atrativa.	J. Requalificação urbana
	K. Segregação espacial
	L. Taxa de urbanização

2. Classifique, como verdadeira ou falsa, cada uma das afirmações seguintes.

- Nas últimas décadas, deu-se um crescimento da população em todos os centros urbanos de Portugal Continental, com exceção dos que se situam nas áreas envolventes de Lisboa e Porto.
- Demograficamente, o CBD caracteriza-se por numerosa população flutuante e um reduzido número de habitantes – essencialmente, idosos e jovens adultos bem sucedidos.
- As funções associadas ao CBD tendem a deslocar-se para outras áreas que, pela sua acessibilidade, se vão constituindo como novas centralidades.
- Os melhores locais da cidade são ocupados pelas classes altas, sendo normalmente áreas planeadas, com boa acessibilidade e boa envolvente ambiental.
- A suburbanização não tem impactes territoriais significativos e os efeitos sociais são compensados pela expansão da oferta de habitação, a preços inferiores.
- A expansão suburbana é difusa e não tem influência dos grandes eixos viários de acesso à cidade.
- Nas respetivas áreas metropolitanas, os concelhos de Lisboa e do Porto foram os que registaram um maior crescimento demográfico nas duas últimas décadas.
- Apesar dos fortes contrastes entre o litoral e o interior, a distribuição da indústria portuguesa apresenta um padrão desconcentrado, com presença em muitas áreas do interior.

GRUPO II

1. Observe a Fig. 1.

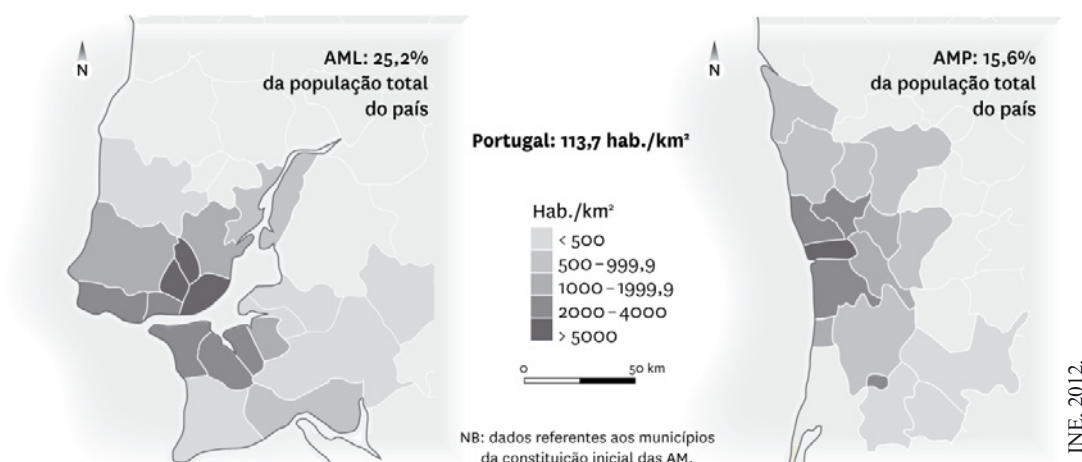


Fig. 1 Densidade populacional por concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (2011).

1.1 **Selecione** a única opção de resposta correta para as seguintes questões.

- a. Nas áreas metropolitanas, a densidade populacional é maior nos concelhos de
 - A. Lisboa, Porto, Cascais e Oeiras;
 - B. Lisboa, Porto, Amadora e Odivelas;
 - C. Lisboa, Porto, Almada e Odivelas;
 - D. Lisboa, Porto, Loures e Amadora.
- b. As duas áreas metropolitanas concentram cerca de
 - A. quase 41% dos residentes em Portugal;
 - B. dois terços da população do país;
 - C. cerca de metade da população do país;
 - D. quase 50% dos residentes em Portugal.
- c. Nas AM's de Lisboa e do Porto, o maior índice de envelhecimento regista-se nos concelhos
 - A. de Lisboa e da Póvoa de Varzim;
 - B. de Sintra e da Póvoa de Varzim;
 - C. do Porto e de Sintra;
 - D. de Lisboa e do Porto.
- d. Na AMP, o setor secundário é o mais importante no emprego, nos concelhos
 - A. mais próximos da cidade do Porto;
 - B. situados a norte, como Matosinhos;
 - C. periféricos, como Santo Tirso e Arouca;
 - D. do litoral, como Espinho e Porto.

2. **Considere** a afirmação seguinte.

O dinamismo demográfico e económico das duas áreas metropolitanas não se deve apenas à grande concentração populacional, mas também às características da sua população e ao dinamismo das atividades económicas, que fazem destas áreas os polos dinamizadores da economia nacional.

2.1 **Comente** a afirmação, referindo duas características da população que podem influenciar a economia e desenvolvendo a ideia de dinamismo empresarial.

2.2 **Justifique** a última ideia da afirmação.

GRUPO III

1. Leia, atentamente, o Doc. 1.

Doc. 1

Estratégia de reabilitação urbana

De acordo com o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, que entrou em vigor em dezembro de 2009, compete às Câmaras Municipais desenvolverem a estratégia de reabilitação assumindo-se esta «como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna.»

A Área de Reabilitação Urbana é «a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, podendo ser delimitada em instrumento próprio ou corresponder à área de intervenção de um plano de pormenor de reabilitação urbana.»

Uma nova estratégia para inverter o ciclo vicioso da degradação do edificado privado passa por tornar o investimento na reabilitação atrativo, o que exige um esforço conjugado entre Governo, Autarquia e promotores.

Adaptado de: *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024*, CML, 2011.

1.1 Distinga «reabilitação urbana» de «renovação urbana».

1.2 Indique dois problemas urbanísticos que justificam uma intervenção de reabilitação urbana.

1.3 Caracterize a população que, geralmente, habita os espaços urbanos a necessitar de reabilitação.

1.4 Comente o último parágrafo do documento, referindo o papel dos diferentes apoios a este tipo de intervenção e explicando a vantagem da iniciativa comunitária JESSICA.

Critérios de correção do 2.º teste de avaliação

QUESTÕES

Pontuação

GRUPO I		54
1.	a. Critério funcional; b. Critério demográfico; c. Taxa de urbanização; d. CBD; e. Segregação espacial; f. fase centrípeta; g. Periurbanização; h. Fase centrífuga; i. Requalificação urbana; j. Renovação urbana.	30 (10 × 3 pts.)
2.	a. F; b. V; c. V; d. V; e. F; f. F; g. F; h. V	24 (8 × 3 pts.)
GRUPO II		90
1.1	a. B; b. A; c. D, d. C	20 (4 × 5 pts.)
2.1	A resposta deve indicar a proporção de população do país que vive nas áreas urbanas, assim como a grande percentagem de trabalhadores, o que indica maior dinamismo das atividades económicas (6pts.). De seguida, deve caracterizar a população das áreas metropolitanas, referindo o menor envelhecimento demográfico em termos gerais (6pts.) e o maior nível de instrução e formação superior (6pts.), relacionando essas características com a maior capacidade de inovar e de arriscar ao nível económico (6pts.), que se traduzem num maior dinamismo empresarial, isto é na criação de novas empresas, na modernização das existentes e na aposta em dinâmicas organizativas e tecnologias que aumentam a produtividade (6pts.). Concluir que, de facto não só o número de habitantes e trabalhadores é maior, como também a sua capacidade de inovar e desenvolver a economia, devido à maior juventude e preparação da população (6pts.). Correção do ponto de vista da língua portuguesa (6pts.).	42
2.2	A resposta deve referir o facto de as duas áreas metropolitanas, sobretudo a de Lisboa, se destacarem do resto do país, no que respeita ao PIB, ao PIB <i>per capita</i> , à proporção de emprego, ao VAB e ao volume de negócios das empresas, que representam uma parte muito significativa, em alguns casos superior a metade, do total nacional (20pts.). Assim, as duas áreas metropolitanas detêm parte importante do tecido económico e produtivo, pelo que constituem polos dinamizadores da economia nacional (8pts.).	28
GRUPO III		56
1.1	A resposta deve referir que a reabilitação é uma intervenção num dado território urbano que implica a reconstrução e recuperação de edifícios e espaços como jardins e equipamentos públicos, sem alterar os seus usos e sem lugar a saída e substituição dos seus habitantes (5pts.), por contraponto com as operações de renovação urbana que implicam demolição e reconstrução de um dado território urbano, onde surge uma nova área com novos edifícios e espaços, com novas funções e habitantes de estratos sociais superiores aos antigos residentes (5pts.).	10 (2 × 5 pts.)
1.2	Indicar um dos seguintes problemas: degradação dos edifícios; degradação de espaços ou equipamentos públicos; problemas de pobreza e riscos de saúde e segurança da população.	8 (2 × 4 pts.)
1.3	Referir que, de modo geral, é uma população pobre, de idosos e famílias de fracos recursos, muitas vezes imigrantes ou de minorias étnicas.	5
1.4	A resposta deve partir da ideia de que é necessário tornar atrativo o investimento na renovação dos edifícios privados, de modo a que a degradação não atinja situações irreversíveis (4pts.). Para isso, existem programas que incentivam a reabilitação de edifícios e de espaços urbanos, como os programas RECRUA, RECRIPH, SOLARH e REHABITA, que concedem apoios sob a forma de empréstimos ou participações a fundo perdido (6pts.). Referir que as autarquias podem formar Sociedades de Reabilitação Urbana que dispõem de poderes especiais de intervenção em áreas delimitadas sujeitas a processos de reabilitação urbana (6pts.). Referir ainda a Lei do Orçamento de Estado de 2008 que oferece um regime extraordinário de apoios fiscais à reabilitação urbana (6pts.). Também desde 2008, a iniciativa Jessica (<i>Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas</i>) permite utilizar verbas de Fundos Estruturais, como o FEDER, para a criação de Fundos de Desenvolvimento Urbano, para apoiar projetos de reabilitação urbana (6pts.). Correção do ponto de vista da língua portuguesa (5pts.).	33

Total 200

GRUPO I

1. Observe as Figs. 1 e 2.

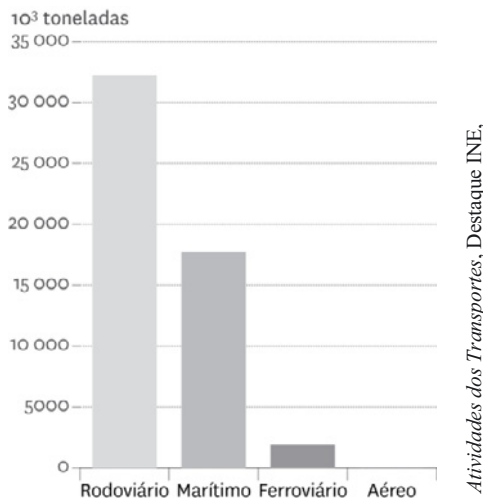


Fig. 1 Movimento de mercadorias por modo de transporte, 2013.

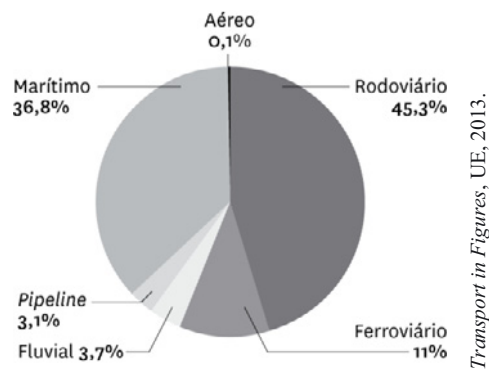


Fig. 2 Estrutura modal do tráfego de mercadorias UE-27, 2011.

1.1 **Descreva** a estrutura modal do tráfego de mercadorias, comparando Portugal com a União Europeia.

1.2 **Justifique** a liderança do modo rodoviário.

1.3 **Mencione** os principais problemas decorrentes da atual estrutura modal.

1.4 **Sugira** medidas que possam contribuir para um maior equilíbrio na repartição modal do tráfego de mercadorias.

1.5 **Explique** a importância dos transportes para a economia.

2. Considere o Doc. 1.

Doc. 1

Sines, *hub* portuário da Europa

O porto de Sines tem o potencial para se tornar num dos grandes *hubs* portuários da Europa. No espaço de oito anos, Sines tornou-se num caso de sucesso e, assim, um dos exemplos de que vale a pena apostar no mar. Na carga, passou de um milhão de TEU (representa a capacidade de carga de um contentor marítimo normal) e em 2013 já passou folgadoamente os dois milhões. **O que há a fazer é trabalhar para fazer daquele porto a «porta de entrada na Europa».** O investimento a fazer é a ligação ferroviária rápida à Europa. Outra prioridade para o setor reside na logística. Temos de desenvolver ferramentas eletrónicas que acompanhem a mercadoria da partida à chegada para depois ampliar a aplicação desse instrumento à cadeia logística de transportes.

Adaptado de: *Público*, fevereiro 2014.

2.1 **Apresente** vantagens da aposta no transporte marítimo de mercadorias.

2.2 **Relacione** esta aposta com a Política Europeia de Transportes.

2.3 **Justifique** a frase destacada no Doc. 1.

2.4 **Explique** o significado de logística, referindo a importância da aposta no transporte multimodal.

GRUPO II

1. Observe a Fig. 3.

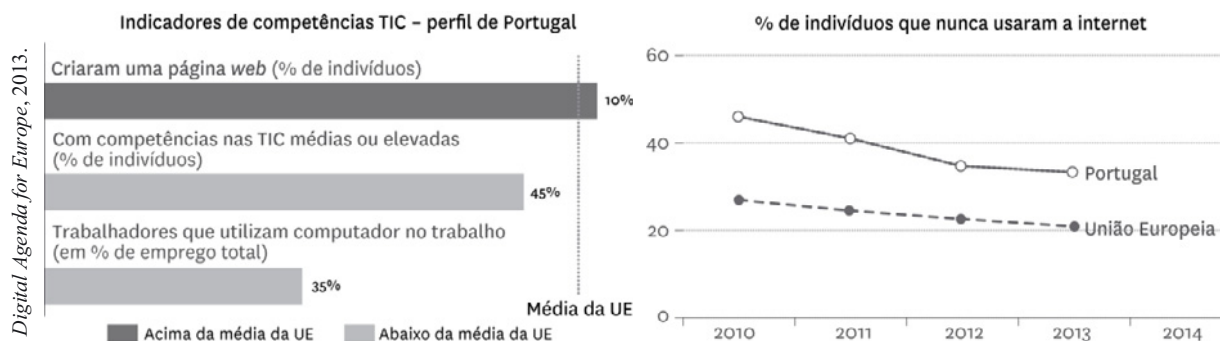


Fig. 3 Indicadores de competências TIC – perfil de Portugal.

1.1 Descreva o perfil de Portugal em relação às competências nas TIC.

1.2 Aponte os benefícios que as TIC poderão trazer à sociedade portuguesa.

1.3 Mencione o nome de dois programas nacionais e europeus nesta área.

2. Observe a Fig. 4 e a Tab. 1.

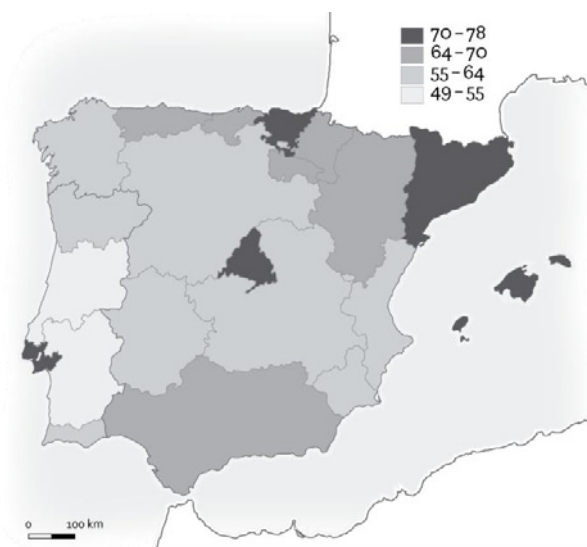


Fig. 4 Alojamentos com acesso à internet (%), na Península Ibérica 2012.

Tab 1. Despesa em I&D, 2011

UE-27	2,03 ^(e)	Portugal	1,49 ^(p)
Finlândia	3,78	Luxemburgo	1,43 ^{(e) (p)}
Suécia	3,37 ^{(e) (q) (p)}	Espanha	1,33
Dinamarca	3,09 ^{(e) (p)}	Itália	1,25 ^(p)
Alemanha	2,84 ^(e)	Hungria	1,21
Áustria	2,75 ^{(e) (p)}	Lituânia	0,92 ^(p)
Eslovénia	2,47 ^{(q) (p)}	Polónia	0,76
Estónia	2,38 ^(p)	Malta	0,72 ^(p)
França	2,24	Letónia	0,70 ^(p)
Bélgica	2,04 ^(p)	Eslováquia	0,68
Holanda	2,04 ^{(q) (p)}	Bulgária	0,57 ^(p)
R. Checa	1,85	Roménia	0,50
Reino Unido	1,75 ^(p)	Chipre	0,48 ^(p)
Irlanda	1,72 ^{(e) (p)}	Grécia	*

(e) Dado estimado (q) Quebra de série (p) Dado provisório *Dado não disponível

Península Ibérica em números, INE, 2013.

2.1 Analise a Fig. 4 e a Tab. 1, comparando a situação de Portugal com a de Espanha e restantes países da UE.

3. Comente a frase:

A influência das TIC faz-se sentir em inúmeros aspetos da nossa vida quotidiana. As Novas Tecnologias são um fator de aproximação, mas também de desigualdade.

GRUPO III

1. Observe a Fig. 5.

1.1 Indique, identificando no mapa:

- os seis países fundadores da União Europeia;
- os países que aderiram em 2004;
- os países que aderiram em 2007;
- o último Estado-membro e respetiva data de adesão.

2. Refira os critérios definidos pelo Conselho Europeu para a adesão de novos países.

3. Mencione dois instrumentos de apoio comunitário à adesão.

4. Refira as oportunidades/desafios que o alargamento a Leste trouxe para Portugal e para a União Europeia.



Fig. 5

5. Leia atentamente o doc. 2

Doc. 2

Metas da UE poderão ser referência...

A Comissão Europeia acaba de delinear as suas propostas para as **políticas da energia e do clima** até 2030. As propostas da Comissão preconizam objetivos vinculativos de redução das emissões de 40% relativamente aos níveis de 1990 e um objetivo vinculativo para toda a UE de pelo menos 27% de energia proveniente de fontes renováveis. No que se refere à eficiência energética, o comissário responsável pela Energia irá rever a atual legislação antes de propor novas medidas. Mas esse momento também chegará. Os pormenores práticos devem ser ultimados e aprovados, mas a ideia de fundo é que a Europa prossiga a sua forte expansão em termos de **energias renováveis**, garantindo ao mesmo tempo a flexibilidade necessária para transformar o sistema energético europeu de modo a que cada Estado-membro contribua para a consecução dos nossos objetivos climáticos comuns.

Adaptado de: *Público*, fevereiro 2014.

5.1 Mencione dois programas adotados pela União Europeia em matéria de Ambiente.

5.2 Refira, com base no Doc. 2, o principal problema ambiental que é necessário resolver.

5.3 Justifique a importância da Política Ambiental da União Europeia nas tomadas de decisão a nível mundial.

Critérios de correção do 3.º teste de avaliação

QUESTÕES

Pontuação

GRUPO I		85
1.1	Quer em Portugal quer na UE o transporte rodoviário ocupa um lugar de destaque no tráfego de mercadorias, seguido em segundo lugar, com maior relevância no caso da UE, do transporte marítimo.	10
1.2	O domínio do transporte rodoviário justifica-se pelas vantagens que apresenta, nomeadamente, a maior flexibilidade de itinerários, a maior comodidade, a maior diversidade de veículos, entre outras.	9
1.3	Congestionamento das principais vias de comunicação; forte dependência em relação ao petróleo; forte impacto ambiental, etc.	9
1.4	A aposta em outros modos de transporte; a conjugação de vários modos de transporte (intermodalidade); o desenvolvimento da logística; a criação/melhoramento de infraestruturas, entre outras.	9
1.5	Referir aspetos como: permitem a melhoria das acessibilidades; reduzem as distâncias tempo e custo; promovem a interação entre diferentes espaços; geram emprego e riqueza, entre outros.	12
2.1	É um modo de transporte fiável, económico, com grande capacidade de carga, pouco poluente e pouco ruidoso.	9
2.2	O crescimento dos portos marítimos nacionais está intimamente relacionado com a Política Europeia de Transportes, uma vez que esta pretende pôr em prática um sistema de transportes capaz de reequilibrar os modos de transporte e aponta o transporte marítimo como uma verdadeira alternativa competitiva aos transportes terrestres.	9
2.3	Referir a importância da localização de Portugal numa posição central em relação ao oceano Atlântico, no cruzamento das principais rotas marítimas, beneficiando de portos de águas profundas capazes de receber navios de grandes dimensões.	9
2.4	A logística consiste num processo estratégico de planeamento, implementação e controlo dos fluxos de produtos, serviços e informação, desde o ponto de origem ao consumo. A complementaridade e a interoperabilidade entre redes, realizada por este processo, permitem reduzir os custos económicos e a poluição, diminuir as distâncias-tempo e aumentar a segurança.	9
GRUPO II		48
1.1	Portugal apresenta um perfil, em vários indicadores, ainda um pouco abaixo da média comunitária no que respeita às competências nas TIC, apresentando também uma média superior à da UE no que respeita ao número de indivíduos que nunca utilizaram a internet. O único indicador que se destaca pela positiva é o da % de indivíduos que criaram uma página Web.	9
1.2	As TIC facilitam e viabilizam um grande número de atividades económicas; contribuem para o aumento do número de postos de trabalho e do PIB; aumentam a mobilidade das populações, etc.	9
1.3	Portugal – POC, POSI; UE – i 2010, Agenda Digital para a Europa, entre outros.	8
2.1	Relativamente à Península Ibérica, Portugal apresenta uma % de alojamentos com acesso à Internet inferior à vizinha Espanha. Em relação à despesa em Investigação e Desenvolvimento Portugal apresenta uma % superior à Espanha mas, ainda assim, inferior à média da UE-27.	10
3.	Atualmente, as TIC têm uma importância cada vez maior, na economia e na vida das famílias, pois aumentam a produtividade de outras atividades; geram novos setores produtivos, riqueza e emprego; permitem reduzir as distâncias e aproximar agentes económicos e pessoas de todo o mundo e dão acesso a serviços diversificados «sem sairmos de casa». Contudo, porque contribuem para o desenvolvimento económico e social, as diferenças no acesso e capacidade de uso das mesmas, aumentam as desigualdades entre regiões, países e mesmo cidadãos.	12
GRUPO III		67
1.1	a. Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Alemanha, França e Itália. b. Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria, Eslovénia, Malta e Chipre. c. Roménia e Bulgária. d. Croácia em 2013.	16
2.	Critério político, critério económico e critério jurídico.	9
3.	SAPARD e PHARE, entre outros.	6
4.	O alargamento teve vários efeitos na UE, sendo os principais o aumento da dimensão territorial e demográfica da União, o grande aumento do mercado interno, que fez crescer a concorrência, mas também as oportunidades de investimento e o número de consumidores. As culturas e tradições próprias dos novos países enriqueceram o espaço comunitário e tornaram maiores as possibilidades de intercâmbio. Os novos Estados-membros são mais competitivos relativamente a Portugal em aspetos como: maior proximidade dos países com maior poder de compra, o que facilitará o acesso ao mercado; mão de obra mais qualificada e mais barata, o que poderá captar maior investimento estrangeiro; e alguns têm maior produtividade. Beneficiam ainda de apoios comunitários mais substanciais. Portugal tem vantagens competitivas que se relacionam com as melhores infraestruturas, maior desenvolvimento social, estabilidade política e social e um sistema bancário mais organizado e eficiente.	12
5.1	Programa de Ação em Matéria de Ambiente e Programa LIFE.	6
5.2	Dependência da UE face aos recursos energéticos não renováveis e consequente emissão de gases poluente para a atmosfera.	6
5.3	A UE assume, no contexto mundial, um papel influente em todos os domínios. A política ambiental comunitária pode constituir um exemplo a seguir por outros países, para além de reforçar a defesa do ambiente nas tomadas de decisão a nível mundial.	12

Total 200

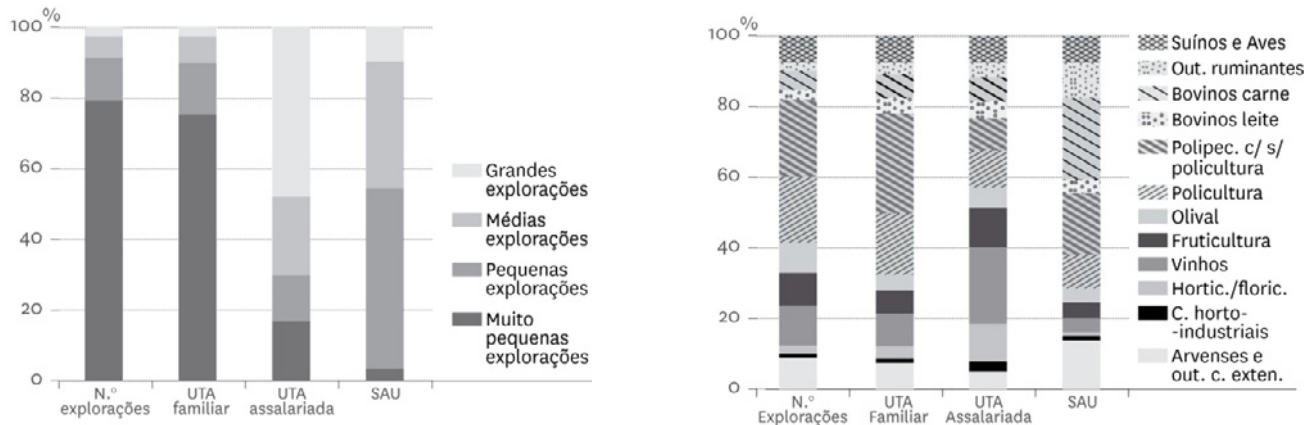
1.^a Prova-modelo de exame

Esta prova é constituída por seis grupos:

- os **grupos I, II, III e IV**, cada um com cinco itens de escolha múltipla, a que deve responder selecionando a única resposta correta.
- os **grupos V e VI**, com três itens de resposta curta e um item de desenvolvimento.

GRUPO I

PDR do Continente 2014-2020 – Diagnóstico, GPP, 2013.

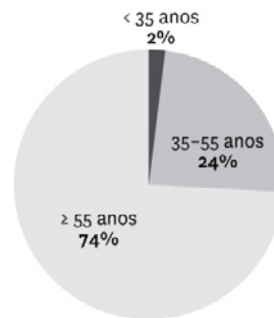


- Em Portugal, prevalecem as explorações agrícolas de dimensão económica
 - reduzida, que ocupam cerca de 40% da SAU e utilizam quase 50% do trabalho familiar.
 - muito reduzida, que utilizam sobretudo trabalho familiar e cerca de 20% da SAU.
 - globalmente reduzida, que ocupam mais de 50% da SAU e recorrem pouco ao trabalho assalariado.
 - média e grande, que recorrem muito ao trabalho assalariado e ocupam mais de 50% da SAU.
- Em 2009, as principais orientações produtivas das explorações agrícolas eram
 - a policultura e polipecuária, em 40% das explorações, ocupando cerca de 30% da SAU.
 - os vinhos, fruticultura e olival, em 40% das explorações e ocupando cerca de 30% da SAU.
 - os bovinos, de leite e de carne, em 20% das explorações mas ocupando 50% da SAU.
 - as culturas arvenses e horto-industriais, em 20% das explorações e do total da área da SAU.
- As explorações agrícolas que mais recorrem ao trabalho assalariado orientam as suas produções para
 - polipecuária, policultura e horticultura/floricultura.
 - polipecuária, bovinos de carne e policultura.
 - fruticultura, vinhos e horticultura/floricultura.
 - fruticultura, olival e horticultura/floricultura.
- Em Portugal, as explorações de agricultura tradicional caracterizam-se por serem
 - especializadas na policultura e recorrerem muito à pluriatividade e ao plurirrendimento.
 - pouco ou nada especializadas e recorrerem pouco à pluriatividade e ao plurirrendimento.
 - especializadas, utilizarem mão de obra assalariada e terem média dimensão económica.
 - pouco especializadas, com mão de obra familiar e terem pequena dimensão económica.
- As duas regiões agrárias com maior grau de especialização são
 - Alentejo e Entre Douro e Minho, no olival e na produção de bovinos, respetivamente.
 - o Algarve e a R. A. dos Açores, na produção de frutos e de bovinos, respetivamente.
 - Trás-os-Montes e a R. A. da Madeira, na produção de vinho e horticultura, respetivamente.
 - Ribatejo e Oeste e Beira Litoral, na produção de vinho e no olival, respetivamente.

GRUPO II

Apesar dos progressos verificados nos últimos anos, a agricultura portuguesa confronta-se com problemas estruturais que condicionam o seu desenvolvimento.

1. A Fig. 2 revela que, em Portugal Continental, os produtores agrícolas apresentam
- A. fracos níveis de instrução e formação exclusivamente prática.
 - B. baixos níveis de escolaridade e de formação profissional.
 - C. envelhecimento demográfico e elevados níveis de instrução.
 - D. idade média muito elevada e formação exclusivamente prática.



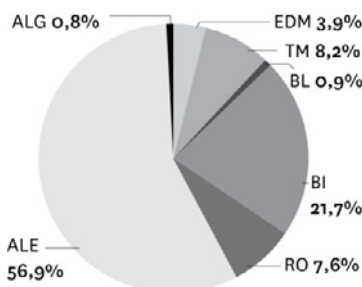
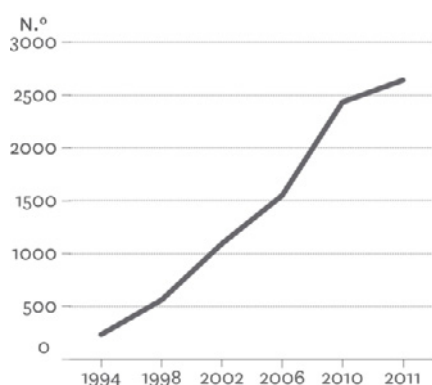
PDR do Continente 2014-2020 – Diagnóstico, GPP, 2013.

Fig. 2 Estrutura etária e estrutura da formação dos produtores agrícolas em Portugal Continental (2009).

2. As características da população agrícola influenciam negativamente o desenvolvimento da agricultura portuguesa pois
- A. impedem a utilização das tecnologias da informação e da comunicação.
 - B. condicionam a capacidade de inovação e modernização.
 - C. limitam o acesso ao crédito para financiar a modernização.
 - D. dificultam a gestão das explorações e o associativismo.
3. Entre os problemas estruturais que caracterizam a agricultura portuguesa encontram-se
- A. os baixos níveis de rendimento e produtividade, a dependência externa de produtos alimentares e a reduzida dimensão, física e económica, das explorações agrícolas.
 - B. elevados níveis de rendimento e produtividade, a dependência externa dos produtos alimentares e a utilização de solos com fraca aptidão para a agricultura.
 - C. os condicionalismos do relevo e do clima, a utilização de solos com fraca aptidão agrícola e o elevado grau de aprovisionamento dos produtos agrícolas.
 - D. o reduzido grau de aprovisionamento dos produtos agrícolas, o emparcelamento das explorações agrícolas e a fraca ligação à indústria agroalimentar.
4. Nas últimas décadas, a produtividade agrícola em Portugal tem vindo a aumentar. Esta afirmação é
- A. falsa, pois continua a ser das mais baixas entre os países da União Europeia.
 - B. falsa, embora tenha atingido valores elevados em algumas regiões agrárias.
 - C. verdadeira, devido à redução da mão de obra e à mecanização crescente.
 - D. verdadeira, pois a mão de obra diminuiu, tal como a mecanização.
5. A competitividade da agricultura portuguesa é também afetada
- A. pela utilização excessiva e incorreta dos produtos fitofarmacêuticos.
 - B. pelo predomínio de práticas agrícolas que empobrecem os solos.
 - C. por condições meteorológicas irregulares e, muitas vezes, desfavoráveis.
 - D. por custos de produção inferiores à média dos restantes Estados-membros.

GRUPO III

As orientações e medidas legislativas da PAC influenciam as opções dos agricultores relativamente aos produtos cultivados e, conseqüentemente, o destino da agricultura portuguesa.



Estadísticas da Agricultura Biológica – 2011, GPP, 2013.

Fig. 3 Evolução do número de produtores biológicos e área ocupada em modo de produção biológico por região agrícola do Continente (2011).

- Atualmente, a agricultura portuguesa beneficia de apoios comunitários provenientes
 - do FEOGA-Orientação e do FEOGA-Garantia.
 - do FEAGA e do FEADER.
 - do FEDER, do FSE e da iniciativa LEADER.
 - de todos os fundos estruturais.
- A potencialização do setor agrícola nacional passa por
 - modernizar as explorações, melhorar a organização e garantir a sustentabilidade.
 - promover as exportações extracomunitárias e melhorar a formação dos agricultores.
 - financiamentos comunitários ao desenvolvimento rural e ajudas diretas aos agricultores.
 - reduzir a mão de obra, intensificar a produção e aumentar os rendimentos dos agricultores.
- Entre as grandes prioridades definidas pela PAC para o desenvolvimento rural estão
 - o reforço da viabilidade das explorações agrícolas e a intensificação da agricultura.
 - a melhoria do ambiente e a intensificação dos setores agrícola, alimentar e florestal.
 - a promoção da ligação do setor agrícola com a investigação e inovação nas áreas urbanas.
 - a promoção do uso eficiente dos recursos naturais na luta contra as alterações climáticas.
- A agricultura biológica promove a sustentabilidade ambiental porque
 - utiliza nitratos, fosfatos e outros produtos que melhoram a qualidade dos solos.
 - promove a erosão dos solos e contribui para a preservação da biodiversidade.
 - permite a conservação da paisagem, das florestas e dos recursos hídricos.
 - é pouco intensiva e utiliza práticas que não são agressivas para o ambiente.
- Em Portugal, o número de produtores em modo biológico tem vindo a
 - aumentar, destacando-se o Alentejo e a Beira Interior como as regiões com maior área agrícola ocupada em modo de produção biológico.
 - aumentar, sobressaindo o Alentejo, o Ribatejo e o Oeste como as regiões com maior área agrícola ocupada em modo de produção biológico.
 - reduzir, evidenciando-se a Beira Interior, o Ribatejo e o Oeste como as regiões com maior área agrícola ocupada em modo de produção biológico.
 - diminuir, salientando-se o Alentejo e Trás-os-Montes como as regiões com maior área agrícola ocupada em modo de produção biológico.

GRUPO IV

O Turismo no Espaço Rural tem sido encarado como uma das novas oportunidades de desenvolvimento das áreas rurais.

1. O TER apresenta como principais características

- A. acolhimento personalizado e localização em espaços claramente urbanos.
- B. a grande dimensão da oferta e a valorização do que é próprio das áreas rurais.
- C. situar-se em áreas marcadamente rurais e/ou com forte ligação à agricultura.
- D. a existência de grandes empreendimentos turísticos e a ligação à agricultura.

2. As modalidades do TER com maior capacidade de alojamento em 2012 eram

- A. o agroturismo, as casas de campo e o turismo de aldeia.
- B. o turismo de habitação, as casas de campo e os hotéis rurais.
- C. as casas de campo, o turismo de habitação e o agroturismo.
- D. o turismo de habitação, o agroturismo e as casas de campo.

3. O turismo de aldeia é uma medida de combate ao despovoamento pois

- A. promove a conservação e valorização do património edificado e evita a sua degradação.
- B. permite manter, no seu conjunto, as características paisagísticas tradicionais da região.
- C. revitaliza as aldeias, promove a criação de emprego e facilita a melhoria das acessibilidades.
- D. implica um mínimo de cinco casas, o que contribui para fixar os respetivos habitantes.

4. O TER pode constituir um importante fator de desenvolvimento das áreas rurais porque

- A. promove a diversificação das atividades agrícolas e contribui para a dinamização de outras atividades geradoras de rendimentos suplementares aos da atividade agrícola.
- B. implica o acolhimento personalizado e de acordo com a tradição de bem receber da comunidade em que se insere, bem como a remuneração desse serviço.
- C. preserva as características arquitetónicas e dos materiais de construção típicos da região, o artesanato, os produtos tradicionais e a cultura local, sem pôr em causa a escala rural.
- D. permite aos turistas conviver com as práticas, tradições e valores da sociedade rural, valorizando as particularidades das regiões: a paisagem, gastronomia e costumes.

5. O planeamento adequado é essencial para a sustentabilidade do TER pois

- A. permite prevenir o crescimento desajustado da oferta, a sua massificação, e contribui para a inovação na cultura local.
- B. tem em conta o respeito pela diversidade biológica e cultural, aumenta a oferta turística dos lugares e gera empregos.
- C. este constitui uma inovação na atividade turística, permitindo um contacto personalizado com as gentes locais e com a sua cultura.
- D. promove a complementaridade com as restantes atividades das áreas rurais e o seu desenvolvimento integrado.

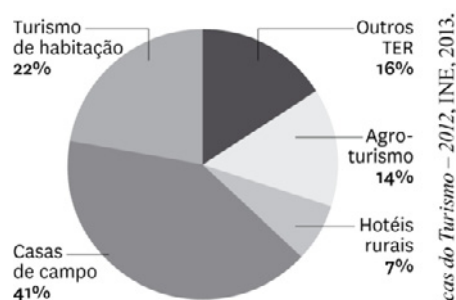


Fig. 4 Oferta de alojamento por modalidade de hospedagem no TER, em Portugal Continental (2012).

Estadísticas do Turismo – 2012, INE, 2013.

GRUPO V

ZA Fig. 5 representa a evolução do peso do financiamento da PAC no orçamento comunitário.

1. **Descreva** a evolução do peso da PAC no orçamento comunitário.
2. **Justifique** o peso inicial da PAC no orçamento comunitário, indicando as duas áreas privilegiadas pelo FEOGA.
3. **Refira** dois problemas resultantes da aplicação inicial da PAC.
4. **Comente** o processo de integração da agricultura portuguesa na PAC considerando:
 - as características da nossa agricultura no início desse processo;
 - os constrangimentos decorrentes das alterações verificadas na PAC.

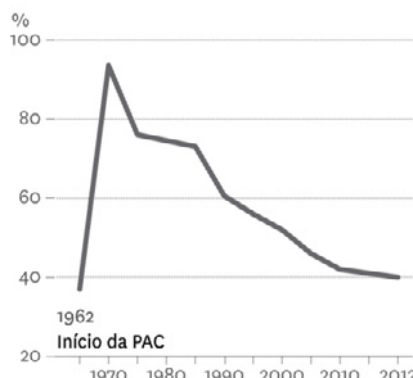


Fig. 5

Uma parceria entre a Europa e os Agricultores, CE 2013.

GRUPO VI

A Fig. 6 representa a evolução da produção de energia renovável em Portugal, total e florestal, entre 2000 e 2011.

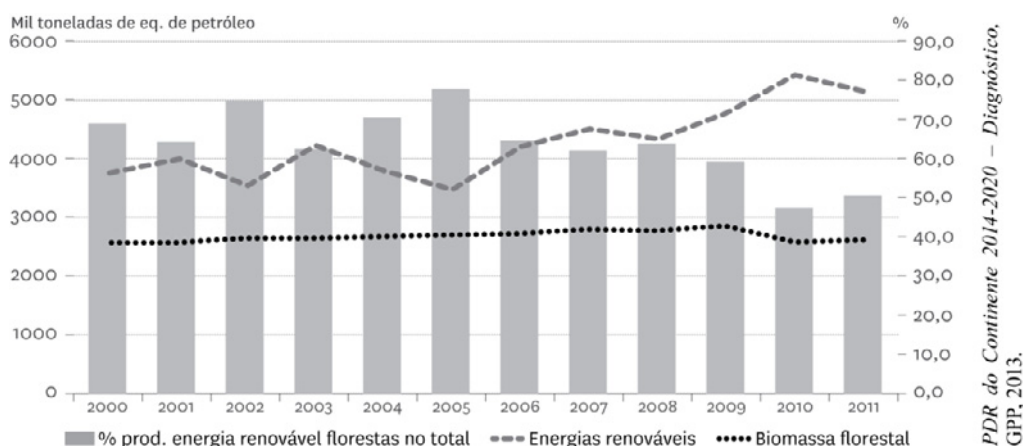


Fig. 6

PDR do Continente 2014-2020 – Diagnóstico, GPP, 2013.

1. **Caracterize** a participação da energia produzida a partir das florestas no total de energia renovável produzida em Portugal.
2. **Refira** dois aspetos que evidenciam a importante função ambiental das florestas.
3. **Mencione** duas outras formas de produção de energia renovável nas áreas rurais.
4. **Discuta** a importância que assume a diversificação da base económica das áreas rurais tendo em conta:
 - as potencialidades locais;
 - os impactes económicos e demográficos.

Critérios de correção do 1.ª prova-modelo de exame

Estrutura	Soluções					Pontuação	
GRUPO I	1. C	2. A	3. C	4. D	5. B	5 × 5 pontos	25
GRUPO II	1. D	2. B	3. A	4. C	5. C	5 × 5 pontos	25
GRUPO III	1. B	2. A	3. D	4. D	5. A	5 × 5 pontos	25
GRUPO IV	1. C	2. C	3. C	4. A	5. D	5 × 5 pontos	25

GRUPO V	1.	A resposta deve referir que, no início da PAC, esta absorvia a quase totalidade do orçamento comunitário (nos anos 70, chegou a ultrapassar os 90%). Nos últimos anos, esse peso diminuiu bastante mas a PAC ainda absorve cerca de 40% do orçamento da UE.	10
	2.	A resposta deve justificar esse peso com o apoio financeiro à agricultura, através da criação do FEOGA, destinado quer à melhoria das estruturas agrícolas quer à regulação dos preços nos mercados.	10
	3.	Os problemas ambientais gerados pela intensificação da produção, a criação excessiva de excedentes agrícolas impossíveis de escoar nos mercados, os gastos com o armazenamento desses excedentes, o desequilíbrio entre a oferta e a procura, a tensão entre os principais exportadores mundiais ou outros pertinentes.	10
	4.	A resposta deverá evidenciar as características da agricultura portuguesa à data do início do processo de adesão, referindo as condições de que Portugal beneficiou, bem como os constrangimentos decorrentes das alterações entretanto verificadas na PAC, desenvolvendo, para cada ponto, os seguintes aspetos ou outros considerados relevantes: • A agricultura portuguesa encontrava-se numa situação muito desvantajosa relativamente aos restantes países comunitários: detinha um grande peso no PIB e no emprego, baixos níveis de produtividade e rendimento, infraestruturas insuficientes, pouca experiência de concorrência nos mercados, etc, e, por isso, beneficiou de condições especiais no processo de adesão para não estar sujeito às regras de preços e mercados, recebeu incentivos financeiros para corrigir as deficiências estruturais e foi pensada uma integração faseada, para facilitar a adaptação às novas regras e à concorrência dos restantes países. • A segunda fase de integração prevista no processo de adesão acabou por não ter o efeito desejado devido à reforma da PAC de 1992, que impôs limitações à produção decorrentes dos problemas com o excesso de produção e que fizeram com que a agricultura portuguesa não chegasse a beneficiar dos progressos verificados nos restantes países.	20 (10) + (10)

GRUPO VI	1.	Embora tenha vindo a diminuir, a proporção da energia produzida a partir das florestas no total da energia renovável produzida em Portugal foi sempre superior a 50%, na década representada.	10
	2.	A resposta deve referir a importância das florestas na preservação dos solos, na conservação da água, no armazenamento de carbono, na regularização do ciclo hidrológico, na proteção da biodiversidade, ou outros aspetos considerados pertinentes.	10
	3.	A produção de eletricidade a partir da energia hídrica e da energia eólica, de biocombustíveis a partir dos óleos de girassol ou da colza, de etanol a partir da beterraba, cana-de-açúcar, resíduos agrícolas, ou outros considerados pertinentes.	10
	4.	A resposta deverá salientar a importância da diversificação da base económica das áreas rurais a partir das suas potencialidades naturais e humanas para o desenvolvimento das áreas rurais e para a fixação da população, desenvolvendo, para cada ponto, os seguintes aspetos ou outros considerados relevantes: • Nas áreas rurais existem recursos que podem ser potencializados para o desenvolvimento de atividades como o turismo, a indústria de bens alimentares ou florestais, a produção de energia, a comercialização dos produtos tradicionais locais, etc., os quais permitem diversificar a base económica destas áreas. Como exemplos de recursos podem ser referidos o património histórico, arqueológico e natural; o saber-fazer tradicional; o elevado grau de preservação ambiental, etc. • A diversificação das atividades económicas contribuirá para gerar riqueza e permitirá a criação de empregos e, nesse sentido constitui um importante contributo para o desenvolvimento económico das áreas rurais e para aumentar o dinamismo demográfico, pois favorece a fixação da população e contribui para reduzir o abandono das áreas rurais.	20 (10) + (10)

Total 200

2.^a Prova-modelo de exame

Esta prova é constituída por seis grupos:

- os **grupos I, II, III e IV**, cada um com cinco itens de escolha múltipla, a que deve responder selecionando a única resposta correta.
- os **grupos V e VI**, com três itens de resposta curta e um item de desenvolvimento.

GRUPO I

Observe as Figs. 1 e 2.

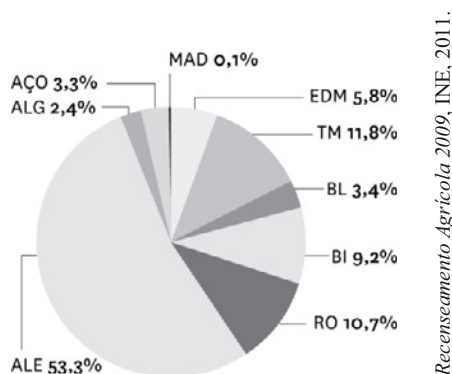


Fig. 1 Distribuição da SAU por regiões agrárias (2009).

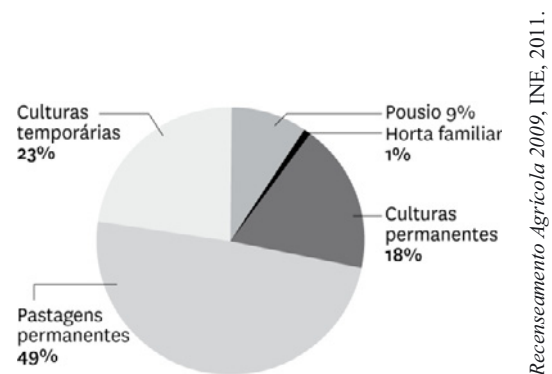


Fig. 2 Composição da SAU (2009).

1. A repartição regional da SAU apresenta-se

- A. heterogénea, destacando-se o Ribatejo e Oeste com um quarto da SAU nacional.
- B. heterogénea, destacando-se o Alentejo com cerca de metade da SAU nacional.
- C. quase homogénea, destacando-se apenas o Alentejo com menos de metade da SAU total.
- D. quase homogénea, não se destacando nenhuma região em particular.

2. O relevo aplanado, a fraca densidade populacional e o povoamento concentrado, associam-se a

- A. vastas extensões de SAU, na Beira Litoral.
- B. parcas extensões de SAU, na Beira Interior.
- C. vastas extensões de SAU, no Alentejo.
- D. pequenas parcelas de SAU, na Madeira.

4. Em 2009, na ocupação da SAU, predominavam

- A. as hortas familiares e pastagens.
- B. as culturas temporárias e permanentes.
- C. as culturas permanentes e pastagens.
- D. as pastagens e culturas temporárias.

3. As pequenas explorações associam-se ao relevo mais acidentado e à maior densidade populacional em

- A. entre Douro e Minho, Beira Litoral e Madeira.
- B. entre Douro e Minho, Beira Interior e Madeira.
- C. Trás-os-Montes, Beira Interior e Algarve.
- D. Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho.

5. Consideram-se culturas permanentes, as que ocupam o solo por um longo período, como

- A. um olival, com apenas uma colheita.
- B. um pomar, com repetidas colheitas;
- C. uma seara de trigo, com uma só colheita.
- D. uma horta, com produtos diversos.

GRUPO II

Observe na Fig. 3, a praça do Rossio, na baixa de Lisboa.



Fig. 3

1. O centro da cidade, geralmente a área mais antiga, é designada por
 - A. *center district business* e, nas cidades portuguesas, chama-se baixa.
 - B. *central business district* e, em Portugal, é habitual chamar-se baixa.
 - C. *central business district* e, em Portugal, não tem designação própria.
 - D. *center district business* e, em Portugal, não tem designação própria.
2. O centro da cidade individualiza-se pela
 - A. concentração de funções banais.
 - B. dispersão das funções raras e banais.
 - C. grande oferta de habitação.
 - D. concentração de atividades terciárias.
3. No centro, o preço do solos e das rendas
 - A. é mais baixo e aumenta para a periferia.
 - B. é médio, em relação às áreas da periferia.
 - C. é elevado e vai aumentando para a periferia.
 - D. é mais elevado e diminui para a periferia.
4. Na área central da cidade verifica-se uma diferenciação espacial, isto é, as funções
 - A. dispersam-se pelas ruas, sem organização, um pouco ao acaso.
 - B. agrupam-se de modo a formarem conjuntos diversificados em cada rua ou área.
 - C. agrupam-se segundo o tipo de atividade, em ruas ou áreas de alguma homogeneidade.
 - D. agrupam-se ao acaso, segundo os pisos dos edifícios, a partir do rés-do-chão.
5. No centro, as funções vão-se sucedendo, numa dinâmica funcional, para a qual contribuem
 - A. a especulação fundiária, o congestionamento do centro e a diminuição da acessibilidade.
 - B. o aumento dos preços dos transportes públicos, que intensifica muito o trânsito.
 - C. a especulação fundiária e o aumento dos preços dos transportes públicos.
 - D. o congestionamento, devido ao intenso movimento pedonal que há no centro.

GRUPO III

Observe, na Fig. 4, a hierarquia das cidades portuguesas, segundo o número de habitantes (2011)

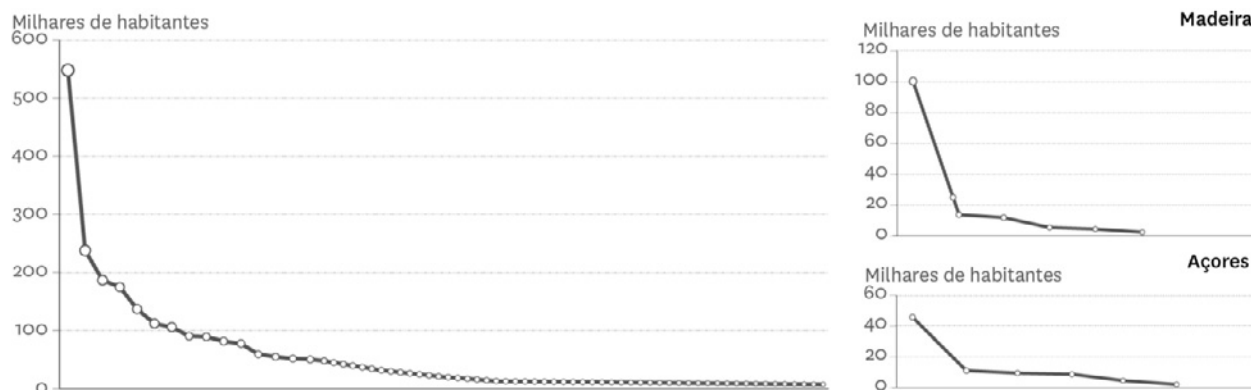


Fig. 4

1. Pode considerar-se que uma rede urbana é o conjunto de
 - A. cidades e centros urbanos que se encontram numa mesma região, situando-se todos a uma distância mais ou menos homogênea entre si.
 - B. cidades e centros urbanos conectados por uma rede viária que permite a circulação entre elas.
 - C. cidades e suas periferias, de um dado território, que estabelecem entre si relações hierárquicas de dependência ou complementaridade.
 - D. cidades e suas periferias conectadas por uma rede viária que permite a circulação entre elas.
2. Em Portugal, as cidades com mais de
 - A. 300 mil habitantes, são apenas duas.
 - B. 100 mil habitantes, são apenas sete.
 - C. 50 mil habitantes, são a grande maioria.
 - D. 20 mil habitantes, são uma minoria.
3. A rede urbana portuguesa apresenta um claro
 - A. déficit de cidades de pequena dimensão.
 - B. predomínio de cidades médias.
 - C. déficit de cidades de média dimensão.
 - D. equilíbrio na dimensão das cidades.
4. Nas Regiões Autónomas, a rede urbana apresenta um maior equilíbrio demográfico:
 - A. na Madeira, com sete cidades em que se destaca o Funchal, com mais de 100 mil habitantes.
 - B. na Madeira, pois apesar da maior dimensão do Funchal, há maior número de cidades.
 - C. nos Açores, pois as cinco cidades têm todas um número de habitantes inferior a 50 mil.
 - D. nos Açores, onde as cidades apresentam uma menor diferença no número de habitantes.
5. A rede urbana portuguesa caracteriza-se por um desequilíbrio no número de habitantes e também na distribuição geográfica, com maior concentração
 - A. na faixa litoral de Setúbal a Viana do Castelo, sobretudo na Grande Lisboa e no Grande Porto.
 - B. em toda a faixa litoral oeste, principalmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.
 - C. nas áreas de Lisboa e Porto e em torno das capitais de distrito, sobretudo Viseu e Guarda.
 - D. no litoral a norte do Tejo e na costa algarvia, destacando-se também o Funchal, na Madeira.

GRUPO IV

Observe, na Fig. 5, os níveis de acesso à Internet, em Portugal face à UE e por NUTS II.

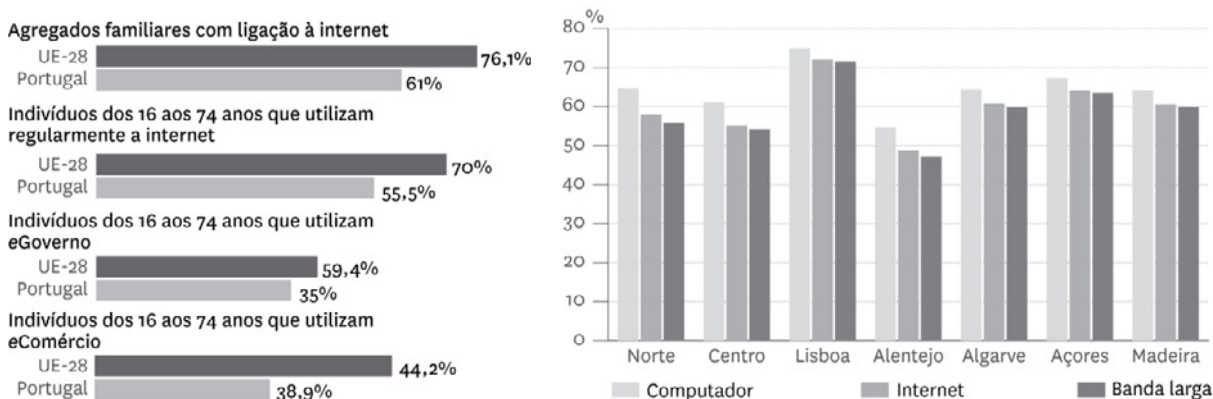


Fig. 5

- Em relação à UE-28, Portugal apresenta níveis de acesso à internet
 - superiores na maioria dos indicadores considerados.
 - inferiores na maioria dos indicadores considerados, com destaque para o e-governo.
 - inferiores em todos os indicadores considerados, sobretudo no caso do e-comércio.
 - superiores em todos os indicadores considerados, sobretudo no caso do e-comércio.
- Em Portugal, a cobertura das redes essenciais de telecomunicação abrange
 - todo o território nacional.
 - todo o território continental.
 - grande parte do território nacional.
 - todas as áreas urbanas do país.
- No caso da banda larga, destacam-se, por terem maior nível de acesso
 - Lisboa, Açores e Madeira.
 - Lisboa, Norte e Açores.
 - Lisboa, Madeira e Algarve.
 - Algarve, Lisboa e Norte.
- Em Portugal, a Agenda Digital, aprovada em dezembro de 2012, visa preparar o país para
 - um modelo de produção baseado no uso da informática e no teletrabalho.
 - se tornar altamente competitivo no comércio e nos negócios digitais.
 - competir no mercado mundial das telecomunicações, aumentando as exportações.
 - um modelo de atividade económica, centrado na inovação e no conhecimento.
- Portugal encontra-se ligado ao mundo através de serviços internacionais de comunicação por satélite
 - que incluem o satélite português POSAT I, e por cabos submarinos entre a Europa e a América.
 - que incluem o satélite português POSAT 1, e por uma rede de cabos submarinos de fibra ótica.
 - sem nenhum satélite português, e também por uma rede de cabos submarinos de fibra ótica.
 - sem nenhum satélite português, e por uma rede de cabos submarinos entre a Ásia e a América.

GRUPO V

Observe, na Fig. 6, a rede urbana da Península Ibérica, da Polónia e da Eslováquia.

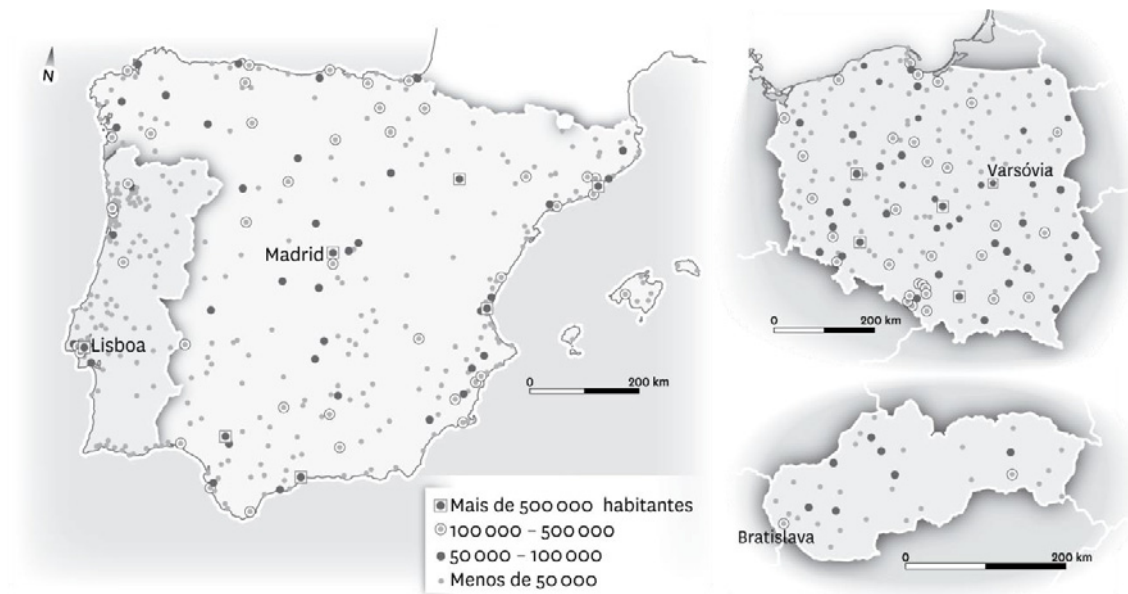


Fig. 6

1. **Compare** a rede urbana portuguesa com a da Polónia, quanto à distribuição geográfica e à dimensão das cidades.
2. **Indique**, justificando, qual das redes urbanas da figura se aproxima mais de um sistema urbano policêntrico.
3. **Descreva** os principais contrastes da rede urbana nacional.
4. **Comente** a afirmação seguinte:

O desequilíbrio da rede urbana portuguesa evidencia-se em vários aspetos e gera efeitos nefastos que urge contrariar, através de medidas que promovam um maior equilíbrio da rede urbana e maior coesão do território nacional.

GRUPO VI

Observe, na Fig. 7, a estrutura modal do tráfego de mercadorias na UE.

1. **Descreva** a estrutura modal do tráfego de mercadorias da UE, em 2011.
2. **Indique** duas vantagens do transporte rodoviário de mercadorias.
3. **Explique** a importância do modo rodoviário no transporte intermodal de mercadorias.
4. **Defenda** uma maior utilização do transporte marítimo e ferroviário, tendo em conta as respetivas vantagens, com vista à redução da importância do modo rodoviário e seus inconvenientes.

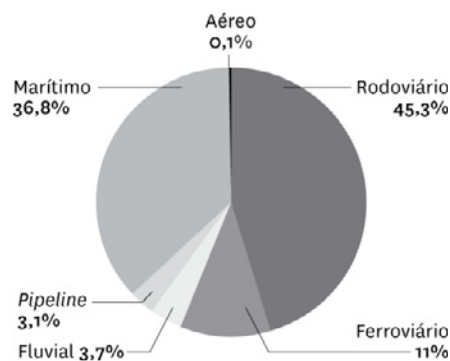


Fig. 7

Critérios de correção do 2.ª prova-modelo de exame

Estrutura	Soluções					Pontuação	
GRUPO I	1. B	2. C	3. A	4. D	5. B	5 × 5 pontos	25
GRUPO II	1. B	2. D	3. D	4. C	5. A	5 × 5 pontos	25
GRUPO III	1. C	2. B	3. C	4. D	5. A	5 × 5 pontos	25
GRUPO IV	1. C	2. A	3. A	4. D	5. B	5 × 5 pontos	25

GRUPO V	1.	Comparando as duas redes, verifica-se que a da Polónia apresenta maior número de cidades com mais de 500 mil habitantes e um grande número de cidades com mais de 100 mil, ao contrário de Portugal em que só Lisboa se inclui na primeira categoria e apenas sete cidades, na segunda. Além disso, em Portugal essas cidades localizam-se todas no litoral, enquanto na Polónia se encontram dispersas pelo território.	10
	2.	Deve indicar a rede da Polónia, justificando com a seguinte razão: como existe grande número de cidades com mais de 100 mil habitantes, a população urbana distribui-se por muitas cidades, pelo que a rede urbana é policêntrica, contrário de monocêntrica – população urbana concentrada principalmente numa grande cidade.	10
	3.	A resposta deve referir: o principal contraste na entre o interior, com poucas cidades, predominando a pequena dimensão, e o litoral, onde se concentra a maior parte das cidades e, de modo geral, com maior dimensão. Além disso, a maioria das cidades do litoral concentra-se nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.	10
	4.	O comentário deve indicar os aspetos em que o desequilíbrio da rede urbana portuguesa se evidencia: • A distribuição geográfica – concentração no litoral, de Setúbal a Viana do Castelo, e nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (3pts.). • A desigualdade na dimensão, em termos de número de habitantes, com duas cidades de grande dimensão e Lisboa muito destacada, poucas cidades médias e predomínio de cidades de pequena dimensão (3pts.). • Desigualdades na hierarquia das cidades, em termos funcionais: oferta de funções especializadas e muitos especializadas muito concentrada em Lisboa, seguida, à distância do Porto e, depois, por outras cidades como Coimbra e Braga. Funções especializadas em poucas cidades do interior (Viseu, Castelo Branco, Guarda, Évora e Beja, sobretudo) e, nas restantes cidades do território, uma fraca oferta de funções especializadas, obrigando a deslocações que se dirigem sobretudo para Lisboa e Porto (3pts.). • Efeitos desse desequilíbrio (4pts.). • Medidas que poderão trazer maior equilíbrio à rede urbana (3pts.).	20

GRUPO VI	1.	A resposta deve evidenciar o primeiro lugar do transporte rodoviário (mais de 45%), logo seguido do modo marítimo (36,8%), e a fraca representatividade dos restantes modos de transporte, apesar da maior importância do ferroviário.	10
	2.	Poderão ser indicadas duas das seguintes vantagens: a sua grande flexibilidade na escolha de itinerários, a sua grande especialização, que permite uma boa adequação às cargas transportadas, e o facto de não necessitar de interromper os percursos com operações de transbordo.	10
	3.	Referir o papel de modo de transporte fundamental nas cadeias de transporte intermodal, por permitir as ligações terrestres entre os diferentes modos de transporte e a garantir a ligação entre o local de origem e os terminais marítimos, ferroviários e aéreos e entre estes e os locais de destino.	10
	4.	Atualmente, o transporte rodoviário é dominante no tráfego de mercadorias e, com maior expressão, no de passageiros. Tal facto levanta problemas de ordem ambiental, devido à emissão de gases poluentes e com efeito de estufa, mas também porque os principais eixos de circulação rodoviária, a nível da União Europeia, encontram-se muito congestionados, pelo intenso tráfego (5pts.). Assim, reduzir a importância do transporte rodoviário face ao ferroviário e ao marítimo é um dos objetivos da política europeia de transportes, não só pelos inconvenientes já referidos, mas também pelas vantagens que os modos ferroviário e marítimo oferecem: grande capacidade de carga, menor consumo de energia, com destaque para o ferroviário que utiliza eletricidade, uma energia que pode ser produzida a partir de fontes renováveis. Uma maior utilização destes dois modos de transporte permitiria poupanças nos custos energéticos e, ao mesmo tempo, contribuiria para a redução das emissões de dióxido de carbono e outros gases. Além disso, tornaria possível diminuir a pressão sobre os principais eixos rodoviários, facilitando a circulação nas estradas europeias (8pts.). O transporte ferroviário de alta velocidade é um importante incentivo à sua utilização nas médias distâncias. No tráfego de passageiros, assim como o transporte marítimo de curta distância, no caso das mercadorias (2pts.). A desvantagem destes dois modos de transporte situa-se ao nível das operações de transbordo que encarecem as cargas menos volumosas e pesadas e aumentam os tempos de percurso, exigindo sempre a utilização do transporte rodoviário para as ligações terrestres dos respetivos terminais (3pts.). A redução da importância relativa do transporte rodoviário, a favor do marítimo e do ferroviário, é um objetivo que, se for concretizado, trará grandes vantagens, económicas e ambientais (2pts.).	20

Total 200

3.ª Prova-modelo de exame

Esta prova é constituída por seis grupos:

- os **grupos I, II, III e IV**, cada um com cinco itens de escolha múltipla, a que deve responder selecionando a única resposta correta.
- os **grupos V e VI**, com três itens de resposta curta e um item de desenvolvimento.

GRUPO I

Doc. 1

Produção de azeitona bate record!

A produção de azeitona para azeite terá atingido, em 2013, as 627 mil toneladas, o que constitui a maior safra desde a década de 1960. Estes resultados foram consequência quer das boas condições climáticas, quer dos investimentos privados feitos nos últimos anos. A produção quase quadruplicou desde 2000 com a entrada em plena produção dos olivais intensivos, onde há entre 200 a 300 árvores por hectare e modernos sistemas de rega. Nestas plantações, a apanha da azeitona é totalmente mecanizada. Este é também um dos produtos mais exportados do setor agroalimentar, só ultrapassado pelo vinho. No ano passado, as exportações de azeite atingiram os 343,5 milhões de euros, uma subida de 30,2% em comparação com 2012.

Adaptado de: *Público*, fevereiro de 2014.

1. A agricultura portuguesa é influenciada por fatores físicos como
 - A. clima, passado histórico e relevo.
 - B. políticas agrícolas, relevo e clima.
 - C. clima, recursos hídricos e relevo.
 - D. relevo, tecnologias e políticas agrícolas.
2. Os sistemas de cultura intensivos, como o referido no Doc. 1, caracterizam-se por
 - A. uma ocupação não permanente e contínua do solo com rotação de culturas.
 - B. uma ocupação total e contínua do solo, sendo possível a policultura.
 - C. uma ocupação parcial mas contínua do solo, sendo possível a policultura.
 - D. uma ocupação total e contínua do solo, habitualmente com rotação de culturas.
3. A dimensão das explorações agrícolas pode ser um fator condicionante na medida em que
 - A. as de pequena dimensão limitam a mecanização e a modernização dos sistemas de produção.
 - B. as de pequena dimensão facilitam a mecanização e a modernização dos sistemas de produção.
 - C. as de grande dimensão limitam a mecanização e a modernização dos sistemas de produção.
 - D. as de grande dimensão constituem um entrave à modernização dos sistemas de produção.
4. O rendimento agrícola de culturas como a da oliveira (Doc. 1) está relacionado com
 - A. o número de trabalhadores, o seu nível de instrução e o êxodo agrícola.
 - B. a dimensão das explorações, a fertilidade dos solos e a mão de obra familiar.
 - C. o nível de instrução e formação profissional dos agricultores e o êxodo agrícola.
 - D. a dimensão das explorações, a fertilidade dos solos e as tecnologias utilizadas.
5. A agricultura portuguesa apesar dos seus problemas estruturais apresenta como pontos fortes
 - A. as boas condições climáticas e existência de produtos genéticos com vocação para o mercado.
 - B. as boas condições climáticas e predomínio de explorações agrícolas de pequena dimensão.
 - C. o aumento da vocação exportadora de alguns produtos e o abandono dos espaços rurais.
 - D. a fraca sustentabilidade das áreas rurais e o aumento da especialização das explorações.

GRUPO II

Doc. 2 As cidades «são demasiado importantes» para terem um papel secundário.

Durante os dois dias que durou a conferência *Cidades de Amanhã: Investindo na Europa*, vários foram os intervenientes que lembraram que mais de 70% da população da Europa (houve quem falasse mesmo em 75%) vive hoje em cidades. Um deles foi o presidente da Comissão Europeia, que acrescentou a esse número um outro: o de que as cidades são também responsáveis por 85% do Produto Interno Bruto europeu. «E o século XXI será crescentemente urbano. Em 2020, até 80% da nossa população irá viver em áreas urbanas», constatou Durão Barroso, frisando que se é verdade que **a urbanização traz benefícios, não deve esconder-se que «não está isenta de dor»**.

Adaptado de: *Público*, fevereiro de 2014.

1. Não é possível encontrar um conceito universal de cidade, mas os critérios mais utilizados são
 - A. a densa ocupação humana e o número de equipamentos.
 - B. a densidade populacional, o demográfico e o tecnológico.
 - C. o demográfico, o tecnológico e o jurídico-administrativo.
 - D. o demográfico, o funcional e o jurídico-administrativo.
2. O espaço urbano oferece uma grande diversidade de funções que se organizam no espaço em áreas
 - A. residenciais, jurídicas e industriais.
 - B. terciárias, residenciais e industriais.
 - C. industriais, terciárias e políticas.
 - D. terciárias, centrais e industriais.
3. A afirmação «À concentração da população rural e das atividades económicas nos centros urbanos dá-se o nome de fase centrífuga» é
 - A. falsa, porque a fase centrífuga é caracterizada pela saída de residentes das áreas centrais da cidade.
 - B. verdadeira, porque a fase centrífuga é caracterizada pela saída de população das áreas rurais para a cidade.
 - C. verdadeira, porque a fase centrífuga é caracterizada pela ocupação dos terrenos agrícolas na periferia da cidade.
 - D. falsa, porque a fase centrífuga é caracterizada pelo crescimento em altura da área central da cidade.
4. Entre os benefícios da urbanização mencionados no Doc. 2 podem referir-se
 - A. a dinâmica da população, da construção civil e a redução global da taxa de motorização.
 - B. as questões ambientais, os planos de urbanização e os congestionamentos.
 - C. o forte dinamismo demográfico e condições para atrair o investimento internacional.
 - D. o fraco dinamismo funcional das áreas periurbanas e o aumento da taxa de motorização.
5. A «dor» mencionada na última frase do Doc. 2 refere-se a problemas como
 - A. a concentração de população jovem e instruída e de infraestruturas e serviços.
 - B. o desenvolvimento das atividades económicas e dos transportes públicos.
 - C. a saturação das infraestruturas, o envelhecimento demográfico e a pressão ambiental.
 - D. os custos de produção inferiores à média e o desenvolvimento dos serviços.

GRUPO III

Observe com atenção o gráfico da Fig. 1.

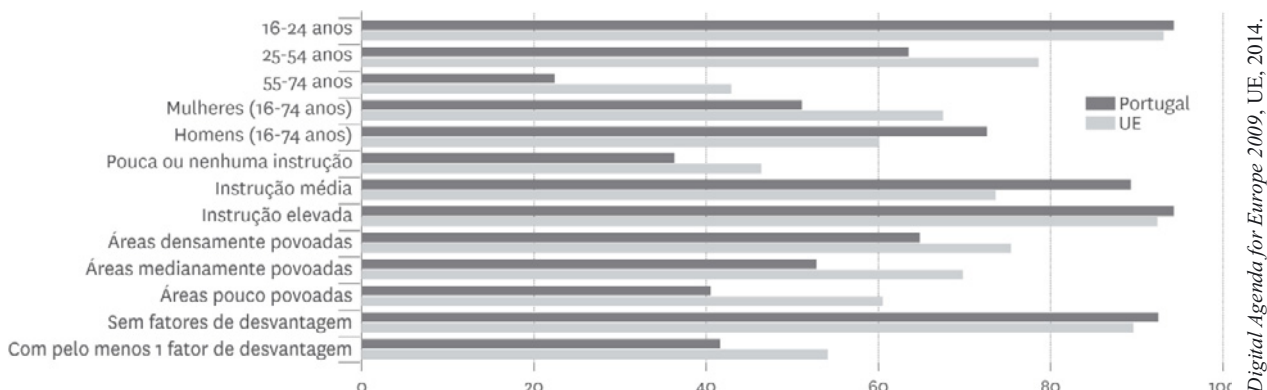


Fig. 1 Indivíduos que utilizaram a internet, pelo menos uma vez por semana, em Portugal e na UE, 2012.

- A repartição espacial das redes de telecomunicação e o acesso às TIC apresentam contrastes que se explicam
 - pela política comunitária nas tecnologias que controla o acesso dos cidadãos às mesmas.
 - pela concentração da população e das atividades económicas nas áreas densamente povoadas.
 - pelo grau de instrução/formação demasiado elevado de grande maioria da população.
 - pelo lento processo de difusão das novas tecnologias da informação e comunicação.
- De acordo com os dados da Fig. 1, os indivíduos que mais utilizaram a internet foram
 - os idosos, os homens, os indivíduos de instrução elevada com fatores de desvantagem e os que habitam as áreas densamente povoadas.
 - os jovens dos 25-54 anos, os homens, os indivíduos de instrução média sem fatores de desvantagem e os que habitam as áreas densamente povoadas.
 - os idosos, as mulheres, os indivíduos de instrução elevada sem fatores de desvantagem e os que habitam as áreas medianamente povoadas.
 - os jovens dos 16-24 anos, os homens, os indivíduos de instrução elevada sem fatores de desvantagem e os que habitam as áreas densamente povoadas.
- A percentagem de utilizadores da internet está relacionada com fatores como
 - a concentração das atividades económicas e o nível de instrução da população.
 - as elevadas taxas de natalidade e o envelhecimento da população residente.
 - o nível de instrução da população e a dificuldade de expansão das redes móveis.
 - o preço dos serviços e a concentração de população com fatores de desvantagem.
- A afirmação «As TIC têm um papel importante no dinamismo dos espaço geográficos» é
 - verdadeira, porque as TIC condicionam os fluxos de informação, promovendo o aumento dos contatos e o intercâmbio entre áreas distantes.
 - falsa, porque as TIC exigem formação especializada e condicionam largamente a mobilidade da população.
 - falsa, porque as TIC aumentam as desigualdades entre as regiões, têm custos muito elevados e são de difícil utilização.
 - verdadeira, porque as TIC permitem fluxos de informação cada vez mais rápidos e intensos, aumentando os contatos e o intercâmbio entre áreas distantes.
- Apesar das suas inúmeras vantagens, as TIC têm alguns efeitos perversos como
 - o perigo de fraude e a insegurança provocada pela difusão de vírus informáticos.
 - a maior facilidade de estabelecer contatos e adquirir bens e serviços.
 - o perigo de fraude e a maior oportunidade de inserção no mercado de trabalho.
 - a alteração das formas de pensar e ordenar o espaço e os riscos para a saúde.

GRUPO IV

Doc. 3

Croácia na UE

A 1 de julho de 2013 a República da Croácia celebrou quase 20 anos de progresso económico e social, desde que declarou a independência, ao tornar-se o 28.o Estado-membro da União Europeia. As negociações iniciadas em 2005 foram oficialmente concluídas em junho de 2011 ao que se seguiu a assinatura do tratado de adesão à EU em dezembro de 2011.

Adaptado de: *Revista Panorama*, União Europeia 2013.

1. A afirmação «A adesão de novos Estados-membros à UE depende de determinadas condições a cumprir antes da adesão, relacionadas com aspetos naturais políticos e económicos» é
 - A. verdadeira, pois a adesão depende dos três tipos de critérios acima enunciados.
 - B. falsa, pois a adesão depende de critérios políticos, económicos e jurídicos.
 - C. falsa, pois a adesão depende de critérios naturais, políticos e jurídicos.
 - D. verdadeira, pois a adesão depende de critérios a cumprir antecipadamente.
2. A preparação para adesão de um novo Estado-membro prevê a adoção do acervo comunitário que consiste num conjunto
 - A. de objetivos da UE que cada país deve transpor para a sua gestão diária.
 - B. de programas/instrumentos comunitários de ajuda financeira à pré-adesão.
 - C. de leis e normas da UE que cada país deve transpor para a sua legislação nacional.
 - D. de instrumentos de apoio técnico e financeiro à preparação dos candidatos.
3. A afirmação «Os sucessivos alargamentos da UE abriram um leque de oportunidades» é
 - A. falsa, pois os alargamentos trouxeram muitas desvantagens e um empobrecimento em termos gerais.
 - B. verdadeira, pois permitiram a expansão do mercado único e o reforço da posição da UE no contexto político internacional.
 - C. falsa, pois permitiram a expansão do mercado único e o reforço da posição da UE no contexto político internacional.
 - D. verdadeira, pois permitiram a expansão do mercado único e criaram maior heterogeneidade económica e cultural.
4. O alargamento da UE aos países de Leste trouxe alguns desafios para Portugal, como
 - A. a redução dos fundos estruturais e a maior concorrência para as exportações nacionais.
 - B. o alargamento do mercado e a possibilidade de internacionalização da economia portuguesa.
 - C. a redução dos fundos estruturais e a participação no maior mercado comum do mundo.
 - D. o alargamento do mercado consumidor e a concorrência na captação de investimento estrangeiro.
5. A persistência de desigualdades entre países da UE levou ao desenvolvimento da Política Regional Comunitária que tem como objetivos fundamentais
 - A. apoiar as regiões mais favorecidas e periféricas, reforçando a coesão económica e social da UE e de cada Estado-membro.
 - B. a redução do emprego, da pobreza e dos problemas sociais, bem como a promoção da igualdade de oportunidades.
 - C. apoiar o crescimento económico e o emprego, promovendo as disparidades regionais e a cooperação transfronteiras.
 - D. a redução das diferenças entre as regiões, o desenvolvimento equilibrado do território e a promoção da igualdade de oportunidades.

GRUPO V

Doc. 4

Turismo Rural

O Turismo no Espaço Rural apresenta características próprias, pouco tendo em comum com as modalidades convencionais de turismo. Com efeito, esta atividade tem como objetivo essencial, oferecer aos utentes a oportunidade de reviver as práticas, os valores e as tradições culturais e gastronómicas das sociedades rurais, beneficiando da sua hospedagem e de um acolhimento personalizado.

Site da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2014.



1. **Refira** outras atividades, para além do turismo, que possam contribuir para revitalizar as áreas rurais.
2. **Mencione** quatro modalidades de turismo praticadas em espaço rural.
3. **Refira** dois problemas associados ao desenvolvimento do turismo em espaço rural.
4. **Refleta** sobre o papel do turismo enquanto fator de desenvolvimento rural, referindo pontos fracos e potencialidades.

GRUPO VI

Doc. 5

Intermodalidade na política de transportes

A intermodalidade e o aumento da utilização dos transportes públicos são objetivos nacionais no âmbito da política de transportes e ambiente. O transporte ferroviário é o mais eficiente em termos de emissões poluentes e consumo energético, no entanto a sua eficácia depende da articulação aos outros meios de transporte. É necessário promover a complementaridade entre os vários modos de transporte existentes de modo a que cada cliente encontre a solução mais adequada à sua necessidade.

Adaptado de: site oficial da CP, 2014.

1. **Defina** intermodalidade ou multimodalidade.
2. **Refira** dois aspetos necessários para o reforço da intermodalidade em Portugal.
3. **Mencione** dois outros modos de transporte, para além do referido no Doc. 5, indicando duas vantagens da sua utilização.
4. **Discuta** as prioridades da Política Europeia de Transportes, tendo em conta:
 - problemas decorrentes da atual estrutura modal do tráfego de passageiros e mercadorias;
 - aposta na intermodalidade e na rede transeuropeia de transportes.

Critérios de correção do 3.ª prova-modelo de exame

Estrutura	Soluções					Pontuação	
GRUPO I	1. C	2. B	3. A	4. D	5. A	5 × 5 pontos	25
GRUPO II	1. D	2. B	3. A	4. C	5. C	5 × 5 pontos	25
GRUPO III	1. B	2. D	3. A	4. D	5. A	5 × 5 pontos	25
GRUPO IV	1. B	2. C	3. B	4. A	5. D	5 × 5 pontos	25

GRUPO V	1.	A resposta deve referir atividades como a indústria em espaço rural, o incremento do setor dos serviços, o desenvolvimento da silvicultura, a aposta na produção de energias renováveis, entre outras.	10
	2.	Turismo de habitação; agroturismo; casas de campo; turismo de aldeia; turismo ambiental, etc.	10
	3.	Alargamento excessivo das capacidades de alojamento; subaproveitamento do solo agrícola; especulação fundiária e imobiliária; falta de formação profissional, entre outros.	10
	4.	A resposta deverá referir que este tipo de atividade deve ser devidamente planeada para que não surjam problemas como: o subaproveitamento do solo agrícola, a especulação fundiária e imobiliária, a perda do elemento humano e das relações personalizadas, a degradação dos recursos naturais, entre outros. Por outro lado, deve também salientar as potencialidades desta atividade tais como: a pluriatividade e a sustentação do rendimento dos agricultores, o desenvolvimento de novas atividades e emprego, a conservação e a melhoria da natureza, a dinamização de iniciativas culturais, a recuperação do património histórico, entre outras.	20 (10) + (10)

GRUPO VI	1.	Conjugação de vários modos de transporte associando vantagens e ajudando a ultrapassar as desvantagens próprias de cada modo de transporte, contribuindo assim para deslocações mais rápidas e económicas.	10
	2.	Desenvolvimento da logística, aposta na criação de novas plataformas intermodais e modernização das já existentes.	10
	3.	Marítimo – fiabilidade, economia, grande capacidade de carga, pouco poluente e pouco ruidoso. Aéreo – comodidade, segurança, rapidez no transporte de passageiros a médias e longas distâncias, eficácia no transporte de mercadorias perecíveis ou valiosas a longas distâncias.	10
	4.	A resposta deverá referir: • O domínio do transporte rodoviário justifica-se pelas vantagens que apresenta, nomeadamente, a maior flexibilidade de itinerários, a maior comodidade, a maior diversidade de veículos, entre outras. Contudo, apresenta vários problemas como o congestionamento das principais vias de comunicação; forte dependência em relação ao petróleo; forte impacto ambiental, etc. • A aposta na complementaridade e a interoperabilidade entre redes justifica-se, pois permite reduzir os custos económicos e a poluição, diminuir as distâncias-tempo e custo e aumentar a segurança. • A construção da Rede Transeuropeia de Transportes traz vantagens a nível nacional, pois permitirá: assegurar uma maior mobilidade das pessoas e mercadorias; oferecer aos utentes infraestruturas de maior qualidade; combinar todos os modos de transporte; melhorar a utilização possível das capacidades existentes; cobrir a totalidade do território, etc.	20 (10) + (10)

Total 200

Ficha 1 As fragilidades dos sistemas agrários

Nome _____ N.º _____ Turma _____
Data ____/____/____ Prof. _____

1. A agricultura portuguesa é influenciada por diversos fatores naturais e por fatores humanos de ordem histórica, cultural e política.

1.1 **Indique**, em cada alínea, a frase que completa de forma correta a afirmação inicial.

a. Os fatores que mais influenciam as estruturas fundiárias são

- A. o clima e a abundância de água, que tornam os solos férteis e fáceis de trabalhar.
- B. o relevo, que é mais acidentado no norte e mais plano no sul.
- C. a densidade populacional e acontecimentos ou processos históricos, como a Reconquista.
- D. os objetivos da produção e as tecnologias utilizadas, que modernizam as explorações.

b. Esses fatores conduziram a contrastes que caracterizam o espaço agrário português:

- A. no sul, predominam as explorações de pequena dimensão e, no norte, as de grande dimensão.
- B. no norte, predominam as explorações de pequena dimensão e, no sul, sobretudo no Alentejo, as de maior dimensão.
- C. a grande propriedade é dominante em todo o país, mas predomina, em particular, na região Norte.
- D. no Alentejo, pela sua grande dimensão, as explorações são em maior número do que nas restantes regiões.

- 1.2 **Explique** a influência que a irregularidade da precipitação, característica marcante do clima português, pode ter na agricultura.

2. Observe a Fig. 1.

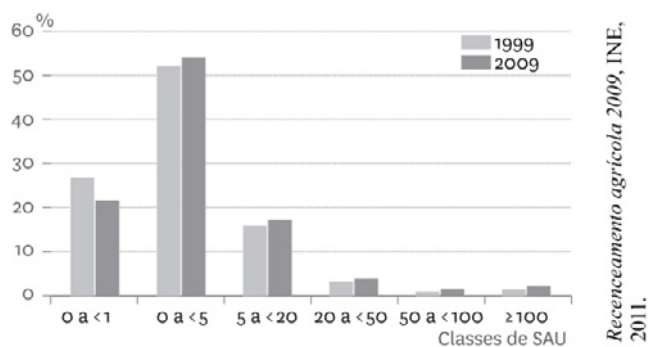


Fig. 1 Repartição do número de explorações, por classes de SAU (1999 – 2009).

2.1 **Indique** a frase que completa de forma correta a afirmação inicial.

a. A Fig. 1 permite concluir que a dimensão média das explorações

- A. aumentou muito, alterando significativamente a estrutura fundiária.
- B. não sofreu qualquer alteração, principalmente as explorações menores.
- C. tornou-se significativamente menor, devido à redução das explorações maiores.
- D. aumentou um pouco, sobretudo pela redução do número das explorações com menos de 1 hectare de SAU.

2.2 **Refleta** sobre as vantagens do emparcelamento, tendo em conta as características estruturais das explorações agrícolas em Portugal.

Ficha 2 A agricultura portuguesa e a PAC

Nome _____ N.º _____ Turma _____
Data ____/____/____ Prof. _____

1. A integração na PAC representou, para a agricultura portuguesa, um processo que levantou dificuldades, mas também ofereceu oportunidades de desenvolvimento e progresso.

1.1 Indique, em cada alínea, a frase que completa de forma correta a afirmação inicial.

a. A PAC é a política comunitária

- A. mais recente, criada com o grande objetivo de regular o mercado agrícola interno da UE.
- B. que define as diretivas e medidas comunitárias no que respeita à preservação ambiental.
- C. para o setor agrícola que atribui subsídios aos agricultores que mais produzem.
- D. para o setor agrícola que valoriza o respeito pelo ambiente e a segurança alimentar.

b. As reformas da PAC que introduziram maiores alterações foram

- A. as de 1984, 1988 e 2004.
- B. as de 1980, 1984 e 1999.
- C. as de 1984, 1988 e 1995.
- D. as de 1992, 1999 e 2003.

1.2 Mencione duas das dificuldades com que o setor agrícola nacional teve de se confrontar e dois aspetos em que beneficiou, durante o processo de integração.

2. Leia atentamente o Doc. 1.

Doc. 1

Uma nova PAC

Os agricultores já não são pagos para produzir apenas produtos alimentares. A atual PAC é orientada para a procura. **Tem inteiramente em conta as preocupações dos consumidores e dos contribuintes, dando simultaneamente aos agricultores da UE a liberdade de produzir o que o mercado pretende.** Futuramente, a grande maioria da ajuda aos agricultores será paga independentemente do que ou de quanto produzirem, através de um pagamento único por exploração. No passado, quanto mais os agricultores produziam, mais subsídios recebiam. Ao abrigo do novo sistema, os agricultores continuarão a receber pagamentos diretos relacionados com o rendimento, a fim de manter a sua estabilidade, mas a ligação à produção foi reduzida. Além disso, os agricultores terão de respeitar as normas em matéria de ambiente, de segurança alimentar e de bem-estar dos animais.

Adaptado de: *A PAC Explicada*, Comissão Europeia, 2005.

2.1 Indique a que reforma da PAC se refere o Doc. 1.

2.2 Justifique a afirmação destacada, tendo em conta as possibilidades de diversificação de atividade e de rendimento dos agricultores.

2.3 Explícite o significado do princípio da condicionalidade, adotado pela reforma da PAC a que se refere o Doc. 1, tendo em conta a última afirmação do texto.

Ficha 3 Novas oportunidades para as áreas rurais

Nome _____ N.º _____ Turma _____
Data ____ / ____ / ____ Prof. _____

1. As áreas rurais portuguesas apresentam alguma diversidade de características, problemas e potencialidades.

1.1 Indique, em cada alínea, a frase que completa de forma correta a afirmação inicial.

a. De entre os principais problemas das áreas rurais, podem destacar-se

- A. a perda e envelhecimento da população e baixo nível de instrução e de qualificação profissional dos recursos humanos.
- B. a falta de emprego, devido essencialmente ao crescimento acentuado da população ativa e à crescente procura dos espaços rurais.
- C. o aumento de atividades de lazer e de turismo em espaço rural associadas a diferentes regiões e paisagens rurais do país.
- D. a preocupação cada vez maior com a preservação do ambiente, do património natural e histórico e dos recursos e tradições próprios das diferentes regiões.

b. Como potencialidades de desenvolvimento das áreas rurais, podem considerar-se

- A. o predomínio de explorações de pequena dimensão fundiária e económica.
- B. a crescente ocupação urbana do território e o conseqüente aumento demográfico.
- C. o património natural e paisagístico, baixos níveis de poluição e o saber-fazer tradicional.
- D. a carência de equipamentos sociais, culturais, recreativos e de serviços de proximidade.

2. Leia atentamente o Doc. 1

Doc. 1 Turismo rural, âncora de desenvolvimento dos territórios

O turismo rural é um setor pleno de potencialidades, capaz de contribuir (como ator e indutor) para o processo de desenvolvimento sustentado dos territórios rurais, abrangendo as dimensões económica, social e ambiental, criando e captando valor nos territórios rurais a partir de uma série de recursos e de atividades. Depois de uma caminhada desde os finais da década de 1970, em que a oferta se foi diversificando e se consolidaram diversas formas de turismo rural, surgem variadas experiências e bons exemplos de novas abordagens, de base territorial, em que a oferta turística em meio rural surge organizada em produtos integrados e diferenciados. Neste processo, salientamos o papel dos Programas de Iniciativa Comunitária LEADER e, mais tarde, a integração da abordagem LEADER nos Programas de Desenvolvimento Rural, que ao identificarem o Turismo Rural como âncora do desenvolvimento dos territórios, contribuíram para a dinamização deste setor.

Adaptado de: *Em Rede*, n.º 2, RRN, 2013.

2.1 Indique dois argumentos que justifiquem o título do Doc. 1.

2.2 Mencione os princípios da abordagem LEADER, descodificando esta sigla.

Ficha 4 A organização das áreas urbanas

Nome _____ N.º _____ Turma _____
Data ____/____/____ Prof. _____

1. Em Portugal, tem-se assistido à concentração da população e das atividades nas áreas urbanas, habitualmente consideradas como motores de crescimento económico.

1.1 Indique, em cada alínea, a frase que completa de forma mais correta a afirmação inicial.

a. A taxa de urbanização é

- A. a parte da população que reside em áreas urbanas.
- B. a parte da população que reside nas principais cidades.
- C. a percentagem de população que reside em áreas urbanas.
- D. a percentagem de áreas urbanas que existe num país.

b. Áreas funcionais

- A. são áreas do centro da cidade que oferecem funções variadas como a comercial, a turística, ou a residencial.
- B. são áreas homogéneas em relação às funções que oferecem, como a comercial, a industrial ou a residencial.
- C. são as de nível mais elevado, que existem no CBD das maiores cidades, como a comercial ou a financeira.
- D. são áreas cuja renda locativa depende da distância ao centro, como a comercial, a financeira ou a turística.

c. A sucessão de funções no centro das cidades tem como principais fatores

- A. a diminuição da acessibilidade, o seu congestionamento e o aparecimento de novas centralidades.
- B. a especulação fundiária, que conduz à substituição das funções mais nobres pelos serviços financeiros.
- C. a deslocalização das sedes das empresas e de serviços para áreas mais bem servidas pelos transportes.
- D. o surgimento de novas áreas secundárias, em locais onde o espaço disponível permite ofertas inovadoras.

2. O centro histórico é o cartão de visita do Porto, mas há muito que deixou de se associar à componente habitacional.

2.1 Justifique a afirmação anterior.

2.2 Enuncie duas medidas que possam contribuir para travar e/ou inverter o despovoamento dos centros históricos.

2.3 Mencione dois fatores que explicam a periferização da indústria, nas cidades.

2.4 Explique o papel do custo do solo na terciarização do centro das cidades.

Ficha 5 Expansão urbana e problemas urbanos

Nome _____ N.º _____ Turma _____
Data ____/____/____ Prof. _____

1. O processo de urbanização em Portugal ocorreu de forma intensa num período reduzido de tempo, o que levou a que alguns dos problemas comuns à generalidade das cidades assumam particular gravidade no nosso país.

1.1 Indique, em cada alínea, a frase que completa de forma mais correta a afirmação inicial.

- a. A suburbanização é um processo caracterizado
- A. pela deslocação de população para uma periferia mais afastada da cidade, com manutenção dos traços rurais e preservação ambiental.
 - B. pela deslocação da população do centro para a periferia próxima da cidade, para o qual continua a dirigir-se diariamente para trabalhar.
 - C. pelo regresso da população às áreas centrais da cidade, na sequência de processos de requalificação, num movimento centrípeto.
 - D. pelo regresso da população às áreas da periferia mais afastada da cidade, na sequência do congestionamento do centro.
- b. A expansão suburbana e as consequentes dificuldades de acesso à habitação deram origem
- A. à degradação dos centros das cidades, com a desqualificação dos espaços públicos e ao envelhecimento da população residente.
 - B. ao aumento das situações de pobreza e marginalização, associadas ao desemprego, e aumento das doenças do sistema nervoso.
 - C. a vastas áreas de génese ilegal, deficitárias em espaços públicos qualificados e desfavorecidas em equipamentos e serviços coletivos.
 - D. ao aumento da poluição atmosférica, resultante da intensificação dos movimentos pendulares entre a periferia e o centro da cidade.
- c. Os processos de periurbanização e suburbanização têm como principais consequências
- A. o aumento da produção de resíduos urbanos, a intensificação dos movimentos pendulares e a ocupação de solos agrícolas e florestais.
 - B. a intensificação da atividade agrícola e o aumento do consumo de combustível decorrente dos movimentos pendulares.
 - C. o aumento das despesas com a instalação de infraestruturas, a ocupação de solos agrícolas e a decadência da atividade agrícola.
 - D. uma grande pressão sobre os transportes públicos e um aumento das despesas, da fadiga e do stresse associados às deslocações.

1.2 Exponha o papel do planeamento na recuperação da qualidade de vida urbana, referindo-se a dois dos seus instrumentos e a dois processos de revitalização urbanística.

2. Em torno de Lisboa e Porto, com o decorrer do tempo, e em ligação com o fenómeno de suburbanização, alguns centros da rede urbana foram ganhando autonomia relativamente ao centro principal e desenvolveram relações com outros centros satélites, conduzindo à formação das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

2.1 Refira dois fatores da expansão urbana em torno de Lisboa e do Porto.

2.2 Demonstre a relevância económica das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto à escala nacional.

Ficha 6 Características da rede urbana

Nome _____ N.º _____ Turma _____
Data ____/____/____ Prof. _____

1. Portugal confronta-se com algumas debilidades ao nível do sistema urbano.

1.1 Indique, em cada alínea, a frase que completa de forma correta a afirmação inicial.

a. Algumas características do sistema urbano de Portugal Continental são

- A. duas áreas metropolitanas de grande dimensão populacional, uma vasta mancha litoral de urbanização difusa, uma urbanização linear ao longo da costa algarvia e um conjunto de pequenas cidades no interior.
- B. duas áreas metropolitanas de grande dimensão populacional, a urbanização difusa junto ao litoral, sobretudo nos arquipélagos, a urbanização linear da costa algarvia e um conjunto de pequenas cidades raianas.
- C. duas grandes cidades, em termos físicos e populacionais, Lisboa e Porto, uma vasta mancha de urbanização junto ao litoral, uma urbanização linear ao longo da fronteira e um conjunto de pequenas cidades no Algarve.
- D. duas grandes cidades, em termos físicos e populacionais, Lisboa e Porto, uma vasta mancha urbana no norte, uma urbanização linear ao longo da fronteira e um conjunto de pequenas cidades nas regiões autónomas.

b. As dinâmicas territoriais recentes traduzem, entre outras tendências

- A. a redução da suburbanização e do policentrismo funcional na rede urbana do litoral e o ganho demográfico de alguns centros urbanos do interior, a par do despovoamento.
- B. o reforço da suburbanização e do policentrismo funcional na rede urbana do litoral e a perda demográfica da maioria das cidades do interior, em despovoamento.
- C. a redução do peso das AM de Lisboa e do Porto no total da população e a perda de dinamismo de alguns centros urbanos do interior, em contexto de despovoamento.
- D. a estabilização do peso das AM de Lisboa e Porto no total da população e a afirmação de alguns centros urbanos do interior, em contexto de despovoamento.

2. As Figs. 1 e 2 representam, respetivamente, a distribuição das cidades e o escalonamento urbano em função do número de habitantes na Região Autónoma da Madeira.



Fig. 1



Fig. 2

2.1 Caracterize a rede urbana da Região Autónoma da Madeira nos dois aspetos representados.

2.2 Demonstre que esta região portuguesa ilustra, nestes aspetos, as características da rede urbana nacional.

2.3 Caracterize a rede urbana nacional no que respeita às funções desempenhadas pelos centros urbanos.

Ficha 7 Reorganização da rede urbana e parcerias urbano/rurais

Nome _____ N.º _____ Turma _____
Data ____/____/____ Prof. _____

1. A reorganização do sistema urbano é fundamental para promover a correção das assimetrias regionais.

1.1 Indique, em cada alínea, a frase que completa de forma mais correta a afirmação inicial.

- a. As cidades médias podem ter um importante papel na redistribuição da população e das atividades porque
 - A. a população e as atividades usufruem de equipamentos comuns, gerando economias de escala.
 - B. a população e as atividades tendem, com vantagens, a concentrar-se nas grandes aglomerações.
 - C. podem atrair a população e as atividades, gerando desenvolvimento e deseconomias de escala.
 - D. proporcionam as vantagens das economias de aglomeração sem se encontrarem ainda saturadas.
- b. O desenvolvimento de uma rede urbana policêntrica e equilibrada
 - A. pressupõe a existência de grandes cidades, com grande área de influência, em todas as regiões.
 - B. pressupõe uma articulação e complementaridade de funções nos centros urbanos próximos.
 - C. depende das redes de transportes pois melhoram a acessibilidade viária entre os centros urbanos.
 - D. é o objetivo dos principais centros urbanos, para aumentarem as respetivas áreas de influência.
- c. Entre os vários programas destinados à promoção do desenvolvimento das cidades médias encontram-se
 - A. o PRAUD, o POLIS e o PER.
 - B. o POLIS e o PROSIURB.
 - C. o PDM, o PP e o PER.
 - D. o PROSIURB e o PP.

1.2 Mencione a importância da rede de transportes na articulação da rede urbana.

2. No caso português constata-se a natureza insuficiente da internacionalização do sistema urbano, realidade particularmente visível no espaço ibérico, mas também a escalas mais amplas e tende a agravar-se com o alargamento da União Europeia.

2.1 Comente a afirmação anterior, considerando a inserção da rede urbana portuguesa na rede urbana europeia.

3. As estratégias de coesão e de desenvolvimento territorial passam pelo reforço das parcerias entre as cidades e as áreas rurais, cujas funções tradicionais se alteraram.

3.1 Mencione duas das novas funções dos espaços rurais.

3.2 Refira dois dos fatores responsáveis pela mudança das funções exercidas pelos espaços rurais.

3.3 Demonstre a importância da criação de parcerias regionais para uma maior coesão territorial.

Ficha 8 Competitividade dos diferentes modos de transporte

Nome _____ N.º _____ Turma _____
Data ____/____/____ Prof. _____

1. Observe atentamente o Quadro 1.

Quadro I Quantidade de mercadorias saídas de Portugal, por destino, segundo o modo de transporte

Modo de transporte	Total	Rodoviário	Marítimo	Aéreo	Outros ^(a)
Países de destino	t	t	t	t	t
Total	31 895 601	12 733 138	18 066 187	913 246	183 030
Europa	20 597 999	12 694 177	7 384 328	342 978	176 516
Países da UE	19 380 657	12 534 814	6 328 913	342 142	174 787
África	5 912 492	23 051	5 867 378	21 194	869
América	2 724 868	7 366	2 703 712	8 486	5 304
Ásia	1 678 655	8 423	1 662 951	6 939	342
Austrália e Oceania	31 899	118	31 400	381	

Estadísticas dos Transportes 2012, INE 2013.

^(a) Inclui transporte ferroviário, remessas postais, instalações fixas de transporte e propulsão própria.

1.1 Indique, em cada alínea, a frase que completa de forma correta a afirmação inicial.

- a. As mercadorias que se destinam à UE representam, relativamente ao total de mercadorias saídas de Portugal, cerca de
A. 60%. B. 55%. C. 33%. D. 25%.
- b. Nas mercadorias saídas de Portugal, o modo de transporte marítimo destaca-se
A. dentro do continente europeu.
B. nos destinos intracomunitários.
C. nos destinos extracomunitários.
D. no transporte para a Ásia.
- c. A atual política de transportes da UE privilegia o transporte de mercadorias, por via marítima, entre os Estados-membros para
A. aumentar as importações de petróleo oriundo do mar do Norte.
B. aumentar a capacidade de carga e a flexibilidade de itinerários.
C. evitar a imigração ilegal oriunda de países extracomunitários.
D. evitar condicionamentos à circulação rodoviária no interior da UE.
- d. O modo de transporte mais utilizado para exportar mercadorias para outros países da UE é o rodoviário, porque é aquele que apresenta
A. uma rede mais densa e menor consumo energético.
B. uma rede mais densa e maior flexibilidade nos percursos.
C. maior segurança e maior flexibilidade nos percursos.
D. maior capacidade de carga e menor consumo energético.
- e. O modo de transporte ferroviário, incluído na coluna «Outros», é o que tem menor expressão no transporte de mercadorias para a UE, porque é o que apresenta
A. maiores impactes ambientais. B. uma rede menos estruturada.
C. maior nível de sinistralidade. D. menor capacidade de carga.

Ficha 9 Modos de transporte: diversidade e desigualdade espacial das redes

Nome _____ N.º _____ Turma _____
Data ____ / ____ / ____ Prof. _____

1. Analise com atenção as Figs. 3 e 4 da pág. 170 do manual.

1.1 Indique, em cada alínea, a frase que completa de forma correta a afirmação inicial.

- a. A rede ferroviária nacional apresenta uma distribuição heterogénea. A afirmação é verdadeira porque
 - A. é igualmente densa em todo o território, quer a norte, quer a sul do Tejo.
 - B. é mais densa entre o rio Douro e o rio Tejo do que a norte do rio Douro.
 - C. apresenta a configuração de uma rede de «penetração» em todo o território.
 - D. é menos densa entre o rio Douro e o rio Tejo do que a norte do rio Douro.
- b. A atual diminuição da rede ferroviária deve-se
 - A. aos reduzidos custos de manutenção e ao reduzido número de passageiros.
 - B. ao elevado número de passageiros e à grande flexibilidade de itinerários.
 - C. à reduzida flexibilidade de itinerários e ao ganho de competitividade face ao rodoviário.
 - D. aos elevados custos de manutenção e à perda de competitividade face ao rodoviário.
- c. Nas últimas décadas, o transporte ferroviário nacional sofreu melhorias como
 - A. a duplicação das linhas e o aumento do conforto e segurança.
 - B. a eletrificação das linhas e o aumento da flexibilidade de itinerários.
 - C. a diminuição da mobilidade e as acessibilidades nas áreas metropolitanas.
 - D. o aumento das acessibilidades e impactes ambientais nas áreas suburbanas.
- d. O transporte ferroviário de passageiros apresenta potencialidades como
 - A. a aposta em novas ligações nacionais, excluindo as ligações suburbanas.
 - B. o encerramento das ligações com interesse turístico e abertura de novos troços.
 - C. a reativação/dinamização de troços e a introdução da rede de Alta Velocidade.
 - D. a renovação das ligações suburbanas e os encerramentos das ligações internacionais.

2. O transporte intermodal ganha cada vez maior importância em Portugal e na UE.

2.1 Explique o papel da logística e da modernização dos equipamentos e serviços das plataformas intermodais, para a otimização das cadeias de transporte.

3. Observe a Fig. 1 da pág. 176 do Manual.

3.1 Descreva o traçado e a constituição da rede portuguesa de gasodutos, indicando as suas ligações internacionais.

3.2 Explique a importância da entrada em funcionamento do terminal de gás liquefeito de Sines.

3.3 Indique as principais vantagens do transporte de gás natural e petróleo por gasoduto e oleoduto.

Ficha 10 Complementariedade entre modos de transporte

Nome _____ N.º _____ Turma _____

Data ____/____/____ Prof. _____

1. **Analise** com atenção a Fig. 1 desta ficha e o Doc. 3 da pág. 167 do Manual.

1.1 **Indique**, em cada alínea, a frase que completa de forma correta a afirmação inicial.

a. O transporte multimodal ou intermodal

A. implica a utilização de três modos de transporte.

B. pressupõe a conjugação de vários modos de transporte.

C. contribui para deslocações mais rápidas e menos económicas.

D. desequilibra a repartição modal do tráfego de mercadorias.

b. A complementaridade entre vários modos de transporte apresenta vantagens, tais como:

A. diminui a automatização e aumenta a eficiência dos serviços.

B. encarece, mas aumenta o número e a rapidez das deslocações.

C. diminui os investimentos em equipamentos de carga e descarga.

D. reduz os congestionamentos e diminui o impacto ambiental.

c. A aposta da Política Europeia de Transportes na intermodalidade tem como principal objetivo

A. reduzir o congestionamento das infraestruturas rodoviárias e melhorar o desempenho ambiental do conjunto do sistema de transportes.

B. criar mais autoestradas ou serviços de transportes internacionais rodoviários de mercadorias de qualidade.

C. contribuir para um sistema de transportes menos eficiente e sustentável que proporcione um valor acrescentado comunitário.

D. transferir o transporte de mercadorias do modo marítimo para o rodoviário ou para uma combinação de modos de transporte.



Fig. 1

2. **Leia** atentamente o Doc. 1.

2.1 **Identifique** as áreas geográficas analisadas no documento.

2.2 **Indique** as vantagens da utilização do comboio nessas áreas.

2.3 **Relacione** a pontualidade e a qualidade dos serviços com a capacidade competitiva do comboio face ao automóvel particular.

2.4 **Mencione** outra situação em que o modo ferroviário se torna competitivo.

Doc. 1

Serviços CP

A CP coloca à disposição, nas linhas de Lisboa, Porto, Cascais e Sintra, serviços urbanos que facilitam a mobilidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida nessas áreas. A pontualidade dos serviços é um fator determinante. Os serviços são reforçados nas horas de ponta para não comprometer o conforto.

Adaptado de: *site* oficial da CP, 2014.

Ficha 11 Revolução das telecomunicações e seu impacto nas relações interterritoriais

Nome _____ N.º _____ Turma _____
Data ____/____/____ Prof. _____

1. **Observe** com atenção as Figs. 1 e 2 da página 185 do manual.

1.1 **Explique** o papel que atualmente as telecomunicações desempenham na dinamização das atividades económicas.

1.2 **Mencione** os programas que foram adotados, em Portugal, na área das telecomunicações.

1.3 **Apresente** duas vantagens/desvantagens da utilização das TIC.

2. **Analise** com atenção a Fig. 1.

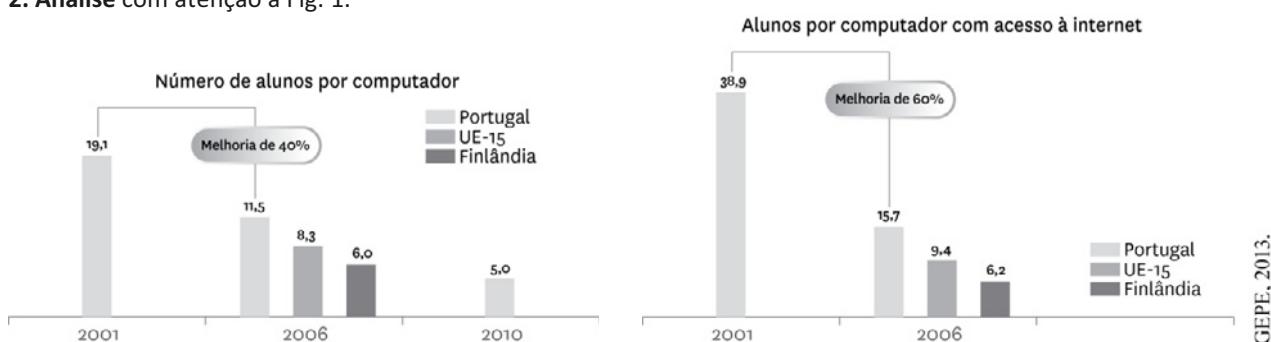


Fig. 1 Evolução do número de alunos por computador e por computador ligado à internet.

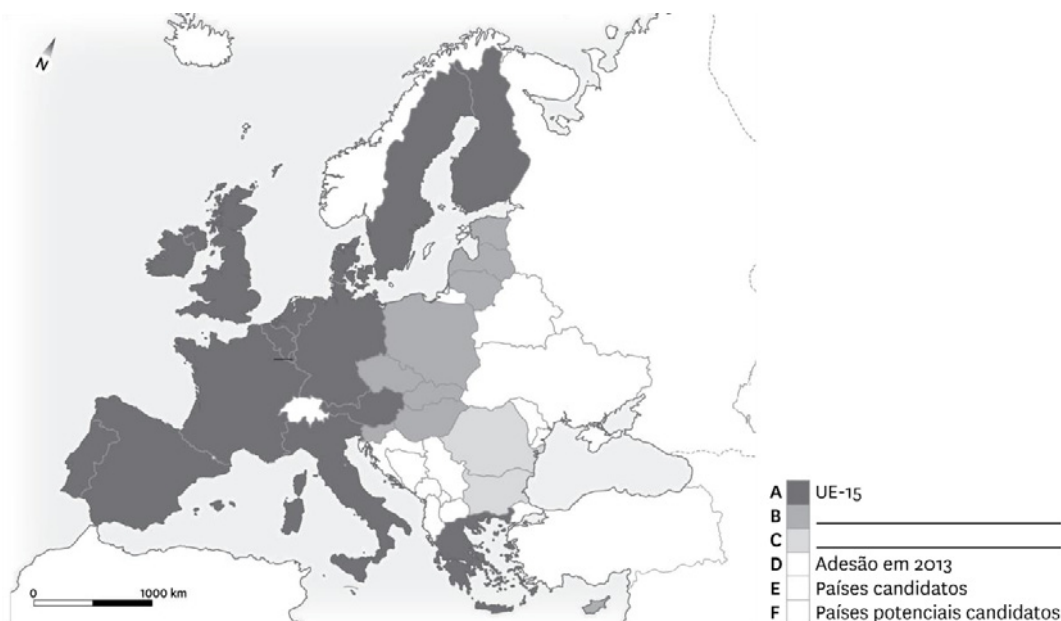
2.1 **Indique** em cada alínea, a frase que completa de forma correta a afirmação inicial.

- a. Relativamente aos indicadores representados na figura, Portugal
- A. apresenta uma evolução positiva e regista valores acima da média da UE.
 - B. apesar de uma evolução positiva, ainda se encontra abaixo da média da UE.
 - C. apresenta em todos uma evolução negativa, ficando abaixo da média da UE.
 - D. embora apresente uma evolução negativa, já se encontra acima da média da UE.
- b. A aposta nas TIC é uma prioridade nacional e europeia porque
- A. aumenta a competitividade, diminui as desigualdades territoriais e melhora a qualidade de vida.
 - B. diminui as distâncias, dificulta o acesso a bens e serviços e contribui para diminuir a qualidade de vida.
 - C. fomenta o crescimento económico, aumenta o desemprego e as assimetrias e melhora a qualidade de vida.
 - D. possibilita a inclusão social, dificulta a difusão de informação e aumenta a qualidade de vida da população.
- c. A política europeia para a sociedade da informação tem como principal objetivo
- A. a diminuição da inovação e do investimento em investigação na área das TIC em cada Estado-membro.
 - B. a implementação de políticas nacionais independentes das linhas de orientação comunitárias.
 - C. a criação de um espaço único europeu de informação e uma sociedade de informação e dos *media* inclusiva.
 - D. o aumento de 25% a 30% do apoio à investigação no domínio das TIC a nível comunitário até 2010.

Ficha 12 Integração de Portugal na UE: desafios e oportunidades

Nome _____ N.º _____ Turma _____
Data ____ / ____ / ____ Prof. _____

1. O mapa da Fig. 1 representa os Estados-membros da UE em 2014.



1.1 Indique, em cada alínea, a frase que completa de forma correta a afirmação inicial.

- a. Os países assinalados no mapa da Fig. 1 com as cores B e C da legenda aderiram à UE em:
- A. B em 2007 e C em 2004.
 - B. B em 2005 e C em 2007.
 - C. B em 2004 e C em 2007.
 - D. B em 2004 e C em 2006.
- b. O alargamento da UE, de 15 para 28 países, significou, para Portugal e para os restantes Estados-membros, uma oportunidade porque
- A. passou a existir maior oferta de emprego, devido ao aumento de diversidade sociocultural.
 - B. a superfície e a população da UE tornaram-se maiores, devido ao maior número de países.
 - C. registou-se um empobrecimento, em termos globais, baixando a média comunitária.
 - D. deu-se um grande aumento do mercado único e das oportunidades de negócio.

1.2 Atribua cores diferentes aos itens D, E e F da legenda do mapa da Fig. 1 e, depois, assinale, com a cor da legenda e o respetivo nome os países correspondentes.

2. Nos novos Estados-membros, tal como em Portugal, a maior parte das regiões estão incluídas no objetivo «Convergência» definido para o período de 2007-2013.

2.1 Mencione a política comunitária a que se refere a afirmação anterior e a instituição europeia responsável pela sua coordenação.

2.2 Enumere as áreas essenciais em que se desenvolve essa política comunitária e os fundos estruturais que a financiam.

2.3 Justifique a afirmação inicial.

Ficha 1 – As fragilidades dos sistemas agrários

1.1 a. C; b. B.

1.2 O clima português caracteriza-se por uma grande irregularidade da precipitação tanto ao longo do ano como de ano para ano. Assim, as espécies cultivadas têm de ser adaptadas a um outono e inverno geralmente mais chuvosos, com anos em que a chuva se prolonga pela primavera quase até ao verão, e a um verão, geralmente seco e quente. Não raramente, acontecem períodos de seca prolongados, como em 2005. Se, num ano, o regime de precipitação foge mais ao habitual por ser mais seco, prejudica grande parte das culturas de regadio. Se a chuva se prolonga muito pela primavera, outras culturas são afetadas. Também é frequente surgirem trovoadas acompanhadas de granizo que podem destruir colheitas inteiras.

2.1 a. D.

2.2 O emparcelamento permite agrupar parcelas de diferentes proprietários (por permuta, compra/venda, etc.) e, nesse sentido, aumentar a dimensão média das explorações agrícolas. A sua implementação em Portugal contribuiu, em parte, quer para o aumento da dimensão física das explorações quer para modernizar a agricultura, uma vez que permite melhorar a organização da produção e aumentar a rendibilidade dos fatores de produção, nomeadamente das infraestruturas, das máquinas e sistemas de rega.

Ficha 2 – A agricultura portuguesa e a PAC

1.1 a. D; b. D.

1.2 As duas maiores dificuldades, para além do atraso da nossa agricultura em relação aos outros países da UE, foram a concretização do Mercado Único (1993) que, ao estabelecer a livre circulação de produtos, expôs prematuramente o mercado português à concorrência externa, e a primeira reforma da PAC, que impôs limitações à produção e introduziu um sistema de repartição dos apoios em função do rendimento médio e da área de exploração, que beneficiava essencialmente alguns setores e os países que mais produziam, o que não era o caso de Portugal. Por outro lado, durante o primeiro período de integração, até 1990, Portugal não esteve sujeito às regras de preços e mercados da PAC, para facilitar a adaptação, e beneficiou de incentivos financeiros do PEDAP – Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa – cujo principal objetivo era promover uma modernização acelerada nos primeiros anos, para mais facilmente enfrentar a abertura ao mercado europeu.

2.1 Refere-se à reforma de 2003.

2.2 A PAC de 2003 foi mais orientada para os consumidores, dando maior liberdade aos agricultores, uma vez que o pagamento único por exploração é independente do que produzem e da quantidade produzida. Deste modo, permite que os agricultores diversifiquem a sua produção, adaptando-a às necessidades do mercado.

2.3. Os agricultores terão de respeitar as normas em matéria de ambiente, de segurança alimentar e de bem-estar dos animais. Esta condição é assegurada pelo princípio da condicionalidade, isto é, se não for respeitada,

o agricultor perde o direito ao pagamento único por exploração. Além disso, esse pagamento está também dependente de outra condição – manter todas as superfícies agrícolas em boas condições agronómicas e ambientais.

2.4 A melhoria da competitividade agrícola e da sustentabilidade ambiental.

Ficha 3 – Novas oportunidades para as áreas rurais

1.1 a. A; b. C.

2.1 Podem ser referidos aspetos como: o turismo cria novas atividades e oportunidades de emprego, aumenta os rendimentos e a viabilidade económica das explorações agrícolas e das comunidades rurais, contribui para fixar a população, contribui para manter o património edificado e as paisagens, etc.

2.2 A abordagem LEADER, que significa Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural, pressupõe o desenvolvimento de projetos sustentáveis e integrados de desenvolvimento rural e o envolvimento das comunidades locais na definição das estratégias de desenvolvimento.

Ficha 4 – A organização das áreas urbanas

1.1 a. C; b. B; c. A.

2.1 O facto de ser o centro histórico demonstra que a cidade ali teve origem e, como tal, a componente habitacional terá sido muito importante. Porém, o elevado custo do solo nesta área, aliado ao aumento demográfico e ao desenvolvimento dos transportes, levou a que o centro fosse perdendo essa função, à medida que as atividades terciárias substituíram a função residencial. Atualmente, perdeu atratividade para a população, aí residindo, sobretudo, idosos ou população de fracos recursos ocupando casas desabitadas.

2.2 Aceitam-se: a melhoria da gestão do tráfego automóvel e do sistema de transportes, a implementação de iniciativas de revitalização urbana, a recuperação de edifícios, a criação de incentivos ao arrendamento para jovens, a dinamização das atividades económicas, a melhoria da gestão do tráfego automóvel, ou outros considerados pertinentes.

2.3 Aceitam-se: os efeitos poluidores da indústria, as exigências em termos de espaço, os elevados custos do solo no centro, os problemas do trânsito e de estacionamento, etc.

2.4 O elevado custo do solo no centro tem levado à saída das indústrias, nomeadamente as mais exigentes em espaço, e à perda de importância da função residencial, em favor da sua ocupação com atividades do setor terciário. O centro das cidades corresponde a uma área com boa acessibilidade, onde a procura é maior do que a oferta, pelo que o custo do solo é, ali, muito elevado. Deste modo, as funções que aí se instalam são as que retiram vantagens da centralidade que esta área oferece e podem pagar rendas muito elevadas, o que tem conduzido à terciarização do centro.

Ficha 5 – Expansão urbana e problemas urbanos

1.1 a. B; b. C; c. C.

1.2 A resposta deve deixar claro o papel crucial do planeamento na prevenção e na resolução dos problemas urbanos. Como exemplos de instrumentos podem ser referidos os PMOT, PDM, PU ou PP, caracterizando cada um deles para demonstrar a sua pertinência. Como exemplos de processos de revitalização urbanística podem ser explicitados a reabilitação, a requalificação e a renovação urbanas.

2.1 Aceitam-se o crescimento demográfico, o desenvolvimento das atividades económicas, o aumento da taxa de motorização das famílias, o desenvolvimento dos transportes, etc.

2.2 A resposta deverá acentuar a importância das AM de Lisboa e do Porto, e de forma mais acentuada a de Lisboa, na dinamização da economia nacional. Devem ser referidas a grande concentração de atividades económicas e de emprego, a capacidade para atrair investimento estrangeiro, o VAB e a produtividade média superiores à média nacional, etc.

Ficha 6 – Características da rede urbana

1.1 a. A; b. D.

2.1 A resposta deverá basear-se na análise das duas figuras, que revelam um desequilíbrio da rede urbana, quer na distribuição quer na dimensão dos centros urbanos. Na Fig. 1 constata-se uma distribuição desequilibrada das cidades na Madeira, pois concentram-se essencialmente no litoral sudeste da ilha. A Fig. 2 revela um desequilíbrio na dimensão das cidades, destacando-se claramente o Funchal (com mais de cem mil habitantes) das restantes cidades desta região. (Pode afirmar-se que se trata de uma rede macrocéfala.)

2.2 A rede urbana nacional é desequilibrada na distribuição dos centros urbanos e na sua dimensão. Existe uma concentração de cidades em torno de Lisboa e Porto, no litoral ocidental entre estas cidades e no litoral algarvio. Por outro lado, existem duas cidades maiores (embora com grande diferença entre elas), poucas cidades médias e muitas pequenas cidades.

2.3 A rede urbana portuguesa caracteriza-se por um grande desequilíbrio, no que respeita às funções desempenhadas pelos centros urbanos. As áreas urbanas do litoral detêm uma grande concentração de serviços de nível superior, em particular as aglomerações de Lisboa e Porto (bipolarização), em detrimento dos restantes centros urbanos, em particular do interior (litoralização das funções).

Ficha 7 – Reorganização da rede urbana e parcerias urbano/rurais

1.1 a. D; b. B; c. B.

1.2 Para que haja uma articulação da rede urbana tornase necessário que exista uma boa rede de transportes, com ligações entre a rede principal e a rede secundária, de forma a fazer-se a ligação entre os diversos centros urbanos e entre estes e as respetivas áreas de influência.

2.1 O comentário poderá ser feito através da especificação de algumas das ideias da afirmação, nomeadamente: «... natureza insuficiente da internacionalização do sistema urbano»/fraca representatividade/posição das cidades portuguesas no contexto/hierarquia internacional; «... rea-

lidade particularmente visível no espaço ibérico»/apenas Lisboa e Porto assumem uma posição de destaque na rede ibérica e, mesmo assim, a seguir às duas maiores cidades de Espanha (Madrid e Barcelona); «... esta realidade tende a agravar-se com o alargamento da União Europeia» /o alargamento da UE a Leste deslocou o centro da União, fazendo com que as cidades portuguesas e Portugal se tornem mais periféricos no contexto europeu.

3.1 Podem referir-se a função residencial para população proveniente das áreas urbanas, expansão de atividades tradicionalmente urbanas, turismo, serviços ambientais, entre outros.

3.2 Aceitam-se a difusão dos meios de informação e comunicação, o alargamento das redes de transportes, o aumento da mobilidade individual, a crescente interação entre a população urbana e a população rural, etc.

3.3 O reforço das parcerias entre as cidades e as áreas rurais permitirá criar condições de vida e oportunidades de realização pessoal e profissional para a população que opta por residir em pequenos centros urbanos e em áreas rurais. Isso permite a correção das desigualdades nas condições de vida da população, um maior equilíbrio na sua distribuição, a integração das regiões e uma maior coesão territorial.

Ficha 8 – Competitividade dos diferentes modos de transporte

1.1 a. A; b. A; c. D; d. B; e. B.

Ficha 9 – Modos de transporte: diversidade e desigualdade espacial das redes

1.1 a. B; b. D; c. A; d. C.

2.1 Referir aspetos como: permitem o reforço das ligações europeias; aumentam a produtividade, a competitividade e o desenvolvimento regional; criam ligações eficientes entre os modos de transporte; reduzem os custos ambientais, entre outros.

3.1 O traçado da rede estende-se, sobretudo, ao longo do litoral (partindo de Sines até Valença), estabelecendo algumas ligações ao interior, nomeadamente a Viseu, Guarda e Campo Maior.

3.2 Permite que o país diversifique a sua oferta em termos desta fonte de energia e diminui a dependência de Portugal face ao gás argelino.

3.3 Referir, entre outras vantagens, o menor impacto ambiental, a redução dos custos e o aumento da segurança no transporte.

Ficha 10 – Complementaridade entre modos de transporte

1.1 a. B; b. D; c. A.

2.1 Áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

2.2 Maior rapidez, segurança e menor impacto ambiental.

2.3 São dois dos pontos fortes do modo de transporte ferroviário, uma vez que, nas áreas metropolitanas, o modo rodoviário enfrenta cada vez mais problemas de congestionamentos de tráfego, que afetam a sua pontualidade e relegam para segundo plano questões como a comodidade e o transporte «porta a porta».

2.4 No tráfego inter-regional de passageiros, com o desenvolvimento das linhas de alta velocidade.

Ficha 11 – Revolução das telecomunicações e seu impacto nas relações interterritoriais

1.1 As telecomunicações aumentam a produtividade de outras atividades e, em simultâneo, geram novos setores produtivos, desde a investigação à indústria de equipamentos e consumíveis e aos serviços que lhes estão associados. Consideram-se, por isso, um setor gerador de riqueza e de emprego.

1.2 Iniciativa Internet; Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (POS–Conhecimento); Ligar Portugal; Plano Tecnológico, etc.

1.3 Vantagens: permitem reduzir as distâncias e aproximar agentes económicos, entre outras. Desvantagens: diferentes possibilidades de acesso, consoante o nível de desenvolvimento das regiões e os custos inerentes aos equipamentos, entre outras.

2.1 a. B; b. A; c. C.

Ficha 12 – Integração de Portugal na UE: desafios e oportunidades

1.1 a. C; b. D.

1.2 Verifique o seu mapa, comparando-o com o da pág. 213 do Manual.

2.1 É a Política Regional de Coesão que é dinamizada pelo Comité das Regiões.

2.2 As áreas essenciais em que a política regional se desenvolve são: o acompanhamento e apoio das políticas regionais dos Estados-membros; a integração da dimensão regional e local nas restantes políticas comunitárias; e o reforço da coesão económica e social através dos fundos estruturais – FEDER, FSE, FEAGA e IFOP.

2.3 Nos novos Estados-membros, por estarem ainda em período de integração na Comunidade, é natural que muitas regiões ainda estejam no objetivo «Convergência», que prevê o maior apoio ao desenvolvimento. Em Portugal, das sete regiões, quatro ainda se encontram nesse objetivo, menos que no período anterior, o que significa que houve uma evolução positiva.

Pág. 25

4. Ribatejo e Oeste (27%) e Alentejo (22%).

5. A distribuição regional da DE das explorações agrícolas é muito heterogénea. Predominam as explorações de muito pequena e pequena DE. As regiões do Ribatejo e Oeste e o Alentejo são aquelas, onde existem as explorações de maior dimensão económica.

6. Apesar de serem em muito menor número, as explorações de média e grande dimensão económica são geralmente especializadas e o objetivo da produção é o mercado. Existe um grande investimento em tecnologia, o que explica que obtenham melhores resultados económicos.

Pág. 26

3. a. Maior superfície: azeitona e vinho e menor superfície: laranja e batata.

b. Maior produção: culturas para a indústria e milho e menor produção: trigo e aveia.

c. Maior rendimento agrícola: culturas para a indústria (41 t/ha) e vinho (34,8 hl/ha) e menor rendimento: aveia (0,74 t/ha) e trigo (1 t/ha).

Pág. 27

4. Maior especialização: Douro, Alto Alentejo, Lezíria do Tejo, Algarve e R. A. Açores; menor especialização: Minho-Lima, Tâmega, Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul.

5. Herbívoros.

6. As explorações agrícolas não especializadas contribuem apenas com 14% do VPT, enquanto as especializadas contribuem com os restantes 86%.

7. Horticultura: R. A. Madeira e Ribatejo e Oeste; fruticultura: Algarve e Trás-os-Montes; viticultura: Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes; olivicultura: Beira Interior e Alentejo; cerealicultura: Beira Litoral e Alentejo.

Pág. 74

1.1 População agrícola familiar: conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor quer trabalhem ou não na exploração, bem como os outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração.

1.2 a. Alentejo; b. Trás-os-Montes e Beira Interior.

1.3 A agricultura assume uma grande importância socioeconómica nestas regiões, criando emprego e gerando riqueza, contribuindo para complementar os rendimentos provenientes de outras atividades e, simultaneamente, para fixar a população nas áreas rurais.

2.1 UTA significa «Unidade de Trabalho Ano» e corresponde a uma unidade de medida que equivale ao trabalho de uma pessoa a tempo completo, realizado num ano, medido em horas (1 UTA = 225 dias de trabalho a 8 horas por dia). O tempo de trabalho por exploração está relacionado com a respetiva dimensão, sendo inferior a uma UTA nas explorações com menos de 1 hectare e

ultrapassando as 3 UTA nas explorações com 50 ou mais hectares.

2.2 O tempo de trabalho necessário para explorar 100 hectares de SAU é inversamente proporcional à dimensão da exploração, sendo necessária apenas uma UTA nas explorações com mais de 50 hectares, enquanto nas explorações com menos de 1 hectare, menos mecanizadas, o trabalho é menos eficiente, pelo que são necessárias, em média, 175 UTA.

2.3 O predomínio de explorações de pequena dimensão condiciona o desenvolvimento da agricultura, uma vez que limita a mecanização e a modernização dos sistemas de produção. Uma forma de minorar este problema é proceder ao emparcelamento – junção de várias parcelas, de modo a obter explorações de maior dimensão.

3.1 A mão de obra agrícola nacional caracteriza-se pelo seu envelhecimento e baixos níveis de instrução e formação profissional, o que dificulta a adesão a inovações como novas práticas, tecnologias, métodos de cultivo, técnicas de promoção e comercialização dos produtos, etc., bem como a capacidade e disponibilidade para investir e arriscar o que contribui para a manutenção dos baixos níveis de rendimento e produtividade que caracterizam o setor.

4.1 A PAC – Política Agrícola Comum – foi uma prioridade na construção do Mercado Comum desde a fundação da CEE, o que se justificava pela insuficiência da produção agroalimentar e pela grande representatividade da agricultura no emprego e no PIB dos seis países fundadores. Os objetivos iniciais da PAC pretendiam responder às debilidades da agricultura europeia, e nesse sentido, desenvolver a agricultura melhorando a produtividade e o nível de vida dos agricultores e garantir o abastecimento interno.

4.2 A criação de excedentes agrícolas em quantidades impossíveis de escoar nos mercados, gerando custos muito elevados de armazenamento, e os problemas ambientais resultantes da intensificação das produções, com a utilização intensiva de produtos químicos, foram alguns dos problemas gerados pela aplicação inicial da PAC. Com as sucessivas reformas de que foi alvo a PAC, foram tomadas algumas medidas de controlo da oferta, como a criação de um sistema de quotas que estabeleceu um limite de produção para cada país com penalizações em caso de superação, ou a retirada de terras da produção (*set-aside*). Também foram tomadas medidas para reduzir os problemas ambientais, desencorajando a produção intensiva, como a promoção do pousio temporário e o incentivo à prática da agricultura biológica.

5.1 Os recursos endógenos são os recursos naturais e humanos próprios de um território. Algumas atividades económicas podem recorrer a estes recursos, promovendo o desenvolvimento das áreas rurais. Por exemplo, o turismo em espaço rural beneficia do património histórico, cultural, natural e paisagístico, a produção de produtos locais de qualidade beneficia do saber fazer tradicional e a silvicultura beneficia do facto de as áreas de floresta ocuparem uma boa parte das zonas rurais.

5.2 Permitem a diversificação das atividades e a criação de rendimentos complementares à atividade agrícola, gerando dinamismo económico, contribuindo para a fixação da população e, deste modo, potenciando o desenvolvimento rural.

5.3 A resposta deve realçar a importância do envolvimento das comunidades locais na elaboração de estratégias de desenvolvimento local para a eficácia das mesmas, destacando a iniciativa LEADER e o envolvimento que as comunidades locais podem ter na definição de estratégias de desenvolvimento local de forma sustentável e integrada.

Pág. 75

2.1 Constata-se uma tendência de diminuição da participação da agricultura e do complexo agroflorestal no emprego e no PIB, devido à crescente modernização e mecanização do trabalho na agricultura e na floresta e às ofertas de emprego mais atrativo em outros ramos de atividade.

2.2 A fragmentação da propriedade florestal, dificultando a organização e gestão da floresta; a baixa rentabilidade, devido ao ritmo lento de crescimento das espécies e o elevado risco da atividade, pelos incêndios florestais, frequentes no verão.

2.3 A floresta ocupa uma parte essencial das áreas rurais, pelo que a sua exploração contribui para gerar emprego e riqueza nessas regiões, quer de forma direta (extração de madeira e cortiça, apicultura, plantas aromáticas e medicinais, frutos silvestres, cogumelos, mel, caça, pesca) quer pela transformação dos vários produtos. Em termos ambientais, as florestas desempenham um papel muito importante na preservação dos solos, na conservação da água, na regularização do ciclo hidrológico, no armazenamento de carbono e na proteção da biodiversidade. Para que o desenvolvimento da silvicultura possa contribuir para o desenvolvimento rural, é necessário que se tomem medidas que promovam o investimento e contrariem o abandono da floresta, como sejam o emparcelamento florestal, através de incentivos e da simplificação jurídica e fiscal, a promoção do associativismo, da formação profissional e da diversificação das atividades nas explorações florestais e agroflorestais entre outros.

3.1 Turismo de habitação, agroturismo, casas de campo, turismo de aldeia, entre outros.

3.2 O turismo de habitação desenvolve-se em solares, casas apalaçadas ou residências de reconhecido valor arquitetónico, com dimensões adequadas e mobiliário e decoração de qualidade. Pode também localizar-se em espaços urbanos. O agroturismo caracteriza-se por permitir que os hóspedes observem, aprendam e participem nas atividades das explorações agrícolas, em tarefas como a vindima, apanha de fruta, desfolhada, ordenha, alimentação de animais, fabrico de queijo, vinho e mel. O turismo em casas de campo desenvolve-se em casas rústicas particulares que se integram na arquitetura e ambiente característicos da região, pela sua traça e pelos materiais de construção. O turismo de aldeia desenvolve-se em empreendimentos que incluem, no mínimo, cinco casas de campo inseridas em aldeias que

mantêm, no seu conjunto, as características arquitetónicas e paisagísticas tradicionais da região.

3.3 O turismo nas áreas rurais contribui para a pluriatividade e complemento do rendimento dos agricultores, para o emprego e desenvolvimento de novas atividades e para a conservação e a melhoria da natureza e do ambiente paisagístico.

3.4 A indústria constitui um motor de desenvolvimento das áreas rurais pois, ao criar emprego, direta e indiretamente, contribui para fixar e atrair população, gerando importantes efeitos multiplicadores. Promove, a montante, o desenvolvimento das atividades produtoras da matéria-prima, nomeadamente a agricultura, a pecuária e a silvicultura, desenvolve, a jusante, outras indústrias complementares e diferentes serviços e aumenta a riqueza produzida, pois o valor acrescentado às matérias-primas reverte, pelo menos em parte, a favor das regiões onde se instala. A instalação de indústrias nas áreas rurais poderá ser potenciada através de medidas de política local e central como a melhoria das redes de transporte e de telecomunicação, a criação de loteamentos industriais infraestruturados e a preços atrativos, facilidades de acesso ao crédito, subsídios e incentivos fiscais, etc.

Pág. 126

1.1 O desenvolvimento dos transportes e das vias de comunicação favorece a expansão urbana pois permite reduzir os tempos de deslocação e aumentar a mobilidade individual e a acessibilidade aos diversos locais. As áreas melhor servidas pela rede de transportes constituem áreas preferenciais para a expansão urbana.

1.2 Dinâmica da construção civil, desenvolvimento das atividades económicas, aumento da taxa de motorização das famílias, custo elevado do solo nas áreas mais centrais, etc.

1.3. O processo de suburbanização – crescimento da cidade para as áreas periféricas – em torno de Lisboa e Porto envolveu algumas cidades e um grande número de aglomerados populacionais próximos, que se foram desenvolvendo à medida que aumentavam os seus habitantes. As relações entre estas áreas e a cidade-mãe deixaram, progressivamente, de ser de dependência, para passar a ser de complementaridade funcional. Surgiram, assim, estas duas áreas metropolitanas, que abarcam uma extensa área urbanizada correspondente a um conjunto de municípios em torno dos concelhos de Lisboa e Porto, instituídas para tomar decisões e coordenar ações que permitam melhorar as relações de complementaridade e resolver problemas que ultrapassam as fronteiras de cada município.

1.4 Intensificação dos movimentos pendulares, forte pressão sobre os transportes urbanos, aumento das despesas, da fadiga e do stresse associado às deslocações diárias, desordenamento do espaço e existência de bairros de habitação não planeada, aumento das despesas com a instalação das redes de abastecimento de bens dispersos, etc.

2.1 Áreas industriais, áreas residenciais, áreas terciárias.

2.2 PDM – Plano Diretor Municipal.

2.3 O PDM é um instrumento de gestão territorial que, partindo do conhecimento das realidades física e humana municipal, fixa a estrutura de ocupação do espaço concelhio, integrando quer as opções de âmbito nacional e regional quer os objetivos de desenvolvimento local.

2.4 Os Planos de Urbanização, PU, definem a organização das áreas que, integradas no perímetro urbano, exijam ações/intervenções de planeamento. Os Planos de Pormenor, PP, são mais detalhados e servem de base a projetos de execução concreta de infraestruturas, edifícios, etc., de acordo com as prioridades dos PDM e dos PU, em qualquer área do território concelhio, incluindo os espaços urbanos.

2.5 Os espaços verdes devem ser parte integrante dos espaços urbanos pois contribuem para a melhoria do ambiente paisagístico, para a redução da poluição atmosférica e possibilitam o lazer e o convívio da população, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida urbana.

3.1 As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto são mais dinâmicas do ponto de vista demográfico pois têm uma grande concentração de habitantes, uma população mais jovem, instruída e qualificada. Em termos económicos, as duas áreas concentram grande parte dos recursos da estrutura económica do país (emprego, produtividade, investimento estrangeiro, etc.). Tudo isto contribui para que sejam «polos dinamizadores da economia».

3.2 Verificar o esquema da pág. 106 do Manual.

Pág. 127

2.1 Tráfego rodoviário e aéreo.

2.2 Poluição atmosférica, congestionamentos de trânsito, etc.

2.3 A resposta deverá acentuar que o planeamento tem uma importante função na prevenção e na resolução de problemas que afetam a qualidade de vida urbana pois, partindo do conhecimento da realidade física e humana do território urbano, pode gerir o espaço de forma equilibrada e sustentável e prever ações que previnam os problemas urbanos ou que levem à sua redução, de modo a criar as condições de vida adequadas para a população.

3.1 Requalificação urbana é a alteração funcional de edifícios ou espaços, levando à substituição da população e das atividades.

3.2 Melhoria da qualidade de vida urbana, melhoria da atratividade e competitividade dos centros urbanos com um papel relevante no sistema urbano nacional.

3.3 Castelo Branco, Viana do Castelo, Costa da Caparica, etc.

Pág. 156

1.1 O sistema urbano português apresenta um forte desequilíbrio ao nível da distribuição dos centros urbanos, pois existe uma forte concentração de cidades no litoral, sobretudo nas áreas metropolitanas e no litoral algarvio. Quanto ao número de habitantes dos centros urbanos, o sistema urbano apresenta-se também desequilibrado pois apresenta um predomínio de pequenos centros urbanos,

fraca representatividade das cidades de média dimensão e apenas duas grandes cidades, Lisboa e Porto.

Existem desequilíbrios ao nível funcional pois as funções de nível superior predominam nas cidades de maior dimensão, que detêm também uma maior quantidade e diversidade de funções.

2.1 O emprego apresenta uma distribuição assimétrica em Portugal Continental, concentrando-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e nos concelhos do litoral ocidental a norte de Setúbal e no litoral algarvio.

2.2 Existe uma forte relação entre a distribuição do emprego e a das cidades, em Portugal Continental. As cidades atraem as atividades económicas, que geram emprego, pois possibilitam vantagens que constituem economias de escala por se tratar de aglomerações, ao oferecer infraestruturas e serviços diversos, mão de obra disponível, abundante e qualificada, maior facilidade de acesso aos mercados nacional e internacional, complementaridade com outras atividades, etc.

2.3 As cidades médias proporcionam as vantagens económicas, funcionais e institucionais das grandes aglomerações, sem se encontrarem saturadas. Deste modo, permitem a redistribuição das atividades e da população e a redução dos problemas de desequilíbrios de aglomeração.

2.4 Para que haja uma articulação da rede urbana torna-se necessário que exista uma boa rede de transportes, com ligações entre a rede principal e a rede secundária, de forma a fazer-se a ligação entre os diversos centros urbanos e entre estes e as respetivas áreas de influência. O reforço da acessibilidade entre os diversos centros urbanos da região permite uma gestão mais eficaz dos recursos disponíveis, nomeadamente das funções mais raras, e aumenta a complementaridade dos centros urbanos, através do desenvolvimento de funções interdependentes que conduzam a economias de escala.

3.1 A resposta deverá referir os seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes: papel estruturante das cidades na organização do território e no dinamismo económico; sua importância na projeção internacional (ibérica, europeia e mundial) do país e na captação de atividades e investimentos que aumentam a competitividade nacional; e na qualidade de vida da população. O dinamismo do sistema urbano implica uma boa articulação urbana, que promova a complementaridade entre eixos urbanos de proximidade.

3.2 As cidades portuguesas ocupam uma posição modesta no contexto europeu, destacando-se apenas Lisboa, com alguma representatividade em funções de valia internacional e o Porto com fraca expressão internacional.

3.3 A urbanização difusa é resultante de um processo de expansão urbana feita de forma dispersa e não planeada, ocupando vastas áreas. Apresenta inconvenientes como: ocupação de solos agrícolas, aumento dos custos com a construção das infraestruturas, sobretudo em termos de saneamento básico; dificuldade na construção de estradas e de equipamentos públicos, pois não foram previstos anteriormente. Tem ainda consequências ambientais relacionadas com a contaminação dos aquíferos e dos

curtos de água resultante da insuficiência das redes de saneamento básico.

3.4 Considerando as assimetrias da distribuição da população em Portugal, as cidades do interior, poderão captar população para as regiões em que se inserem, contribuindo para a redução desses contrastes. Para tal, torna-se necessário o reforço da sua qualificação funcional e das acessibilidades.

4.1 A resposta deverá demonstrar a importância das relações urbano/rurais enquanto fator de dinamização económica e demográfica das áreas rurais. Deverá ainda ser referida a importância da melhoria das acessibilidades na intensificação destas relações e, em consequência, do dinamismo regional.

Pág. 157

2.1 Dimensão demográfica, repartição geográfica, nível de funções.

2.2 A rede urbana de Espanha apresenta algum equilíbrio na distribuição das cidades e na distribuição da população urbana e a da Alemanha é equilibrada (policêntrica ou polinucleada).

2.3 A resposta deve fazer referência aos desequilíbrios que a rede urbana portuguesa evidencia:

- ao nível da dimensão demográfica (predomínio de pequenos núcleos urbanos, fraca representatividade das cidades de média dimensão e apenas duas grandes cidades);
- ao nível funcional (existe um predomínio das funções de nível superior e das restantes funções urbanas nas principais áreas urbanas do litoral, com destaque para Lisboa e Porto;

Deve ainda ser referida a posição modesta das cidades portuguesas no contexto internacional, nomeadamente, ibérico e europeu, destacando Lisboa, com alguma representatividade em funções de valia internacional.

3.1 Turismo em espaço rural, atividades desportivas ligadas à natureza, serviços ambientais de preservação da paisagem e conservação dos ecossistemas, etc.

3.2 A criação de parcerias implica a cooperação entre vários atores regionais, o que permite uma melhor valorização das potencialidades e recursos endógenos e conduz a maior coesão e maior competitividade dos territórios.

Pág. 179

1. Eixo ferroviário de alta velocidade do sudoeste da Europa; eixo multimodal Portugal/Espanha/resto da Europa; interoperabilidade da rede ferroviária de alta velocidade da península Ibérica; «autoestradas» marítimas: mar Báltico, arco atlântico, Europa do sudeste, Mediterrâneo ocidental e eixo ferroviário/rodoviário Irlanda/Reino Unido/Europa continental.

2. A fraca representatividade de projetos ligados ao transporte rodoviário justifica-se pelo principal objetivo da Política Comum de Transportes, que pretende o reequilíbrio entre os diferentes modos de transporte, retirando/minimizando, assim, o domínio e os problemas associados ao rodoviário.

Pág. 206

1.1 O automóvel particular apresenta um domínio significativo quando comparado com os restantes.

1.2 O domínio do transporte rodoviário justifica-se pelas vantagens que apresenta, nomeadamente, a maior flexibilidade de itinerários, a maior comodidade, a maior diversidade de veículos, entre outras. A importância relativa de cada modo de transporte depende da natureza do tráfego, do tipo de mercadorias, dos trajetos a percorrer e do custo das deslocações. Cada modo de transporte apresenta vantagens e desvantagens relativamente aos outros.

1.3 Congestionamento das principais vias de comunicação; forte dependência em relação ao petróleo; forte impacto ambiental, etc.

2.1 O crescimento dos portos marítimos nacionais está intimamente relacionado com a Política Europeia de Transportes, uma vez que esta pretende pôr em prática um sistema de transportes capaz de reequilibrar os modos de transporte e aponta o transporte marítimo como uma verdadeira alternativa competitiva aos transportes terrestres.

2.2 É um modo de transporte fiável, económico, com grande capacidade de carga, pouco poluente e pouco ruidoso.

2.3 Em termos geográficos apresenta uma posição estratégica, pois situa-se na confluência das rotas do Extremo Oriente e da Rota Atlântica, podendo ter um papel de destaque no *transhipment*.

3. Recolher e debater as respostas dos alunos.

Pág. 207

2.1 Desigualdades na distribuição geográfica da rede de estradas (mais densa ao longo do litoral); disparidade no crescimento dos diferentes modos de transporte, entre outros.

2.2 Realizar a Rede Transeuropeia de Transportes; promover o maior uso dos transportes marítimo e fluvial, entre outros.

2.3 A construção da Rede Transeuropeia de Transportes traz vantagens a nível nacional, pois permitirá: assegurar uma maior mobilidade das pessoas e mercadorias; oferecer aos utentes infraestruturas de maior qualidade; combinar todos os modos de transporte; melhorar a utilização possível das capacidades existentes; cobrir a totalidade do território, etc.

3. Atualmente, as TIC têm uma importância cada vez maior, na economia, na vida das famílias e dos cidadãos com necessidades especiais, pois aumentam a produtividade de outras atividades; geram novos setores produtivos, riqueza e emprego; permitem reduzir as distâncias e aproximar agentes económicos e pessoas de todo o mundo e dão acesso a serviços diversificados «sem sairmos de casa».

Pág. 224

1.b Soluções: alterações climáticas – estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera; recursos naturais e resíduos – aumentar a

eficiência na utilização dos recursos naturais e na gestão de recursos e resíduos; ambiente e saúde e qualidade de vida – encorajar um desenvolvimento urbano sustentável; natureza e biodiversidade – proteger, conservar, restabelecer e desenvolver o funcionamento dos ecossistemas, dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens.

2. A UE assume, no contexto mundial, um papel influente em todos os domínios. A política ambiental comunitária pode constituir um exemplo a seguir por outros países, para além de reforçar a defesa do ambiente nas tomadas de decisão a nível mundial.

Pág. 240

1.1 Alargamento de 2004: Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, Rep. Checa, Eslováquia, Hungria, Eslovénia, Malta e Chipre. Alargamento de 2007: Roménia e Bulgária.

1.2 Para apoiar a preparação da adesão foi criado o PHARE e, no âmbito da estratégia de alargamento, foram criados o IAP e o SAPARD. Os objetivos eram, respetivamente, promover a adaptação das instituições à legislação comunitária, e das empresas e infraestruturas mais importantes às normas e padrões da UE, em domínios como ambiente, segurança nuclear, condições de trabalho, segurança nos transportes, comercialização de produtos alimentares e informação ao consumidor; financiar a convergência com as normas comunitárias de infraestruturas em matéria de transportes e ambiente; apoiar e resolver problemas da agricultura e das áreas rurais, contribuir para a aplicação do acervo comunitário relativo à PAC.

1.3 Para a UE, os principais desafios são: o aumento da população e da superfície da União Europeia, empobrecimento global devido a um PIB menor nos Estados-membros mais recentes, maior heterogeneidade económica, social e cultural e aumento da dificuldade em conseguir consensos e tomar decisões, necessidade de adaptação das políticas comunitárias e das suas instituições. Para Portugal, os principais desafios relacionam-se com: a redução dos fundos estruturais, o aumento da concorrência no interior da UE para as exportações e para o investimento estrangeiro e com o facto de, geograficamente, Portugal se ter tornado mais periférico.

1.4 Para a UE o alargamento para 27 países constituiu uma oportunidade política e económica, pois permitiu reforçar o peso da UE no contexto político internacional e no mercado mundial, além de ampliar largamente o Mercado Único. Para Portugal, a cooperação e o investimento nesses países aumenta a possibilidade de internacionalização da economia, é alargado o potencial de mercado de consumidores de produtos portugueses e a participação no maior Mercado Comum do mundo.

1.5 O texto refere-se à Antiga República Jugoslava da Macedónia, à Islândia, a Montenegro, à Sérvia e à Turquia – países candidatos – e também à Albânia, à Bósnia e Herzegovina e ao Kosovo – países potenciais candidatos. Estes países beneficiam de uma estratégia de pré-adesão que envolve acordos vários, parcerias, cofinanciamento

de instituições financeiras internacionais, participação em programas, agências e comités da UE, para além de um programa nacional para a adoção do acervo comunitário. Beneficiam também do Instrumento de Assistência de Pré-adesão (IPA) e do Programa CARDS (assistência comunitária para a reconstrução, o desenvolvimento e a estabilização), que apoia estes países da Europa do Sudeste no processo de aproximação à UE e de estabilização política e social, o que ajudará a garantir a paz nesta região.

2. O gráfico mostra a evolução das emissões de gases com efeito de estufa, por setores. Consta-se uma redução nas emissões em quase todos os setores, destacando-se o das emissões fugitivas, com exceção dos setores dos transportes aéreos e marítimos internacionais.

2.1 Domínio das alterações climáticas. O principal objetivo deste domínio da Política Ambiental é estabilizar as concentrações atmosféricas de gases com efeito de estufa num nível que não provoque variações não naturais no clima da Terra, tendo sido assumida como principal prioridade a implementação do Protocolo de Quioto, de reduzir, entre 2008 e 2012, 8% da emissão de gases de efeito de estufa, face a 1990. A longo prazo, a meta é reduzir em 70% as emissões.

2.2 Este domínio tem grande relevância na política ambiental comunitária, tendo mesmo sido criado um Programa Europeu para as Alterações Climáticas. Os principais problemas associados a este domínio prendem-se com a dificuldade em manter a prosperidade das atividades económicas reduzindo, simultaneamente, a emissão de gases. Em algumas atividades, como os transportes, essa tarefa é extremamente difícil, se não houver alterações muito grandes. Para garantir o cumprimento do compromisso de Quioto, foram tomadas várias medidas como o financiamento de projetos ligados ao desenvolvimento das energias renováveis, apoio técnico às empresas para serem mais eficientes no consumo de energia e reduzirem a emissão de gases, a criação de sistemas de monitorização da qualidade do ar, o desenvolvimento de estruturas urbanas menos consumidoras de energia e que permitem reduzir os transportes urbanos, etc.

2.3 Os outros domínios prioritários da política do ambiente são: natureza e biodiversidade – tem como objetivos proteger o funcionamento dos sistemas naturais, deter a perda da biodiversidade e proteger os solos da erosão e poluição; recursos naturais e resíduos – pretende assegurar que o consumo de recursos naturais e os seus impactes não excedam a capacidade de carga do ambiente e dissociar o crescimento económico da utilização dos recursos naturais, através de uma maior eficiência no seu aproveitamento; ambiente, saúde e qualidade de vida – tem como objetivos identificar os perigos e estabelecer normas que permitam agir ao nível da prevenção e da precaução.

Pág. 241

2. A política ambiental ganhou maior relevo com estes dois tratados. Com o Tratado de Maastrich, as ações no domínio do ambiente adquiriram o estatuto de política

comunitária, tendo sido definidos os seus principais objetivos. Além disso, esta política passou a ser integrada nas restantes políticas comunitárias. Com o Tratado de Amesterdão, o princípio do desenvolvimento sustentável e a obtenção de um nível elevado de proteção ambiental foram colocados entre as prioridades principais da política comunitária.

3.1 O quadro revela as disparidades existentes entre países no seio da UE. Portugal embora apresente ainda um valor superior à média da UE (5,8), já revelou grandes progressos neste indicador. Perante os dados disponíveis, a Eslovénia é o país que apresenta menor contraste entre os mais ricos e os mais pobres, tendo, por isso, um valor inferior à média europeia (3,2). O outro indicador representado é o PIB/habitante PPC que destaca, com o valor máximo, o Luxemburgo com 271% em relação à

média da UE-28 e, com o valor mínimo, a Bulgária, onde o PIB/habitante PPC corresponde a 47% da média europeia. As principais causas relacionam-se com as diferenças no nível de desenvolvimento e crescimento económico dos diferentes países.

3.2 A Política Regional da UE tem grande importância para a coesão económica e social na Comunidade pois, através do apoio das políticas regionais e da sua inserção nas demais políticas, apoia as regiões mais desfavorecidas da UE. A diferenciação na atribuição de fundos comunitários pode ser entendida como uma discriminação positiva pois pretende canalizar a grande fatia dos recursos financeiros para as regiões mais desfavorecidas, contribuindo assim para que progridam mais rapidamente no seu desenvolvimento.

Ficha 1 – A importância da agricultura

1.1 No início da década de 80, a contribuição do VAB agrícola para o VAB nacional ainda se situava acima dos 10%. Durante o decénio seguinte essa contribuição reduziu para menos de metade, tendo continuado a decrescer e situando-se, em 2009, em 1,6%. É possível concluir que a perda de importância relativa da agricultura no VAB nacional foi mais pronunciada nas duas primeiras décadas (-6,0% e -7,1%, respetivamente), enquanto a última década foi marcada por um decréscimo de importância menos acentuado (-5,6%).

1.2 A população ativa na agricultura decresceu bastante, quer em efetivos quer na proporção relativamente ao emprego total.

1.3 Esta redução deve-se à atração e desenvolvimento das atividades dos setores secundário e, sobretudo, terciário, ao mesmo tempo que se verificou a modernização da agricultura, com a consequente libertação de mão de obra.

1.4 A redução da contribuição do VAB agrícola para o VAB nacional não significa que o setor agrícola não se tenha desenvolvido. Pelo contrário, modernizou-se bastante, mas, simultaneamente, registou-se um grande desenvolvimento das atividades dos setores secundário e terciário, que ocupam a maior parte da população ativa, e cuja participação na formação do VAB nacional aumentou muito e tende ainda a crescer, sobretudo a do setor terciário.

2.1 Confirme se seguiu corretamente todas as instruções de elaboração do mapa.

2.2 O VAB agrícola assume maior proporção no total regional em regiões como o Baixo Alentejo, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, R. A. dos Açores, Lezíria do Tejo, Alto Trás-os-Montes e Oeste, com valores que variam entre 11% na primeira e 7,2% na última região referida. Em oposição, a Grande Lisboa, o Grande Porto, Ave, Entre Douro e Vouga e Península de Setúbal registam valores muito mais baixos, que oscilam entre 0,2% na Grande Lisboa e 1,6% na Península de Setúbal.

2.3 As regiões com maior peso do VAB agrícola são regiões onde predomina o espaço rural e que apresentam um menor grau de industrialização e urbanização. As regiões com menor relevância do VAB agrícola são as mais urbanizadas do litoral, industrializadas e com grande implantação de atividades do setor terciário.

Ficha 2 – Principais fatores condicionantes da agricultura

1.1 Os Docs. 1 e 2 referem-se ao clima e aos solos.

1.2 O clima português caracteriza-se por uma grande irregularidade da precipitação tanto ao longo do ano como de ano para ano, o que condiciona o desenvolvimento do período vegetativo das plantas e compromete as colheitas, em anos muito húmidos ou de seca, como aquele a que se refere o Doc. 1. Os solos são um fator de produção essencial pois são o elemento que fornece nutrientes e água às plantas pelo que, quando são pobres, limitam a produção.

1.3 Para ultrapassar os condicionalismos do clima, é possível recorrer à irrigação das culturas e/ou à utilização de estufas. Nas áreas de relevo acidentado, uma estratégia poderá ser a construção de socalcos e a organização do espaço agrícola

em curvas de nível. Quanto aos solos, é possível promover a sua correção e fertilização.

2.1 A paisagem representada remete para uma área de relevo acentuado, que condiciona a agricultura pela altitude, pois as temperaturas são mais baixas o que limita as espécies que se podem produzir, e pelo declive pois, onde este é mais marcado, a erosão é mais acentuada pelo que os solos são mais pobres. Além disso, o declive acentuado dificulta as tarefas agrícolas e limita o tipo de tecnologia a utilizar. As regiões agrárias de Trás-os-Montes, Beira Interior e Madeira são as mais montanhosas e, portanto, as que mais são condicionadas por este fator. A construção de socalcos, como os da foto representada, é uma das formas de superar este condicionalismo.

3.1 Atualmente, a agricultura é influenciada pelas características dos produtores (a idade, grau de escolaridade e formação), pelo objetivo da produção, pela capacidade para competirem no mercado e também pelas medidas das políticas agrícolas, que regulamentam e influenciam as práticas e as opções de produção dos agricultores.

Ficha 3 – Composição da SAU

1.1 a. A superfície agrícola utilizada (SAU) corresponde à área efetivamente ocupada com culturas.

b. Culturas temporárias são aquelas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (anuais) e as que, não sendo anuais, são ressemeadas com intervalos que não excedem os cinco anos.

1.2 Reduziram a sua importância os cereais, as culturas industriais, a batata e as leguminosas secas e aumentaram a sua importância os prados temporários e culturas forrageiras e a horticultura e floricultura.

1.3 A diminuição da área ocupada com cereais deve-se à instabilidade dos preços dos cereais e o aumento da área de prados e culturas forrageiras deve-se às políticas nacionais e comunitárias que tornaram a pecuária extensiva mais atrativa.

2.1 Cereais para grão: Alentejo e Ribatejo e Oeste; leguminosas secas: Alentejo e Beira Litoral, prados temporários; e culturas forrageiras: Alentejo e Entre Douro e Minho; batata: Ribatejo e Oeste e Trás-os-Montes; culturas industriais: Alentejo e Ribatejo e Oeste; horticultura e floricultura: Ribatejo e Oeste e Alentejo.

2.2 EDM: prados temporários e culturas forrageiras, cereais para grão e horticultura e floricultura; TM: prados temporários e culturas forrageiras, cereais para grão e batata; BL: prados temporários e culturas forrageiras, cereais para grão e batata; BI: prados temporários e culturas forrageiras, cereais para grão e batata; RO: cereais para grão, prados temporários e culturas forrageiras e horticultura e floricultura; ALE: cereais para grão, prados temporários e culturas forrageiras e culturas industriais; ALG: prados temporários e culturas forrageiras, cereais para grão e horticultura e floricultura. Açores: prados temporários e culturas forrageiras, horticultura e floricultura e batata; Madeira: horticultura e floricultura, batata e prados temporários e culturas forrageiras.

2.3 EDM: 74,8%; TM: 47,2%; BL: 51,1%; BI: 79,1%; RO: 40,8%; ALE: 45,3%; ALG: 55,0%; Açores: 93,0%; Madeira: 48,9%.

2.4 Nestas duas regiões, a precipitação abundante favorece o desenvolvimento de prados e culturas forrageiras, que ocupam uma % bastante elevada da superfície de culturas temporárias, nestas duas regiões agrárias.

Ficha 4 – Distribuição das explorações agrícolas e da SAU

1.1 Nas regiões agrárias da Beira Litoral e Entre Douro e Minho, a percentagem correspondente ao número de explorações é bastante superior à da SAU; em Trás-os-Montes, no Ribatejo e Oeste, na Beira Interior, no Algarve, nos Açores e na Madeira, a diferença é muito menor, mas a percentagem relativa ao número de explorações é ainda maior do que a referente à SAU. No Alentejo, a percentagem do número de explorações é muito inferior à de SAU, que corresponde a cerca de metade do total do país.

1.2 Estas diferenças justificam-se pelos contrastes na dimensão das explorações: enquanto no norte de Portugal Continental, especialmente nas regiões agrárias da Beira Litoral e de Entre Douro e Minho, predominam as explorações de pequena dimensão que, geralmente, correspondem a minifúndios, no sul, particularmente no Alentejo, predominam as explorações de grande dimensão que, outrora, constituíam vastos latifúndios. Daí que o Alentejo, apesar do reduzido número de explorações, apresente a maior área agrícola nacional.

1.3 Entre 1999 e 2009, o número de explorações agrícolas no Alentejo diminuiu, ainda que a percentagem de SAU tenha aumentado, o que se explica quer pelo aumento da dimensão média das explorações naquela região, por absorção das que desapareceram, quer pela utilização de terras que não tinham ocupação agrícola (por ex. incultos).

1.4 Observa-se um aumento da superfície média das explorações em todas as regiões agrárias que, a julgar pela redução do número de explorações, resultou da saída das explorações de menor dimensão e da absorção das respetivas superfícies pelas explorações que se mantiveram em atividade.

2.1 A dimensão das explorações está, em Portugal Continental, bastante associada ao relevo: no norte, onde predomina o relevo mais acidentado, sobretudo no noroeste, as explorações são de pequena dimensão, muitas vezes inferiores a 1 hectare; no sul, sobretudo no Alentejo, o relevo aplanado permite a existência de grandes explorações.

2.2 Podem ser referidos fatores como os processos históricos de atribuição de propriedade fundiária – mais repartida por doações e heranças, no norte, e mais concentrada, inicialmente em proprietários como ordens religiosas e militares e, mais tarde, em proprietários da média e alta burguesia, no sul. A densidade populacional, maior no norte, sobretudo no noroeste, também contribuiu para a dispersão da propriedade.

2.3 A dimensão das explorações condiciona o desenvolvimento da agricultura porque torna-se mais difícil modernizar pequenas explorações, pois não permitem otimizar máquinas e sistemas de rega e, muitas vezes, as vedações e o relevo dificultam a utilização de máquinas. Ao contrário, as grandes explorações tornam economicamente mais viável o investimento em maquinaria e sistemas modernos de rega e controlo de humidade, pragas, etc.

3.1 A forma como o agricultor encara e trata da terra depende, em certa medida, da forma como a explora: por arrendamento ou por conta própria. Se é proprietário, procura obter o melhor resultado possível da terra, mas, como está a cuidar do que é seu, preocupa-se com a preservação dos solos e investe em melhoramentos fundiários, como a construção de redes de drenagem, a colocação de instalações de rega permanentes, etc. Assim, tenderá a ter um papel mais ativo na preservação da paisagem e do ambiente, na prevenção de fogos florestais, etc. Pode, também, aliar mais facilmente a atividade agrícola a outras e, assim, diversificar a base económica do seu rendimento e da sua região. Se o agricultor é arrendatário, tenderá a investir menos e a preocupar-se mais com o rendimento que pode obter com a exploração, sem pensar na sua sustentabilidade.

Ficha 5 – Características das explorações agrícolas

1.1 a. Verifique se os gráficos que elaborou correspondem aos aspetos indicados.

1.2 As regiões agrárias com maior percentagem de explorações de média e grande dimensão económica são os Açores (24,9%), o Alentejo (20,3%) e o Ribatejo e Oeste (15,5%). As restantes têm todas uma grande percentagem de explorações de pequena dimensão económica, embora se destaquem a Beira Litoral (85,6%), a Madeira (85,2%) e Entre Douro e Minho (84,1%).

1.3 Em Portugal, 78,5% das explorações agrícolas têm uma dimensão económica muito pequena.

1.4 Apesar de o número de explorações agrícolas de muito pequena dimensão económica ser muito superior ao das restantes classes, a percentagem de VPT gerado pelas explorações de grande dimensão económica ultrapassa largamente a das restantes classes em todas as regiões, exceto na Madeira e em Trás-os-Montes.

2.1 As OTE (orientação técnico-económica) especializadas são aquelas cujo valor da produção total provém maioritariamente de uma única atividade, enquanto nas indiferenciadas (também designadas de combinadas) não é possível identificar uma única atividade dominante no valor da produção total.

2.2 As atividades cujas explorações atingem uma dimensão económica mais elevada são a produção de aves, suínos, horticultura extensiva e bovinos de leite.

2.3 A especialização das explorações permite simplificar o trabalho agrícola, exige menor diversidade de máquinas e tecnologias e, deste modo, permite reduzir os custos e aumentar a produtividade e os rendimentos dos agricultores.

2.4 O facto de se tratar de sistemas intensivos de produção, a par do crescimento rápido destas espécies, permite obter rendimentos mais elevados do que a produção de carne de bovino, por exemplo.

Ficha 6 – Principais produções

1.1 EDM, BL e RAM, pois são aquelas que apresentam maior proporção de explorações mistas ou combinadas.

1.2 Culturas arvenses: BL, RO, ALE, RAA e RAM; horticultura intensiva e floricultura: RO, ALG e RAM; vinha: TM, RO e RAM; frutos frescos, casca rija e citrinos: RO, ALG e RAM; olival: BL, RO e ALE; bovinos de leite: EDM e RAA; bovinos de

carne: EDM, ALE e RAA; ovinos, caprinos e outros herbívoros: BI e ALE; suínos: BL; aves: BL.

1.3 Culturas arvenses: RAM; horticultura intensiva e floricultura: RAM; vinha: TM; frutos frescos, casca rija e citrinos: ALG; olival: ALE; bovinos de leite: RAA; bovinos de carne: RAA; ovinos, caprinos e outros herbívoros: ALE; suínos: BL; aves: BL.

1.4 EDM: bovinos de carne, vinha e culturas arvenses; TM: vinha, olival e frutos frescos, casca rija e citrinos; BL: culturas arvenses, vinha e ovinos, caprinos e outros herbívoros; BI: olival, ovinos, caprinos e outros herbívoros e vinha; RO: vinha, culturas arvenses e frutos frescos, casca rija e citrinos; ALE: olival, ovinos, caprinos e outros herbívoros e culturas arvenses; ALG: frutos frescos, casca rija e citrinos, horticultura intensiva e floricultura e ovinos, caprinos e outros herbívoros; RAA: bovinos de carne, bovinos de leite e culturas arvenses; RAM: horticultura intensiva e floricultura, frutos frescos, casca rija e citrinos e culturas arvenses.

1.5 Deve-se às condições climáticas (humidade e precipitação elevadas e temperaturas amenas) muito favoráveis ao desenvolvimento de pastos, essenciais para a criação de gado bovino, quer para leite quer para carne, que constituem as especializações dominantes das explorações agrícolas nos Açores.

1.6 ALE e TM, porque são aquelas que têm maior percentagem de explorações especializadas na vinha e no olival, as culturas permanentes presentes na Tab. 1.

2.1 A área ocupada com milho diminuiu em todas as regiões, exceto em Lisboa e no Alentejo, que passou a ser a região com maior superfície de milho em Portugal Continental.

2.2 O milho é uma cultura que requer abundância de água. A construção de barragens, como a do Alqueva possibilita o armazenamento de água e o regadio numa vasta área que antes não era possível irrigar, o que explica o aumento do cultivo de milho.

Ficha 7 – População agrícola e trabalho agrícola

1.1 a. A idade média dos produtores agrícolas é muito elevada em Portugal (63 anos em 2009) e o nível de instrução e formação é relativamente baixo. Outra característica é que apenas uma pequena parte se dedica a tempo inteiro à agricultura.

b. A pluriatividade é fundamental para complementar os rendimentos provenientes da atividade agrícola, sobretudo quando são baixos. O plurirrendimento dos produtores agrícolas resulta não só da pluriatividade como também de pensões e reformas e é essencial para o sustento da população e para evitar o abandono nas áreas rurais.

1.2 O perfil do produtor agrícola nacional é de uma população envelhecida, com baixos níveis de escolaridade e formação, o que condiciona o desenvolvimento do setor pois dificulta a modernização, a adesão a inovações (tecnologia, métodos de cultivo, práticas amigas do ambiente, etc.) e torna menor a capacidade de investir e arriscar e mais difícil a adaptação às normas comunitárias de produção e de comercialização.

2.1 A sigla significa Unidade de Trabalho Ano e equivale ao trabalho de uma pessoa a tempo completo, realizado num ano, medido em horas (1 UTA = 225 dias de trabalho a 8 horas por dia).

2.2 As características da mão de obra agrícola não sofreram alterações de 1999 para 2009, baseando-se na estrutura

familiar do produtor (81% em 1999 e 82% em 2009). A mão de obra agrícola não familiar, onde se incluem os trabalhadores permanentes e eventuais, participa com apenas 18% do volume de trabalho agrícola, sendo o contributo da mão de obra não contratada diretamente pelo produtor, apenas residual (1%).

2.3 Entre 1999 e 2009 houve um decréscimo acentuado do trabalho agrícola (de cerca de 550 mil para cerca de 365 mil UTA).

2.4 A redução da necessidade de mão de obra decorre do desaparecimento e redimensionamento das explorações agrícolas, bem como da melhoria dos índices de mecanização.

Ficha 8 – Problemas estruturais da agricultura portuguesa

1.1 a. Oleaginosas, frutos tropicais e cereais.

b. Vinho.

c. Ovos, azeite, animais vivos, frutos frescos e hortícolas.

1.2 A produção da maioria dos principais produtos agrícolas não satisfaz as necessidades de consumo interno e são poucos os produtos alimentares em que somos autossuficientes, o que implica uma forte dependência externa e tem como consequência direta o défice da balança alimentar portuguesa.

2.1 A percentagem de explorações geridas por empresas é de 2,2%.

2.2 As empresas agrícolas detêm apenas uma pequena parte das explorações agrícolas mas, em média, cada exploração tem uma dimensão física muito superior, ocupa mais mão de obra por exploração e a cada UTA corresponde uma área maior de SAU. Quanto ao VPT médio por UTA é, também, em média muito superior. A idade média do dirigente é bastante inferior à média das restantes explorações, sendo que apenas 15% tem idade superior a 65 anos, enquanto nas restantes são 47%. Por fim, em termos técnicos, há uma maior rentabilização das máquinas pois apenas existe um trator por 100 há de SAU face aos 5 que, em média, existem nas restantes explorações. O número de efetivos pecuários é por sua vez, muito superior.

2.3 O predomínio de explorações de pequena dimensão, com baixos níveis de mecanização e desenvolvimento técnico, tem como consequências baixos níveis de produtividade e rendimento da atividade agrícola o que, a par do envelhecimento, baixo nível de instrução e insuficiente formação profissional que caracterizam os produtores agrícolas, limitando a adesão à inovação e modernização e dificultando o acesso a créditos e subsídios, constituem obstáculos ao desenvolvimento e à competitividade da agricultura portuguesa.

3.1 Em Portugal, mais de metade dos solos têm uma boa aptidão para floresta e apenas cerca de um quarto para a agricultura. No entanto, a área ocupada com atividade agrícola continua a ser superior à dos solos com aptidão para a floresta. Além disso, existem solos com boa aptidão agrícola utilizados para outros fins, podendo concluir-se que muitas atividades agrícolas se desenvolvem em solos pouco aptos para a agricultura. Este problema é ainda agravado pelo facto de se escolherem as espécies a cultivar sem estudos prévios que permitam uma boa adequação entre a aptidão natural e o uso do solo. Tudo isto condiciona o

rendimento da terra e dos agricultores, contribuindo para os baixos níveis de rendimento e produtividade da agricultura portuguesa. O ordenamento do território e o planeamento assumem um papel muito importante porque, através do conhecimento real das aptidões do solo, planeiam devidamente a sua ocupação, restringindo o seu uso às opções mais adequadas.

Ficha 9 – Os primeiros anos da PAC

1.1 A agricultura foi considerada prioritária porque era pouco desenvolvida, tinha uma fraca produtividade e a produção agroalimentar era insuficiente. Além disso, tinha grande representatividade no emprego e no PIB dos países fundadores.

1.2 Os principais objetivos da PAC, enunciados no Tratado de Roma, são: incrementar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola e a utilização ótima dos fatores de produção, nomeadamente da mão de obra; assegurar, deste modo, um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura; estabilizar os mercados; garantir a segurança dos abastecimentos e assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores.

1.3 A PAC baseou-se em três princípios: a unicidade de mercado, que visava estabelecer um mercado agrícola único, eliminando as barreiras alfandegárias entre os Estados-membros e a harmonização de regras e normas; a preferência comunitária, que pretendia evitar a concorrência dos produtos estrangeiros, estabelecendo preços baixos para as importações e subsidiando as exportações; e a solidariedade financeira, com a criação de um fundo comunitário que permitia o apoio financeiro à agricultura.

1.4 Os principais progressos foram o grande aumento da produção, a redução substancial da mão de obra utilizada e o aumento da produtividade e do rendimento dos agricultores, devido à crescente mecanização e modernização da agricultura.

2.1 FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola. Na sua vertente «Orientação», financiava os programas e projetos destinados a melhorar as estruturas agrícolas (construção de infraestruturas agrícolas, redimensionamento das explorações, etc.); na vertente «Garantia», financiava as despesas de regulação dos preços e dos mercados (apoio direto aos agricultores, despesas de armazenamento, restituições às exportações, etc.).

2.2 Os apoios financeiros à agricultura, nos primeiros anos da PAC, absorviam a quase totalidade do orçamento comunitário.

3.1 Nos primeiros anos de implementação da PAC, conseguiu-se uma aproximação aos seus objetivos: a produção agrícola triplicou; reduziram-se a superfície e a mão de obra utilizadas; aumentaram a produtividade e o rendimento dos agricultores. A aplicação da PAC gerou problemas difíceis de resolver, daí, afirmar-se que a PAC foi vítima do seu sucesso. Entre esses problemas podem citar-se: a criação de excedentes agrícolas, em quantidades impossíveis de escoar nos mercados, gerando custos muito elevados de armazenamento; o desajustamento entre a produção e as necessidades do mercado; o peso muito elevado da PAC no orçamento comunitário, comprometendo

o desenvolvimento de outras políticas; a tensão entre os principais exportadores mundiais, devido às medidas protecionistas e à política de incentivos à exportação; os graves problemas ambientais motivados pela intensificação das produções, com utilização de numerosos produtos químicos.

4.1 A: falsa; B: verdadeira; C: falsa; D: falsa; E: falsa; F: falsa; G: falsa; H: falsa; I: verdadeira.

4.2 A. Em 1984 foi instituído o sistema de quotas, que estabelece um limite de produção para cada país; C. O objetivo da fixação de Quantidades Máximas Garantidas era evitar a produção de excedentes; D. O *set-aside* foi uma medida aplicada em 1988 que consistiu na retirada de terras da produção, aplicada às explorações com maior produção; E. Um dos objetivos da reforma de 1992 foi reequilibrar a oferta e a procura; F. A diminuição dos preços agrícolas garantidos e a criação de ajudas diretas aos produtores desligadas das quantidades produzidas foi um dos mecanismos da reforma, para reduzir a produção; G. A reforma de 1992, teve em conta os problemas ambientais provocados pelo desenvolvimento da agricultura europeia; H. O estímulo ao desenvolvimento da silvicultura, da agricultura biológica e ao pousio temporário foram as principais medidas ambientais.

4.3 As afirmações G e H são falsas, pois a reforma da PAC de 1992 foi a primeira a definir medidas para melhorar os sistemas de produção, de modo a torná-los mais amigos do ambiente e criou incentivos para a agricultura biológica, a silvicultura, a pluriatividade e para a orientação para novas produções industriais ou energéticas, que podem contribuir para a sustentabilidade da agricultura e das áreas rurais.

Ficha 10 – Mudanças mais recentes na PAC

1. A – Segurança alimentar e bem-estar animal; Agricultura sustentável/preservação ambiental; Desenvolvimento rural. **B** – Aprofundamento das metas da Agenda 2000; Reforço da política de desenvolvimento rural; **C** – Luta contra as alterações climáticas; Energias renováveis; Promoção da inovação; **D** – Reforço da competitividade; Gestão sustentável dos recursos e ação climática; Desenvolvimento territorial equilibrado.

2.1 O orçamento da PAC aumentou em valor, ao longo dos últimos 40 anos, uma vez que a comunidade passou de seis para 27 Estados-membros. No entanto, a média disponível para cada país em 2011 é consideravelmente inferior à de 1971, altura em que os apoios financeiros à agricultura absorviam a quase totalidade do orçamento comunitário. É também possível constatar que, em função das reformas e alterações da PAC, também as rubricas do orçamento se foram alterando. Enquanto nos primeiros anos a grande fatia do orçamento se dirigia às medidas de apoio ao mercado e restituição às exportações, com o objetivo de aumentar a produção, os rendimentos e evitar a concorrência de produtos estrangeiros, com a reforma de 2003, as ajudas passaram a ser desligadas da produção, para evitar o excesso de produção e os problemas ambientais decorrentes da intensificação agrícola. Assim, eram já muito reduzidos os apoios às medidas de mercado, ganhando relevância os apoios não dissociados e, em 2011, a sua substituição pelos apoios dissociados. É ainda de referir a relevância crescente das medidas de desenvolvimento rural no orçamento da

PAC, evidente nos gráficos relativos a 2005 e 2011, que refletem a sua eleição como 2.º pilar da PAC a partir da Agenda 2000.

Ficha 11 – A integração da agricultura portuguesa na PAC

1.1 A agricultura portuguesa caracterizava-se por um grande atraso em relação aos países comunitários. Como reflexo do seu fraco desenvolvimento, assumia um peso muito grande no emprego total (e também para o PIB, uma vez que o país se encontrava pouco desenvolvido em todas as áreas), registava baixos níveis de produtividade e rendimento, as técnicas eram pouco evoluídas, as explorações tinham uma dimensão muito reduzida, as infraestruturas agrícolas eram insuficientes e não havia experiência de concorrência nos mercados.

1.2 A agricultura portuguesa apresentava dificuldades e, por isso, necessitava de medidas que estimulassem o aumento da produtividade e o seu desenvolvimento, como as que tinham beneficiado os restantes países comunitários até então. No entanto, as orientações da PAC, à época, já eram outras, pelo que se aplicavam medidas de controlo da produção, como o sistema de quotas que estabeleceu limites de produção para cada país, com penalizações em caso de serem ultrapassados, a fixação de quantidades máximas garantidas com descida de preços na proporção da quantidade excedida, ou a limitação da superfície de cultivo e/ou o número de animais para os quais o agricultor tinha direito a subsídios.

1.3 O período de integração foi marcado pela concretização do Mercado Único (1993) que, ao estabelecer a livre circulação de produtos, expôs prematuramente o mercado português à concorrência externa, e pela primeira reforma da PAC, o que também contribuiu para tornar o processo de integração mais difícil, uma vez que foram criadas limitações à produção, pelo sistema de quotas, na sequência de um excesso de produção para o qual Portugal não havia contribuído.

1.4 Durante o período de integração, Portugal beneficiou de incentivos financeiros do PEDAP – Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa e do PAMAF – Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal. Os apoios financeiros, bem como as exigências na aplicação desses fundos, contribuíram para a modernização da nossa agricultura e permitiram o investimento em infraestruturas fundiárias, tecnologias e formação profissional.

2.1 Os subsídios aos produtos foram dominantes, até 2005, em que perderam progressivamente importância, face aos outros subsídios à produção.

2.2 A partir de 2005, entraram em vigor as medidas da reforma da PAC de 2003 e os apoios passaram a ser desligados da produção e os agricultores passaram a receber um pagamento único por exploração, como forma de evitar a desigualdade na atribuição dos apoios entre agricultores e entre regiões e também para desincentivar os sistemas intensivos de produção, no sentido de reduzir a pressão ambiental.

2.3 A adesão portuguesa deu-se em 1986, por isso, apesar de o nosso país ter beneficiado de programas específicos de apoio ao desenvolvimento da agricultura, apenas começou a beneficiar dos subsídios a partir desta data.

Ficha 12 – Potencializar o setor agrário

1.1



1.2 O desenvolvimento da produção agrícola e florestal sustentável em todo o território nacional, o aumento da concentração da produção e da oferta e a criação e distribuição de valor equitativa ao longo da cadeia de valor do setor agroalimentar.

2.1 As organizações de produtores permitem a concentração da oferta, o aumento do valor acrescentado e o escoamento da produção dos seus membros, aumentando a capacidade de negociação nos mercados e, nesse sentido, contribuem para aumentar a competitividade do setor agrícola.

3.1 O investimento em tecnologia produtiva, a melhoria das infraestruturas e o aumento da dimensão das explorações agrícolas.

3.2 A população agrícola é muito envelhecida e apresenta baixos níveis de instrução e formação, o que condiciona a capacidade para arriscar e inovar, o uso de novas técnicas e tecnologias, a capacidade para preencher formulários de candidatura às ajudas, crédito e subsídios, e de apresentar projetos para obter financiamento ou para negociar com parceiros comerciais. A sua valorização torna-se, assim, essencial, quer através da promoção do seu rejuvenescimento, com medidas como a criação de programas e ajudas específicos para jovens agricultores e de condições mais atrativas para a sua fixação nas áreas rurais, por exemplo, bem como pelo incentivo à melhoria do nível de instrução e formação, através da promoção de formação ajustada às necessidades e do desenvolvimento de competências no domínio das TIC.

Ficha 13 – Garantir a sustentabilidade

1.1 A utilização de produtos fitofarmacêuticos, como inseticidas e pesticidas, permite combater as pragas que afetam as culturas, enquanto os fertilizantes inorgânicos têm, na sua composição, nutrientes importantes para o crescimento das plantas, pelo que contribuem para melhorar o rendimento das espécies, otimizando as produções.

1.2 O arrastamento destes produtos pelo vento, ou o escoamento, causam a poluição do solo e das águas e a utilização de produtos fitofarmacêuticos pode ter igualmente implicações ao nível da perda de biodiversidade.

1.3 A utilização intensiva dos solos, sem pousio e com grande mobilização dos solos contribuem para a sua erosão e diminuição da respetiva qualidade. Na pecuária, sobretudo

nas explorações de regime intensivo, os dejetos dos animais e as águas de lavagem poluem os solos e as águas, quando são lançados sem qualquer tratamento.

1.4 As medidas mais eficazes são aquelas que promovem a prática de uma agricultura mais amiga do ambiente, de que é exemplo a agricultura biológica, pois não utiliza produtos químicos nocivos e promove práticas que têm em conta a preservação dos solos e das espécies.

2.1 a. Trás-os-Montes, Beira Interior e Alentejo **b)** Alentejo (200,7 ha) e Beira Interior (85 ha).

2.2 A agricultura biológica é um modo de produção que respeita os mecanismos ambientais de controlo de pragas e doenças, na produção vegetal e na criação de animais, não necessitando de recorrer a pesticidas sintéticos, herbicidas e fertilizantes químicos, hormonas de crescimento, antibióticos e manipulações genéticas. Pelo contrário, a produção biológica utiliza diferentes técnicas que contribuem para o equilíbrio do ecossistema e para reduzir a poluição.

2.3 Os países que aderiram antes de 2004 apresentam um desenvolvimento maior da agricultura biológica, porque, como estão inseridos há mais tempo na PAC, têm seguido as orientações decorrentes da crescente preocupação ambiental ao nível da política agrícola.

2.4 A agricultura portuguesa tem do seu lado o facto de não ter ido tão longe na intensificação da produção e no uso de produtos químicos e maquinaria como os restantes países da UE. Assim, como mantém ainda muitos métodos tradicionais, o desenvolvimento da agricultura biológica torna-se mais fácil. Além disso, o período de transição, dentro das normas da PAC, também não terá de ser tão longo.

Ficha 14 – Diversificar a economia valorizando os recursos endógenos

1.1 Os principais problemas dos «campos profundos» relacionam-se com a idade da população, geralmente idosa; a fraca produtividade da agricultura, sobretudo para autoconsumo; os baixos rendimentos – a população vive sobretudo de pensões de reforma; e ainda a falta de comércio regular e de serviços de apoio à população.

1.2 Outros problemas que existem nas áreas rurais mais periféricas são a fraca acessibilidade decorrente das vias de comunicação e da fraca frequência ou mesmo inexistência de transportes públicos, a falta de equipamentos sociais e a quase inexistente oferta de emprego. Nas áreas rurais mais próximas dos centros urbanos, estes problemas não se sentem com tanta gravidade. A população das áreas rurais pode deslocar-se aos centros urbanos para obter bens e serviços e para trabalhar, mantendo a atividade agrícola. Além disso, o acesso à informação e aos serviços de apoio à agricultura também é mais fácil. Por outro lado, muitas destas áreas são procuradas por habitantes dos centros urbanos, para residência, e por atividades económicas, que criam emprego. Daí o maior dinamismo demográfico e económico destas áreas.

2.1 A diversificação da base económica das comunidades rurais permite a pluriatividade e o plurirrendimento, através do desenvolvimento de atividades alternativas ou complementares à agricultura, como a silvicultura, turismo, indústria, artesanato, etc. Os agricultores e as populações rurais são também «guardiões» da paisagem, pois valorizam

os recursos ambientais, paisagísticos e patrimoniais das regiões.

2.2 Esta opção, permite a criação de empregos, gera riqueza e promove o dinamismo económico. Assim, poderá haver fixação de população nas áreas rurais, contrariando as assimetrias demográficas atuais.

3.1 O turismo no espaço rural contribui para a multifuncionalidade dos espaços rurais, uma vez que associa o espaço rural às funções de lazer e descanso, criando novas atividades direta e indiretamente ligadas ao turismo.

3.2 Podem referir-se as seguintes potencialidades: o património histórico, arqueológico, natural e paisagístico rico e diversificado; o importante valor paisagístico das culturas, como a vinha, o olival, o pomar e de espécies florestais como o montado ou os soutos; os baixos níveis de poluição e, de um modo geral, a boa preservação ambiental.

3.3 As principais formas de turismo em espaço rural são: turismo de habitação, turismo rural, agroturismo, casas de campo e turismo de aldeia. Verifique se caracterizou bem as duas formas de TER que escolheu, na página 60 do Manual.

3.4 Nem sempre há uma avaliação objetiva e comparativa dos recursos e dos impactos económicos, sociais e ambientais, isto é, pensa-se na implementação das atividades turísticas, sem prever e prevenir as implicações negativas que pode ter. Por exemplo, o aumento da área construída, que vem causar impactos ambientais e paisagísticos; o aumento do tráfego automóvel e respetiva poluição; o aumento da procura de serviços; etc. Se não houver um planeamento adequado, o turismo corre o risco de ser um fator de destruição ambiental e de diminuição da qualidade de vida das populações. Assim, as atividades turísticas devem ser devidamente planeadas, no respeito pelo ambiente e pelos valores culturais locais, preservando a diversidade biológica e cultural e promovendo a qualidade da oferta, ajustada à capacidade de ocupação dos lugares.

Ficha 15 – O papel da indústria e dos serviços no desenvolvimento rural

1. Poderá completar o esquema da seguinte forma:

• Produção agropecuária (ex: laticínios e carne). • Exploração florestal (ex: serrações e corticeiras). • Extração e transformação de rochas e minerais.	• Desenvolve, a montante, atividades produtoras da matéria-prima. • Desenvolve, a jusante, outras indústrias complementares e diferentes serviços. • Aumenta a riqueza produzida.	• Mão de obra mais barata. • Infraestruturas e boas acessibilidades. • Serviços de apoio à atividade produtiva. • Proximidade de mercados. • Medidas de política local e central.
--	---	---

2.1 Esta indústria de transformação de um produto agrícola instalou-se numa área predominantemente rural, por proximidade à matéria-prima – o tomate – mas também pelas boas acessibilidades que lhe permitem receber matéria-prima de outras áreas do país e escoar os produtos finais. Os principais efeitos multiplicadores são a criação de emprego, o desenvolvimento de diferentes serviços e o contributo para a dinamização da economia da região.

2.2 O Ribatejo, tendo em conta que é a maior região produtora de culturas industriais, é atrativa para uma indústria de produção de biocombustíveis, como o biodiesel, tendo como matérias primas a colza ou o girassol, bem como de etanol, a partir da beterraba, por exemplo.

3.1 Podem ser exemplos: a vigilância de florestas para evitar incêndios, o apoio financeiro ou administrativo (ex: preenchimento de formulários e elaboração de projetos) aos agricultores, centros de formação profissional, serviços públicos de educação, saúde e ocupação de tempos livres, dinamização de atividades turísticas, etc.

3.2 Os diferentes serviços, além de criarem emprego e assim promoverem um melhor nível de vida, criam condições de bem-estar e acesso aos mais diversos bens (água, eletricidade, telefone, etc.) e também são um importante fator de apoio à população, sobretudo os que se relacionam com a saúde, com o apoio domiciliário a idosos e a educação, que fazem com que a vida das pessoas se torne mais fácil e proporciona melhor qualidade de vida.

3.3 Os serviços têm efeitos sociais pela influência que têm na qualidade de vida, mas também como fatores de fixação e qualificação da população. A sua influência é também económica, pela criação de emprego e pelos efeitos que induz na atividade agrícola – agricultores mais qualificados, mais informados e mais apoiados podem melhorar os processos de produção, tornando-se mais competitivos no mercado. Os serviços ligados à preservação ambiental contribuem também para criar emprego e garantem a manutenção da qualidade dos recursos naturais. Os serviços são, assim, um fator de sustentabilidade das áreas rurais.

Ficha 16 – Silvicultura e energias renováveis – contributo para o desenvolvimento rural

1.1 O VAB por área florestal em Portugal é bastante elevado, quando comparado com os restantes países representados.

1.2 As áreas de floresta ocupam uma parte essencial dos territórios rurais, dão um importante contributo para o emprego das populações e para o seu rendimento, e o setor florestal tem contribuído também favoravelmente para a economia, uma vez que a sua balança comercial regista, tradicionalmente, um saldo positivo.

1.3 As atividades ligadas à floresta diversificam as funções do espaço rural e da população agrícola. Têm uma função económica na produção de matérias-primas e frutos, gerando emprego e riqueza; uma função social, proporcionando ar puro e espaços de lazer; e uma função ambiental, contribuindo para a preservação dos solos, a conservação da água, a regularização do ciclo hidrológico, o armazenamento de carbono e a proteção da biodiversidade.

1.4 A floresta tem um papel muito importante na preservação dos solos, na conservação da água, na regulação do ciclo hidrológico, no armazenamento de carbono e na proteção da biodiversidade.

1.5 Como principais obstáculos ao desenvolvimento sustentável da floresta podem mencionar-se: a fragmentação da propriedade florestal, que impossibilita uma correta gestão da floresta; a baixa rentabilidade, devido ao ritmo lento de crescimento das espécies; o elevado risco da atividade, pelos incêndios florestais, frequentes no verão; o despovoamento e o abandono de práticas de pastorícia e de recolha do mato.

1.6 As soluções possíveis passam por medidas como: promoção do emparcelamento, através de incentivos e da simplificação jurídica e fiscal; criação de instrumentos de ordenamento e gestão florestal, contrariando o abandono florestal; simplificação dos processos de candidatura a programas de apoio à floresta; promoção do associativismo, da formação profissional e da investigação florestal; diversificação das atividades nas explorações florestais e agroflorestais; combate à vulnerabilidade a pragas e doenças; prevenção de incêndios através de limpeza de matos, povoamentos e desbastes; melhoria da rede viária e de linhas corta-fogo, entre outros.

2.1 Portugal não dispõe de petróleo, a principal fonte de energia que utiliza. No entanto, é possível a produção de fontes de energia alternativas, como o biodiesel, utilizando como matéria-prima a colza.

2.2 Tratando-se de uma fonte de energia renovável, a sua produção contribui para as metas energéticas, nacionais e comunitárias, que visam a redução da emissão de gases de efeito de estufa, o aumento da quota de produção de energia a partir de fontes renováveis e a redução do consumo de energia primária.

2.3 Portugal tem um problema de dependência energética do exterior, uma vez que a maior parte da energia que consome tem origem em fontes não renováveis, de que o nosso país não dispõe (petróleo, carvão, gás natural). Deste modo, o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis, como o biodiesel, permitirá reduzir esta dependência.

2.4 Outras fontes de energia renováveis são a eólica, a solar e a hídrica, sobretudo a mini-hídrica. A produção destas energias cria emprego e pode originar rendimentos suplementares com o arrendamento ou venda de terrenos para a sua instalação, contribuindo também para aumentar as oportunidades de emprego, diversificando a base económica das áreas rurais.

Ficha 17 – Estratégias integradas de desenvolvimento rural

1.1 O LEADER (Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) é uma iniciativa comunitária que visa incentivar a aplicação de estratégias originais e integradas de desenvolvimento sustentável através da valorização do património natural e cultural, do reforço do ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho, e da melhoria da capacidade organizacional das respetivas comunidades.

1.2 Os Grupos de Ação Local – GAL, em parceria com o setor privado, candidatam-se aos apoios disponibilizados e encarregam-se de elaborar e aplicar uma estratégia de desenvolvimento para a área rural que representam, através dos Planos de Desenvolvimento Local – PDL.

1.3 Estes projetos podem ser mais eficazes, uma vez que envolvem agentes locais, que conhecem melhor a realidade e os recursos endógenos, naturais e humanos e, por isso, podem propor projetos de desenvolvimento mais adequados e eficazes.

2.1 A estratégia de criação de grupos de trabalho em cada aldeia tem em vista um maior envolvimento das populações locais, para garantir a eficácia do projeto.

2.2 O artesanato, o comércio de frutos, ervas aromáticas, compotas, doces e outros produtos regionais, etc.

2.3 Estas ações são importantes para dinamizar as áreas rurais e, envolvendo a comunidade local, contribuem para promover a conservação e valorização do património ambiental e edificado e para a criação de emprego, o que poderá contribuir para travar o despovoamento e fixar as populações nos espaços rurais.

Ficha 18 – Portugal mais urbano

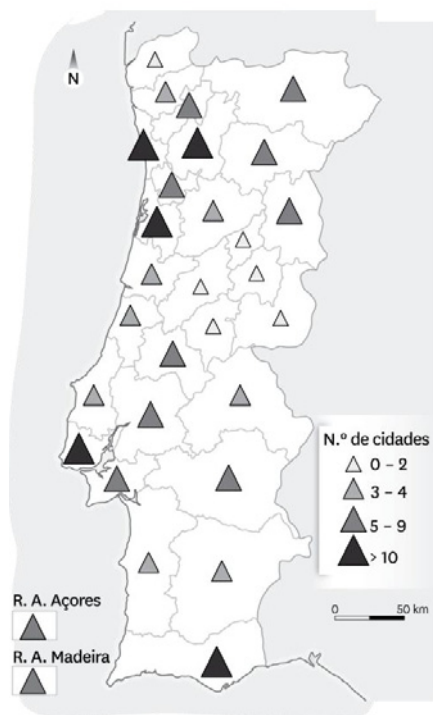
1.1 As cidades opõem-se às áreas rurais pela densa ocupação humana, elevado índice de construção, intensa afluência de trânsito, elevado número de equipamentos sociais e culturais e grande concentração de atividades económicas, sobretudo do setor terciário, enquanto nas áreas rurais predominam as do setor primário. Porém, é cada vez mais difícil a delimitação do espaço físico das cidades, devido à transferência das áreas residenciais e das próprias atividades tradicionalmente urbanas para a periferia.

2.1 Não existe um conceito universalmente aceite de cidade porque os critérios variam de país para país e têm sofrido alterações ao longo do tempo.

2.2 Critério demográfico (número de habitantes e densidade populacional), funcional, jurídico-administrativo.

2.3 Em Portugal, conjugam-se os três critérios anteriores.

3.1 Compare o seu mapa com o da Fig. 1 e verifique se está semelhante.



3.2 As cidades distribuem-se de forma irregular no território, predominando nas NUTS III do litoral. Salientam-se Grande Porto, Tâmega, Baixo Vouga, Grande Lisboa e Algarve, com 10 ou mais cidades; Pinhal Interior Sul, sem nenhuma cidade e Minho-Lima, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul com apenas uma cidade.

3.3 Em Portugal o número de cidades tem aumentado nas áreas tradicionalmente mais povoadas e que continuam a

ser as mais atrativas para a população, onde se concentram as atividades económicas, geradoras de emprego e onde existem melhores vias de transportes e comunicação.

Ficha 19 – Do centro às novas centralidades

1.1 No CBD, existe a tendência para a diferenciação espacial na organização das atividades, que se faz quer em altura quer no que respeita às ruas. De um modo geral, as funções menos nobres, ou que requerem menos contacto com o público, ocupam os andares mais altos e as ruas secundárias. Em oposição, os estabelecimentos de maior prestígio e os serviços que necessitam de maior contacto com o público ocupam o piso térreo e as ruas principais. Situam-se nas melhores posições as atividades e funções que retiram mais vantagens dessa proximidade e, simultaneamente, podem pagar rendas mais elevadas, pois são essas as localizações mais caras.

1.2 No CBD, as atividades e funções vão-se sucedendo. Primeiro, deu-se a substituição das funções industrial e residencial pelo comércio e por outras atividades terciárias. Mais recentemente, verifica-se a descentralização dessas funções, dando origem a novos «centros» na cidade, onde é maior a disponibilidade de espaço, com rendas mais competitivas e melhor acessibilidade. Para tal contribuem também os problemas de congestionamento e redução da acessibilidade no centro das cidades, o que conduz a uma perda de influência e de capacidade para atrair população e atividades e, consequentemente, à sua desvitalização.

1.3 Entre as soluções, podem ser referidas a adoção de medidas que conduzam à reorganização do trânsito e dos espaços para estacionamento, melhoria dos transportes públicos, ruas pedonais com atividades de animação, recuperação de edifícios, etc.

2.1 Função administrativa, relacionada com a administração da justiça: presença do Campus da Justiça; e função comercial, com presença de marcas internacionais.

2.2 Os problemas de congestionamento do centro e a degradação dos edifícios antigos e difíceis de modernizar, ao mesmo tempo que, em outras áreas da cidade, aparecem novos espaços com oferta de estruturas e infraestruturas de maior qualidade, mais modernas e inovadoras, que atraem as funções do centro, vindo a constituir-se como novas centralidades.

2.3 As novas áreas terciárias, nas periferias da cidade e servidas por grandes eixos viários, com oferta comercial e de serviços atraem também algumas funções terciárias do centro, geralmente as mais exigentes em espaço e que surgem, nestas áreas, em grandes superfícies.

2.4 As novas centralidades oferecem as vantagens da modernidade ao nível dos edifícios, das infraestruturas de energia e comunicação, das redes viárias, mais largas e com espaço público amplo e decorado, arquitetura inovadora, assim como soluções de aproveitamento de energia solar, etc. Além de tudo isso, apresentam maior acessibilidade, sendo, muitas vezes servidas por interfaces multimodais, que lhes conferem uma grande centralidade.

Ficha 20 – Áreas funcionais

1.1 A segregação social acompanha a segregação espacial das áreas residenciais, ou seja, a função residencial distribui-se no

espaço, ocupando áreas diferenciadas na cidade, de acordo com o estatuto dos seus habitantes. Assim, nas áreas nobres, de qualidade urbanística e nas áreas renovadas da cidade, encontramos as classes de maiores recursos, enquanto nas áreas degradadas da cidade e em terrenos de localização menos favorável (encostas umbrias, por exemplo) residem as classes de menores recursos. As classes médias, geralmente, vivem em bairros de construção em altura, em apartamentos, que se distribuem pelas áreas periféricas da cidade (ou que já foram periféricas) ou nas áreas suburbanas.

1.2 A: área residencial de classe média alta; **B:** áreas de serviços administrativos, culturais e de segurança; **C:** área comercial, **D:** área residencial de uma classe desfavorecida.

1.3 As áreas identificadas caracterizam-se da seguinte forma. **A:** é uma área residencial de blocos de apartamentos, recente e com uma envolvente ambiental e urbanística de qualidade, sem presença de atividades económicas de grande dimensão, o que leva a supor que se trate de residências de classe média alta. **B:** a sinalização indica uma área ou mais de serviços públicos e culturais, incluindo o centro histórico da cidade, que corresponderá ao CBD ou baixa. **C:** uma área de edifícios antigos e de poucos pisos bem conservados com lojas e iluminação noturna, numa rua pedonal, o que indica que se trata de uma área central da cidade com função comercial e, provavelmente, residencial e de serviços. **D:** representa uma área degradada da cidade, onde residem sobretudo idosos e população de escassos recursos.

2.1 A resposta deverá acentuar a importância dos elevados custos do solo e das rendas dentro da cidade, relacionando com as exigências de espaço que, normalmente, caracterizam as indústrias. Deverá acrescentar os efeitos poluidores de muitas indústrias, os problemas de congestionamento de trânsito e de estacionamento no interior das cidades e a segmentação do processo produtivo, como outros fatores da deslocação das indústrias para a periferia.

2.2 Alguns ramos industriais permanecem no interior da cidade. São, em geral, unidades de pequena dimensão, requerendo pouco espaço, utilizam matérias-primas leves e pouco volumosas e reduzidas quantidades de energia. Trabalham, habitualmente, por encomenda, associadas a estabelecimentos comerciais e requerem o contacto frequente com o cliente, como a confeção de alta costura, a joalharia, panificação, etc.

2.3 Podem ser ocupadas com outras indústrias ou funções terciárias muitas vezes lúdicas e culturais.

2.4 A criação de parques industriais surge como resposta à necessidade de realocação das atividades industriais, pois estas áreas disponibilizam espaços licenciados e devidamente infraestruturados, com boa acessibilidade e, em muitos casos, com um conjunto de serviços de apoio que permitem a obtenção de economias de escala. A proximidade de outras indústrias e atividades económicas constitui também uma vantagem destes espaços.

Ficha 21 – A expansão das cidades e das áreas urbanas

1.1 Suburbanização é o processo de crescimento das cidades para a periferia mais próxima.

1.2 A população cresceu a um ritmo mais elevado nos subúrbios porque o custo do solo diminuiu, de um modo geral, com o afastamento do centro, contribuindo para deslocar a população para a periferia. Este movimento foi acompanhado pelo desenvolvimento dos transportes e das infraestruturas viárias, que possibilitaram as migrações diárias de trabalho, entre o centro e os subúrbios.

1.3 Os fatores da expansão urbana representados são as vias de transportes (caminho-de-ferro e vias rápidas).

1.4 A suburbanização da população implica o aumento dos movimentos pendulares, tendo como consequência direta uma grande pressão sobre o sistema de transportes urbanos, que não consegue, em muitos casos, dar resposta às necessidades da população. Com a suburbanização das atividades económicas, os centros tradicionais perdem vitalidade e capacidade de atrair população, podendo entrar em declínio.

2. As áreas suburbanas cresceram na dependência das cidades que lhes deram origem, uma vez que começaram por cumprir quase exclusivamente a função residencial. O processo de crescimento dos subúrbios foi acompanhado do surgimento de atividades económicas e de serviços públicos que permitiram oferecer maior quantidade e diversidade de funções, além de criarem emprego, atraindo população de outras áreas suburbanas e até da cidade central. Assim, os subúrbios ganharam vida própria, o que lhes valeu, em alguns casos, aceder ao estatuto de cidade. As novas relações entre o «subúrbio» e a cidade que lhe deu origem deixam, pois, de ser de dependência para se tornarem de complementaridade funcional.

3.1 Espaço periurbano é uma área rural circunvizinha à área edificada contínua da cidade, com alterações do uso do solo, da população residente e atividades económicas, sendo que a agricultura, quando continua a existir, já não é uma atividade predominante.

3.2 A periurbanização corresponde à ocupação de espaços rurais circunvizinhos por funções urbanas, enquanto a suburbanização se refere à tendência para a deslocação de pessoas e atividades económicas para povoações e áreas localizadas fora da cidade e/ou para pequenas vilas ou cidades situadas a maior distância.

3.3 A melhoria das acessibilidades promove estes dois processos porque facilita as migrações pendulares, cada vez mais longínquas, e favorece a deslocação à grande cidade, para adquirir bens mais raros ou funções mais especializadas ou, simplesmente, para um passeio.

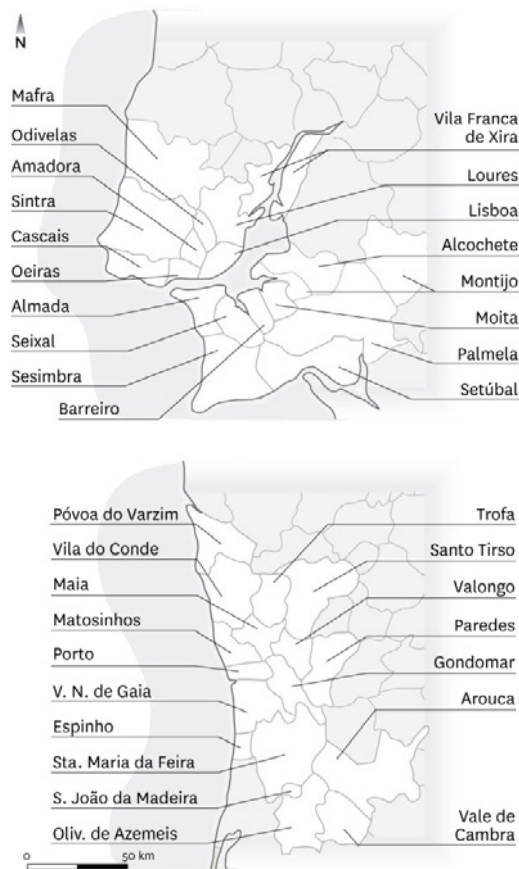
3.4 Aumento do consumo de combustível e da poluição atmosférica, resultante da intensificação das migrações pendulares; ocupação de solos agrícolas e florestais; decadência da atividade agrícola e das atividades tradicionais dos espaços rurais; etc.

Ficha 22 – As áreas metropolitanas

1.1 «O crescimento populacional das áreas metropolitanas, as transformações da sua base produtiva e a emergência de novos problemas sociais, levaram à institucionalização das áreas metropolitanas como “espaços” adequados à procura de soluções de âmbito metropolitano.»

1.2 De acordo com o Doc. 1, a constituição das áreas metropolitanas servirá para resolver em conjunto, problemas de nível metropolitano – que digam respeito aos vários concelhos, exigindo concertação entre eles.

2.1 e 2.2



2.3 As relações de dependência das áreas suburbanas face às duas cidades, transformaram-se gradualmente em relações de complementaridade, que hoje se estabelecem também entre as diversas áreas suburbanas, exigindo uma concertação dos concelhos envolvidos, na tomada de decisões, de modo a prevenir e resolver problemas que ultrapassam as fronteiras municipais. Por isso, em 1991, foram instituídas as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto como espaços individualizados. Só em 2003, a Lei n.º 10 definiu o regime jurídico das áreas metropolitanas, que foi revogado pela Lei n.º 45/2008. Em 2013, a Lei n.º 75 redefiniu as atribuições, os órgãos e as competências das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, que contam com 18 e 17 concelhos, respetivamente.

2.4 Verificar o Doc. 1 da pág. 100 do manual.

Ficha 23 – Áreas metropolitanas – semelhanças e diferenças

1.1 a. Deu-se um aumento da população nas duas áreas metropolitanas, entre 1991 e 2011, salientando-se Sintra, Mafra, Alcochete, Montijo e Setúbal, na AML, e V. N. Gaia, Maia, Matosinhos, Valongo e Paredes, na AMP.

b. Os que mais perderam, no período considerado, foram Lisboa e Barreiro, na AML, e apenas o Porto, na AMP.

1.2 a. O maior crescimento verificou-se em concelhos onde a melhoria das acessibilidades e a disponibilidade de espaço para construção permitem o acréscimo demográfico. **b.** A perda demográfica foi mais acentuada nos municípios centrais, devido à saturação do espaço e às elevadas rendas e custos do solo.

1.3 a. A estrutura etária evidencia um maior envelhecimento no Porto e maior juventude da população em Paredes. **b.** A estrutura etária evidencia um maior envelhecimento em Lisboa e maior juventude da população em Mafra.

1.4 Nos concelhos de Lisboa e do Porto, existe maior envelhecimento por ser aí que reside uma população mais idosa, sobretudo nas áreas centrais e mais antigas, onde ainda existem rendas relativamente baixas. Os filhos e netos dessas pessoas tiveram de sair para a periferia, devido ao elevado custo das rendas e do solo, na cidade. Daí o maior crescimento dos concelhos periféricos das duas áreas metropolitanas que, assim, apresentam uma estrutura etária mais rejuvenescida.

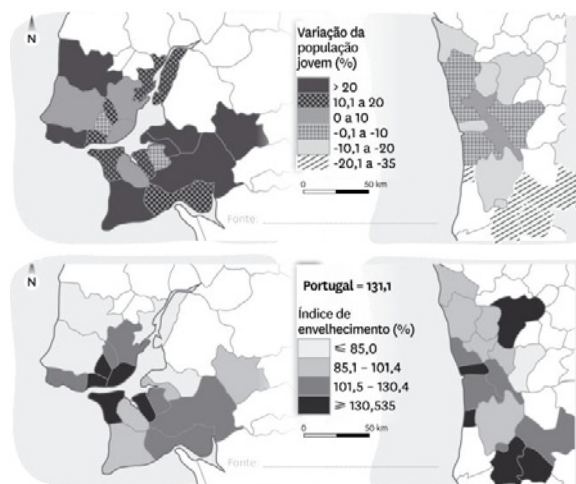
2.1 As áreas metropolitanas caracterizam-se por uma população mais jovem e, de um modo geral, também mais instruída e qualificada, sobretudo nos concelhos centrais, o que representa um ponto forte que as torna mais competitivas em domínios, como a capacidade de arriscar e de inovar, a nível cultural, tecnológico e económico, o que contribui para um maior dinamismo económico e social.

3.1 A AML destaca-se nos três indicadores representados, o que a distancia da AMP no volume de negócios, tanto total como por empresas, na proporção de VAB criado pelas empresas de alta e média tecnologia, assim como no número de habitantes, que se traduz numa maior percentagem do total da população do país – cerca de um quarto.

3.2 O destaque da AML relaciona-se, antes de mais com a maior concentração de população e de atividades económicas, sendo porém de realçar o facto de incluir a capital do país, com maior capacidade de atrair empresas maiores, mais modernas e de maior intensidade de capital que, por isso, geram maior volume de negócios e de VAB. A concentração de sedes de empresas, de centros de decisão política e financeira, dá a Lisboa maior vantagem para concentrar um tecido económico mais produtivo.

Ficha 24 – Dinamismo das áreas metropolitanas

1.1 Verifique se os mapas que pintou estão idênticos aos das Figs. 1 e 2.



1.2 A variação da população jovem indica-nos a percentagem de crescimento ou redução da população dos zero aos catorze anos, enquanto o índice de envelhecimento nos indica o número de idosos por cada 100 jovens.

1.3 A maioria dos municípios de uma e outra área metropolitana tinham um índice de envelhecimento bastante inferior à média nacional, havendo apenas sete na AMP e três na AML, com valores superiores à média nacional.

1.4 Na maioria dos concelhos da AMP, deu-se uma redução da proporção de jovens, que apenas aumentou no concelho da Maia, enquanto, na AML, essa proporção apenas diminuiu ligeiramente na Moita e na Amadora, tendo aumentado em todos os restantes concelhos. Quanto ao índice de envelhecimento, os valores máximos encontram-se no Porto e em Lisboa, seguidos de Vale de Cambra e Espinho e de Barreiro e Oeiras, respetivamente.

1.5 Enquanto o Porto perdeu população jovem, em Lisboa aumentou, contribuindo, certamente, para travar o índice de envelhecimento, muito alto em Lisboa, mas inferior ao do Porto. Nos dois concelhos, estes valores do índice de envelhecimento prendem-se com o facto de, nas respetivas áreas centrais, predominarem os residentes idosos.

2.1 Nas duas áreas metropolitanas, o município central (Lisboa e Porto) são o polo de maior convergência de movimentos, facto evidenciado pela maior intensidade de fluxos em direção a Lisboa e Porto.

2.2 a. Os fluxos mais intensos ligam Lisboa e Porto a outros concelhos, sobretudo mais próximos, mas também a maiores distâncias, sobretudo Lisboa, o que se explica pela maior oferta de emprego e a maior diversidade e especialização dos bens e serviços que disponibilizam.

b. Verifica-se uma forte interação entre as áreas metropolitanas e as NUTS III vizinhas, diminuindo os fluxos com a distância.

3.1 Nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto há maior dinamismo demográfico, pois concentram cerca de 40% da população do país, sendo esta menos envelhecida e, como tal, com maior capacidade reprodutiva e de dinamização da economia e da sociedade. Além disso, atraem diariamente milhares de pessoas de concelhos limítrofes e até de outras sub-regiões do país, o que lhes confere grande dinamismo de relacionamento e contactos humanos. Existe também maior dinamismo económico, já que oferecem quase metade do emprego (trabalhadores por conta de outrem) e mais de um terço das empresas, com destaque para as de 500 e mais trabalhadores. Assim, nas áreas metropolitanas, sobretudo na de Lisboa, existe maior produção que se reflete no PIB e no VAB gerados, cerca de 50% dos totais do país. A população mais jovem e mais instruída, além da maior modernização das empresas (sobretudo em Lisboa) permitem uma maior produtividade e maior investimento na inovação. Assim, pode concluir-se que as duas áreas metropolitanas têm, de facto, maior dinamismo demográfico e económico e, embora com maior relevância da AML, ambas funcionam como polos dinamizadores da economia nacional.

Ficha 25 – A indústria nas áreas metropolitanas e no resto do país

1.1 Na AMP predominam os ramos dos têxteis, vestuário e couro; fabricação de máquinas, equipamento e material de transporte; alimentação, bebidas e tabaco.

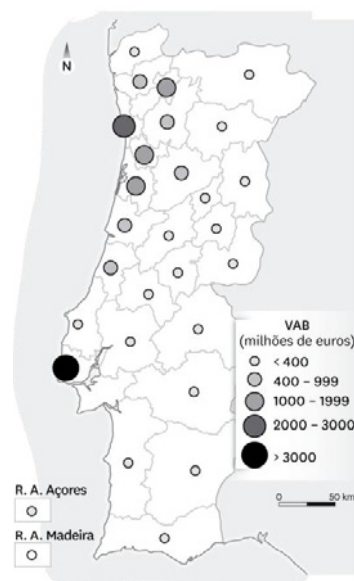
1.2 O principal ramo industrial na AMP é o dos têxteis, vestuário e do couro (calçado), que corresponde a indústrias que necessitam de muita mão de obra.

1.3 Perda de importância das indústrias têxteis e alimentares e aumento do peso do vestuário e calçado e dos produtos metálicos, máquinas e material elétrico.

1.4 Na AML existe uma maior diversidade industrial, com atividades menos intensivas em mão de obra e mais intensivas em capital e, desse modo, geram maior produtividade e maior valor acrescentado do que as indústrias da AMP.

1.5 Existe uma tendência de desconcentração da indústria que se tem vindo a expandir nas áreas envolventes às duas áreas metropolitanas, para áreas bem servidas pela rede de transportes e comunicações. Por sua vez, os concelhos das áreas metropolitanas, sobretudo os centrais, tendem a terciarizar-se.

2.1 a 2.3 – Verifique se o seu mapa ficou semelhante ao da Fig. 1.



2.4 O VAB é mais elevado nas regiões da Grande Lisboa, Grande Porto, Baixo Vouga e Ave. Seguem-se Setúbal e um conjunto de NUTS III em torno do Grande Porto e ao longo do litoral.

2.5 Existe uma coincidência na distribuição destes indicadores, pois verifica-se uma concentração no litoral. Porém, as posições relativas alteram-se, sendo o Ave, seguido do Grande Porto e só depois a Grande Lisboa a salientar-se no emprego da indústria transformadora.

2.6 As regiões da Grande Lisboa e Península de Setúbal destacam-se mais pelo VAB do que pelo emprego. Tal significa que aí predominam indústrias mais intensivas em tecnologia, normalmente aquelas que produzem maior VAB.

3.1 Na indústria alimentar, bebidas e tabaco, os Açores e a Madeira; nos têxteis, vestuário e couro, a região Norte e a Madeira; na metalurgia e produtos metálicos, as regiões Centro, Norte, Algarve e Madeira; e no equipamento informático e de comunicação e produtos óticos e eletrónicos, Norte e Lisboa.

3.2 O têxtil é um setor tradicional com grande implantação no litoral Norte e, por isso, é natural que haja essa especialização. A metalurgia na região Centro associa-se

sobretudo ao litoral onde existe concentração deste tipo de indústrias, como é exemplo a área da Marinha Grande com a indústria de moldes.

3.3 As indústrias de alimentação, bebidas e tabaco, enquanto indústrias de bens de consumo, tendem a localizar-se próximo dos grandes mercados de consumo que correspondem às aglomerações urbanas.

4.1 A indústria constitui um motor de desenvolvimento pois, para além de gerar emprego, atrai atividades complementares e de serviços. As regiões sem grande implantação industrial não beneficiam destes efeitos multiplicadores, o que contribui para acentuar as assimetrias de desenvolvimento entre regiões.

4.2 A melhoria das acessibilidades e a oferta de benefícios (por exemplo, fiscais) em regiões desfavorecidas são duas medidas que poderão incentivar a descentralização da indústria.

Ficha 26 – Problemas urbanos

1.1 Remete para o êxodo rural.

1.2 O êxodo rural foi um dos fatores da expansão urbana, pois conduziu a um forte crescimento populacional da cidade de Lisboa e dos seus subúrbios. Este crescimento dificulta o permanente ajustamento entre as infraestruturas e as necessidades da população, daí resultando numerosos problemas que afetam a qualidade de vida nessa cidade.

1.3 Desemprego, pobreza, exclusão social, criminalidade, insegurança, habitação precária, listas de espera para consultas, etc.

1.4 O planeamento e a gestão municipal aparecem no gráfico do Doc. 1 como o quinto fator mais importante na qualidade de vida urbana pois são essenciais para prevenir e resolver os problemas urbanos.

2.1 As urbanizações implantadas no norte e noroeste da cidade servem de barreira à circulação dos ventos dominantes, impedindo a ventilação e o «arejamento» da cidade a sul, acentuando a poluição.

2.2 A existência de materiais de construção com grande capacidade de absorção de calor, a densidade das construções, o calor libertado pelos transportes, iluminação e sistemas de climatização artificial, a impermeabilização dos solos, etc.

2.3 Poluição sonora, excessiva produção de resíduos, falta de zonas verdes, etc.

Ficha 27 – A recuperação da qualidade de vida urbana

1.1 O PDM – Plano Diretor Municipal é um instrumento de gestão do território concelhio e tem como finalidade principal fixar as linhas gerais de ocupação do território de cada município.

1.2 A evolução socioeconómica, demográfica e de ocupação do território exigem uma avaliação frequente dos PDM para se adequarem às novas realidades de cada município, razão por que se afirma que estes planos têm um caráter dinâmico.

1.3 PU – Planos de Urbanização e PP – Planos de Pormenor.

1.4 O planeamento é fundamental para prevenir os problemas urbanos porque procura fazer a gestão do território de forma equilibrada, de modo a aproveitar as potencialidades e a criar condições de vida adequadas para a

população, partindo do conhecimento da realidade física e humana do território.

2.1 A reabilitação urbana é a intervenção em áreas degradadas com vista a um melhoramento das condições físicas do património edificado, mantendo-se o uso e estatuto dos residentes e das atividades aí instaladas.

2.2 Por exemplo, a degradação dos edifícios e dos espaços urbanos, o desordenamento do espaço e a pobreza da população.

2.3 Os programas RECREIA, RECRIPH, SOLARH e REHABITA e, desde 2008, a Iniciativa JESSICA utilizaram verbas de Fundos Estruturais, como o FEDER, para a criação de Fundos de Desenvolvimento Urbano, com vista a apoiar projetos de reabilitação urbana e planos integrados de desenvolvimento urbano sustentável.

3.1 Faria a reconstrução e recuperação dos edifícios degradados, melhorando a sua habitabilidade e funcionalidade.

3.2 Poderia ser apoiado, por exemplo, pelo programa RECREIA ou pela iniciativa JESSICA.

4.1 Uma ação de requalificação urbana é mais abrangente do que a de revitalização, pois corresponde a uma intervenção que não só reconstrói e recupera os edifícios, mas intervém também nos espaços exteriores, valorizando-os, além de implicar a alteração funcional dos edifícios e/ou dos espaços e a redistribuição da população e das atividades económicas. O Programa Polis – Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – apoiou a recuperação, transformação e revalorização da paisagem urbana de muitas cidades portuguesas, melhorando a qualidade urbanística e ambiental e a qualidade de vida da população.

Ficha 28 – Características da rede urbana

1.1 A rede urbana da Madeira, tal como a do Continente, apresenta um desequilíbrio, pois o Funchal destaca-se, a grande distância, da segunda maior cidade – Caniço – com quase 5 vezes mais habitantes. Nos Açores, existe um maior equilíbrio da rede urbana, pois as cidades têm um número mais próximo de habitantes, embora Ponta Delgada se destaque bastante. Quanto à distribuição geográfica, verifica-se também um desequilíbrio, nas duas regiões autónomas. Na Madeira, as cidades situam-se todas na vertente sul, com exceção de Santana, e nos Açores, apenas três das nove ilhas têm cidades, enquanto São Miguel tem três e a Terceira tem duas. No Continente, a maioria das cidades e a sua totalidade, na Madeira e nos Açores, situam-se no litoral.

1.2 A rede urbana nacional pode considerar-se macrocéfala, pois a área metropolitana de Lisboa concentra cerca de 25% da população, embora também apresente uma clara bipolarização, com a área metropolitana do Porto a secundar Lisboa, com 15% da população. Existe também uma evidente litoralização, pois da restante população urbana, a maior parte vive em cidades do litoral, existindo poucas cidades do interior, a maioria com pequena dimensão demográfica e um reduzido número de média dimensão.

2.1 O mapa evidencia uma distribuição desequilibrada das cidades em Portugal Continental, sendo clara a concentração de cidades em torno de Lisboa e do Porto, no litoral ocidental entre estas duas cidades e no litoral do Algarve, enquanto no interior as cidades são em menor número.

2.2 a. A tendência de litoralização aplica-se à rede urbana porque existe uma concentração de cidades junto ao litoral ocidental a norte de Setúbal e no litoral algarvio, em detrimento do interior de Portugal Continental. Essa litoralização aplica-se também à rede urbana das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, onde as cidades se localizam todas no litoral.

b. Pode falar-se em bipolarização urbana, porque existe um grande número de cidades em torno de Lisboa e do Porto, sendo nessas duas aglomerações urbanas que se localizam as de maior dimensão.

2.3 Redução da capacidade de inserção das economias regionais na economia nacional, limitação das relações de complementaridade entre centros urbanos e redução da sua capacidade de dinamismo económico e social, limitação da competitividade nacional no contexto europeu e mundial.

3.1 É uma estrutura urbana em que existem várias cidades de grande ou média dimensão, distribuindo-se a população urbana de forma regular, sem que haja grande destaque de apenas uma ou duas aglomerações urbanas.

3.2 A rede urbana nacional está longe do modelo de desenvolvimento urbano europeu, que pressupõe um maior equilíbrio da rede urbana.

3.3 A desigual distribuição geográfica das cidades portuguesas e a existência de duas grandes áreas urbanas, com grande destaque de Lisboa, evidencia um desequilíbrio que não favorece o desenvolvimento do país, no seu todo, pois o menor número de cidades do interior e a sua reduzida dimensão, com poucas exceções, impedem a criação de uma rede de interdependência e complementaridade, que crie eixos de desenvolvimento económico e social ao longo de todo o país, ficando essa dinâmica praticamente confinada à faixa litoral entre Setúbal e Viana do Castelo.

Ficha 29 – Hierarquia das cidades portuguesas

1.1 Pode afirmar-se que as cidades são centros organizadores do território pois são lugares centrais, oferecem um conjunto de bens e serviços à população de toda uma área envolvente, são centros de inovação e difusão do conhecimento, tendo capacidade de atrair atividades e de organizar redes de trocas.

1.2 A área de influência corresponde à área mais ou menos extensa que envolve a cidade e sobre a qual ela exerce a sua influência, fornecendo bens, serviços e emprego e atraindo população. As funções raras são aquelas que têm menor oferta, quase sempre mais especializadas, e que se encontram em menor número de lugares, obrigando, geralmente, a maiores deslocações.

1.3 As cidades de nível hierárquico superior detêm um maior número e uma maior diversidade de funções, bem como de bens raros, do que as de nível hierárquico inferior. Por essa razão, têm uma área de influência mais vasta.

1.4 A rede urbana portuguesa manifesta um desequilíbrio ao nível funcional, pois existe um predomínio das funções de nível superior e das restantes funções urbanas nas principais áreas urbanas do litoral, com destaque para Lisboa e Porto.

2.1 A rede urbana da Holanda apresenta-se muito mais equilibrada do que a portuguesa pois, ao contrário de Portugal, apresenta uma distribuição homogénea dos centros urbanos pelo território. No que respeita à dimensão, é também mais equilibrada porque tem duas grandes cidades,

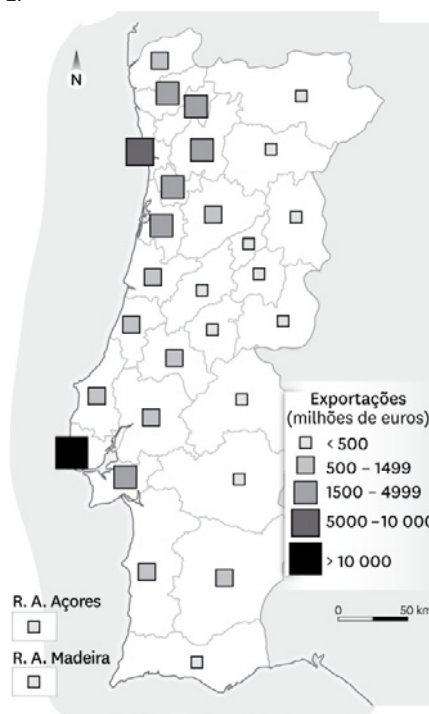
várias cidades de média dimensão bem distribuídas no território e muitas outras cidades mais pequenas, configurando uma rede urbana policêntrica. Quanto à rede urbana portuguesa, apresenta duas cidades maiores, poucas cidades de média dimensão e muitas pequenas cidades que, no entanto, não se encontram distribuídas equilibradamente pelo território.

2.2 Os desequilíbrios da rede urbana contribuem para reduzir a capacidade de inserção das economias regionais na economia nacional, limitam as relações de complementaridade entre as cidades, reduzem o dinamismo socio-económico, limitam a competitividade nacional no contexto europeu e mundial, etc.

2.3 Para um melhor equilíbrio da rede urbana, deve promover-se uma organização mais policêntrica do sistema urbano. Para tal, deve melhorar-se a coordenação entre os diferentes níveis de decisão e de planeamento e ordenamento do território; devem melhorar-se as ligações rodoviárias e ferroviárias entre cidades; deve promover-se a complementaridade interurbana, sobretudo, no interior, entre outras medidas.

Ficha 30 – Vantagens e limitações da concentração/dispersão

1.3 Verifique se o mapa que elaborou se assemelha ao mapa da Fig. 1.



1.4 A distribuição regional do valor das exportações revela um contraste entre o litoral, onde se encontram regiões como a Grande Lisboa, Grande Porto e Ave, que detêm os valores mais elevados das exportações, e o interior e as regiões autónomas, onde se encontram os valores regionais de exportação mais baixos, destacando-se Serra da Estrela, Pínhai Interior Sul e Douro, com menos de 100 milhões de euros.

1.5 Existe uma coincidência entre as regiões com maior valor de exportações e as que têm as maiores cidades, o que

confirma a importância das áreas urbanas na atração de atividades económicas e na produção de riqueza e de interligações internacionais.

1.6 As cidades atraem as atividades económicas pois oferecem as vantagens das economias de escala por se tratar de aglomerações, ao oferecer infraestruturas e serviços diversos, mão de obra abundante e qualificada, maior facilidade de acesso aos mercados nacional e internacional, complementaridade com outras atividades, etc.

2.1 As deseconomias de aglomeração geram-se quando se verifica uma saturação do espaço urbano e uma incapacidade de resposta das infraestruturas, dos equipamentos e dos serviços, levando a que os custos da concentração passem a ser superiores aos benefícios.

2.2 Enquanto existem economias de aglomeração, as empresas retiram vantagens de se instalarem nas aglomerações urbanas. Porém, quando as cidades ficam demasiado saturadas, surgem problemas como a força dos sindicatos que eleva os salários, o trânsito intenso, que gera congestionamentos e falta de estacionamento, a saturação das infraestruturas e serviços, dificuldades no funcionamento das redes de abastecimento dos bens dispersos, ou seja, problemas urbanos que reduzem os lucros e conduzem a deseconomias de escala para as empresas, que são forçadas a encontrar localizações alternativas para as suas unidades de produção.

2.3 Os efeitos das deseconomias de aglomeração sentidos em muitos centros urbanos do litoral poderão ser minimizados com o reequilíbrio da rede urbana, ou seja, com o desenvolvimento de outras aglomerações urbanas não congestionadas, nomeadamente, as cidades de média dimensão, que oferecem as vantagens da aglomeração, ainda sem os seus inconvenientes.

Ficha 31 – O papel das cidades médias

1.1 Em Portugal, considera-se cidade de média dimensão um centro urbano que tenha entre 20 e 100 mil habitantes, embora também possam ser considerados outros critérios, nomeadamente funcional e económico – ter dimensão suficiente para funcionar como economia de escala, ou o papel de estruturação e intermediação em relação aos espaços rurais envolventes, a capacidade para se organizarem entre si em eixos urbanos de proximidade ou a capacidade de se especializarem em funções de valia nacional ou internacional.

1.2 Cidades médias oferecem melhor qualidade ambiental, mais espaços verdes e de convívio, ou seja, melhor qualidade de vida do que as grandes aglomerações urbanas, onde prevalece o anonimato e a massificação. Oferecem também oportunidades para as atividades económicas, pois proporcionam as vantagens económicas, funcionais e institucionais das aglomerações, sem se encontrarem saturadas. A sua influência nas áreas envolventes e as relações de complementaridade com outras cidades médias, através da conectividade rodoviária e da cooperação institucional, podem gerar áreas e corredores de desenvolvimento entre elas e, assim, dinamizar a economia regional e promover o desenvolvimento nacional.

1.3 Por exemplo: Viseu e Castelo Branco (ou Guarda e Covilhã; Aveiro e Figueira da Foz).

1.4 A última afirmação expressa a opinião de que as cidades são polos de desenvolvimento e que um país sem uma rede

equilibrada de centros urbanos e de regiões urbanas desenvolvidas, vê o seu desenvolvimento dificultado, uma vez que apenas as regiões urbanas, neste caso o litoral, se desenvolvem, deixando à margem todo o restante país, que fica «raquítico» isto é, pouco desenvolvido, onde apenas Lisboa e Porto crescem.

1.5 Através da valorização de potencialidades regionais e recursos endógenos e do investimento em atividades económicas, equipamentos e infraestruturas que elevem a qualidade de vida nas cidades do interior, melhorando, os equipamentos coletivos (desporto, cultura e lazer) e as infraestruturas básicas (sistema viário, abastecimento de água, saneamento básico, infraestruturização do solo urbano, etc.), promovendo, a reabilitação e a renovação urbanas. A melhoria das ligações rodoviárias e ferroviárias interurbanas permitirá uma gestão mais eficaz dos recursos disponíveis, nomeadamente das funções mais raras. O reforço da acessibilidade interurbana aumentará a complementaridade dos centros nas redes de proximidade, através do desenvolvimento de funções interdependentes que conduzam a economias de escala.

2.1 As cidades médias, por não terem os problemas da concentração excessiva oferecem melhor qualidade de vida aos seus cidadãos, nomeadamente, melhor ambiente, pois geralmente têm maior proporção de solo ocupado com espaços verdes e de convívio e não existe tanto trânsito nem tantos congestionamentos, oferecendo um modo de vida mais calmo. Além disso, oferecem também oportunidades para as atividades económicas, pois proporcionam as vantagens económicas, funcionais e institucionais das economias de aglomeração, ainda sem as suas desvantagens.

2.2 O desenvolvimento das cidades médias é fundamental para o desenvolvimento equilibrado do território, pois dinamizam as respetivas áreas de influência e, como proporcionam as vantagens das economias de aglomeração, podem atrair atividades económicas, criando condições para a fixação da população, pois podem oferecer, no interior, diversidade de bens, criar postos de trabalho e proporcionar serviços qualificados em domínios como a saúde, a educação ou a formação. Isto contribuirá para a redução das assimetrias territoriais e para um desenvolvimento mais equilibrado do país.

2.3 O PROSIURB – Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e de Apoio à Execução dos Planos Diretores Municipais – foi um instrumento de intervenção nas cidades médias, apoiando ações que visavam a sua qualificação urbana e ambiental. Permitiu melhorar algumas destas cidades ao nível dos equipamentos coletivos, das infraestruturas básicas e da reabilitação e renovação urbanas. Assim, contribuiu para o desenvolvimento das cidades médias e para a sua requalificação e dinamismo económico, pois criou a necessidade de várias atividades económicas, criando novos espaços para o desenvolvimento de outras atividades de carácter económico e cultural.

2.4 O programa Polis.

Ficha 32 – Redes de transporte e articulação do sistema urbano

1.1 O reforço da acessibilidade entre os diversos centros urbanos da região permite uma gestão mais eficaz dos recursos disponíveis, nomeadamente das funções mais raras e aumenta a complementaridade dos centros urbanos,

através do desenvolvimento de funções interdependentes que conduzam a economias de escala interurbana.

1.2 A ligação entre a rede viária principal e secundária favorece a circulação no interior das regiões e a acessibilidade aos centros urbanos e entre estes e as áreas rurais envolventes. É, por isso, fundamental para a complementaridade interurbana.

2.1 Por exemplo, a rede de cidades sustentáveis, em que participam o Porto e Aveiro, entre outras; ou a rede de cidades solidárias, em que participam Lisboa e Coimbra, entre outras.

2.2 A integração em redes de cooperação interurbana permite trocar ideias e projetos, e participar na sua concretização em intercâmbios enriquecedores e promotores da projeção nacional e internacional das cidades. Ao nível regional, a cooperação entre cidades permite compensar debilidades e otimizar recursos através de uma gestão conjunta de equipamentos e serviços.

Ficha 33 – A inserção na rede urbana europeia

1.1 Dimensão populacional, localização de sedes de empresas ibéricas e multinacionais, especialização em serviços intensivos em conhecimento, tecido industrial.

1.2 Lisboa ocupa o primeiro lugar na hierarquia urbana portuguesa, sendo a cidade capital e detendo o maior número de funções de nível superior, razão que explica a sua especialização em serviços financeiros e de apoio à produção.

2.1 As cidades portuguesas ocupam uma posição modesta no contexto europeu, destacando-se apenas Lisboa, com alguma representatividade em funções de valia internacional, e o Porto, com fraca expressão internacional.

2.2 Torna-se necessário apostar na organização e no reforço da projeção económica, turística e cultural das cidades, em particular, das duas maiores aglomerações urbanas, o que passa pela sua promoção, e das respetivas regiões, através de *marketing*.

2.3 Da mesma forma, deve ser feito um esforço de participação em eventos de nível internacional e em redes internacionais de cidades, como, por exemplo, as cidades capitais europeias da cultura, além de se valorizarem os recursos endógenos e procurar a sua projeção, através do *marketing* turístico e promocional.

3. A afirmação refere-se às cidades do litoral ocidental de Portugal Continental e às cidades da Galiza e remete para uma rede urbana transfronteiriça, cujo objetivo será a cooperação em torno da localização comum na fronteira marítima da Europa e a valorização da vertente atlântica da Península Ibérica. A afirmação remete ainda para o desenvolvimento de uma plataforma logística, provavelmente, de apoio ao transporte marítimo.

Ficha 34 – As parcerias entre cidades e o mundo rural

1.1 As novas acessibilidades, para que remete a imagem da Fig. 1, promovem a intensificação das relações urbano-rurais e são, nesse sentido, um fator da dispersão da população e das atividades, do aumento das migrações pendulares, das alterações das práticas quotidianas e dos consumos da população rural e da modificação das funções tradicionalmente desempenhadas pelos espaços rurais.

1.2 Entre as funções complementares das cidades que os espaços rurais passaram a desempenhar encontram-se: a função residencial, para habitação principal ou secundária da população urbana; a função comercial, pela proliferação das grandes superfícies nos espaços periurbanos e rurais; o emprego, pela dispersão das atividades económicas.

1.3 O desenvolvimento dos centros urbanos de pequena e média dimensão promove a dinamização das respetivas áreas de influência, podendo atrair atividades económicas e criar condições para a fixação da população. Isto contribuirá para a redução das assimetrias territoriais na distribuição da população e no reordenamento do território.

1.4 Desenvolvimento de serviços de qualidade com a participação e para as áreas rurais que envolvem os centros urbanos; reforço das relações de complementaridade no desenvolvimento de atividades e no desempenho de funções entre a cidade e as áreas rurais; etc.

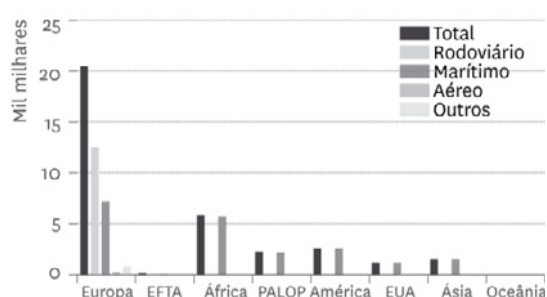
2.1 A parceria a que se refere o Doc. 1 é importante pois, ao garantir o escoamento da produção, promove a revitalização, diversificação e valorização das economias rurais. Além disso, disponibiliza um conjunto de serviços, como a formação e informação sobre tendências de mercado, a que os produtores não têm muita facilidade de aceder e que são essenciais para a sustentabilidade do projeto.

2.2 O projeto apresenta uma forte sustentabilidade económica, porque é garantido o escoamento das produções agropecuárias, é fornecida formação contínua sobre as diversas vertentes da atividade agropecuária e é disponibilizada informação sobre as tendências do mercado e exigências dos consumidores.

3.1 O planeamento é fundamental para garantir a sustentabilidade das ações de desenvolvimento regional porque parte do conhecimento profundo das realidades físicas e humanas das regiões e das suas potencialidades.

3.2 O planeamento constitui o suporte para a coesão territorial pois permite ações concertadas, sustentadas e mais eficazes sobre o território regional, podendo impedir a excessiva pressão urbana sobre os campos mais próximos das cidades ou o abandono de áreas rurais em declínio agrícola e contribuindo para um maior equilíbrio territorial e uma maior coesão.

Ficha 35 – Diversidade e competitividade dos modos de Transporte



1.2 Rodoviário.

1.3 Maior flexibilidade de itinerários; maior diversidade de veículos, entre outros.

1.4 Elevado impacto ambiental; elevada sinistralidade, entre outros.

1.5 Aéreo.

1.6 Elevados custos de manutenção; reduzida flexibilidade de itinerários, entre outros.

1.7 Ferroviário: no transporte suburbano e também com a introdução da rede de alta velocidade. Aéreo: no transporte de mercadorias perecíveis ou valiosas a longas distâncias.

2.1 Esta opção está relacionada com a tentativa de diminuir os impactos negativos causados pelo modo de transporte rodoviário: elevado impacto ambiental; elevado consumo de recursos energéticos não renováveis; elevada ocupação do espaço pela rede rodoviária; elevada sinistralidade; congestionamentos de tráfego, entre outros.

Ficha 36 – Complementaridade entre os diferentes modos de transporte

1.1 Conjugação de vários modos de transporte para ultrapassar as desvantagens próprias de cada modo de transporte e tornar as deslocações mais rápidas e económicas.

a. 12 interfaces.

b. Ferroviário (comboio); rodoviário (autocarro); marítimo (barcos).

1.3 Coordenação de horários/preços de viagem e utilização de um bilhete único independentemente dos operadores e transbordos efetuados.

1.4 Diminuição da utilização do automóvel particular; redução dos consumos energéticos; diminuição da sinistralidade e dos congestionamentos de tráfego, entre outros.

1.5 A sua importância justifica-se pelas vantagens apresentadas: deslocações mais rápidas; diminuição dos custos inerentes à transferência de carga; diminuição dos períodos de imobilização dos veículos, entre outras.

2.1 Armazenamento, regulação e distribuição de mercadorias; apoio administrativo e industrial, entre outros.

2.2 Combinar as vantagens dos diferentes modos de transporte; reduzir os custos económicos e a poluição; aumentar a segurança, entre outros.

3. A promoção da intermodalidade é uma das principais preocupações da PCT. O programa *Marco Polo II* tem por objetivo reduzir o congestionamento, melhorar o desempenho ambiental do sistema de transportes intermodal, contribuindo assim para um sistema de transportes eficiente e sustentável que proporcione um valor acrescentado comunitário sem repercussões negativas na coesão económica, social ou territorial. Prevê diversas ações: ações catalisadoras; ações de transferência modal; ações de aprendizagem em comum; as autoestradas do mar e as ações para evitar o tráfego.

Ficha 37 – Transporte rodoviário

1.1 Distribuem-se sobretudo ao longo do litoral, embora os IP tenham maior projeção para o interior.

1.2 A rede rodoviária é mais densa nas áreas onde há maior concentração de IP e IC.

1.3 A acessibilidade é, de um modo geral, proporcional ao nível de desenvolvimento das regiões; é um fator condicionante e potenciador do desenvolvimento das regiões. As regiões mais desenvolvidas são aquelas onde há maior acessibilidade e, como tal, maior concentração da rede rodoviária e também de IP e IC.

1.4 O traçado dos IP está diretamente relacionado com as ligações europeias de transporte rodoviário, permitindo

assim um acesso fácil e facilitando o tráfego de mercadorias na rede transeuropeia.

2.1. a. Centro e Norte. **b.** Algarve e Alentejo.

2.2. a. Em todas as regiões, a de origem coincide com a de destino.

b. Norte – Centro; Centro – Norte; Lisboa – Centro; Alentejo – Lisboa e Algarve – Lisboa.

2.3 Em primeiro lugar, o transporte de mercadorias é feito dentro da própria região, pois significa menores distâncias, logo, menores custos. Pelo mesmo motivo, o segundo lugar vai, de um modo geral, para a região mais próxima ou para a capital do país com a qual as regiões estabelecem ligações privilegiadas.

Ficha 38 – Transporte ferroviário

1.1 A rede nacional de caminho de ferro apresenta maior concentração no Litoral, verificando-se também um maior número de ligações entre os lugares situados entre o rio Douro e o rio Tejo.

1.2 Elevados custos de manutenção não cobertos pela procura; reduzido número de passageiros e perda de competitividade face ao modo rodoviário.

1.3 Melhoria da mobilidade nas áreas metropolitanas; diminuição das distâncias-tempo; aumento da segurança e menor impacto ambiental.

2.1 Mercadorias carregadas: Alentejo e Centro. Mercadorias descarregadas: Centro e Lisboa.

2.2 Referir a importância do Alentejo na indústria extrativa, relacionando este aspeto com as vantagens do transporte ferroviário para as mercadorias pesadas e volumosas.

3.1 A aposta nacional tem por objetivo oferecer serviços competitivos capazes de conquistar importantes setores de mercado; integrar infraestruturas de transporte reconhecidas de interesse europeu para assegurar a livre circulação de pessoas e bens; favorecer a sustentabilidade dos modelos de crescimento em termos sociais, ambientais e territoriais e desempenhar um papel relevante no processo de coesão social e económico.

3.2 A complementaridade e a interoperabilidade entre redes permitem reduzir os custos económicos e a poluição, diminuir as distâncias-tempo e aumentar a segurança.

Ficha 39 – Transporte marítimo

1.1 e **1.2** Ver Fig. 1.



1.3 No mapa está representada informação sobre os portos comerciais portugueses e sobre os principais tipos de carga movimentada. No porto de Aveiro destacam-se a carga geral e os granéis sólidos; no de Leixões os granéis líquidos e os contentores; no de Lisboa os granéis sólidos e os contentores; no de Setúbal os granéis sólidos e carga geral e no de Sines os granéis líquidos e contentores.

1.4 Ver Fig. 1.

2.1 A afirmação é verdadeira, pois Portugal localiza-se numa posição central em relação ao oceano Atlântico, no cruzamento das principais rotas marítimas, beneficiando de portos de águas profundas capazes de receber navios de grandes dimensões.

2.2 Desenvolver infraestruturas logísticas e intermodais; melhorar as infraestruturas e ligações ferroviárias; estimular a complementaridade e a cooperação entre portos.

Ficha 40 – Transporte aéreo

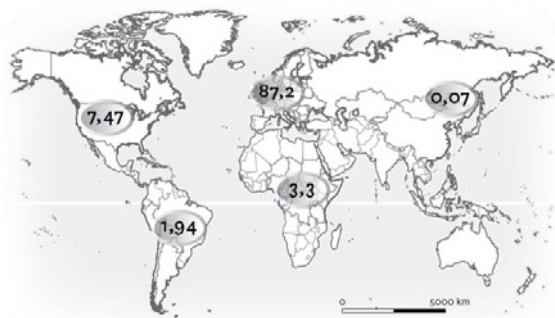
1.1. a. Destaca-se o tráfego internacional. **b.** Destaca-se o tráfego interior seguido do territorial. **c.** Destaca-se o tráfego internacional seguido do territorial.

1.2 O elevado custo do transporte aéreo justifica a sua utilização no continente apenas para longas distâncias. No caso das ilhas, a rapidez do transporte aéreo justifica as deslocações efetuadas ao continente e, em particular, no caso dos Açores a sua constituição geográfica (com várias ilhas distribuídas por três grupos) justifica o elevado valor do tráfego interior.

1.3 No continente continua a destacar-se o tráfego internacional e nos Açores e na Madeira destaca-se o territorial.

2.1 O movimento de passageiros nos aeroportos portugueses realiza-se, com grande destaque, em termos de partidas e chegadas, para os países da UE. Os outros destinos/origens de passageiros representam menos de 20% do total.

2.2 Ver Fig. 2.



3.1 Deverá focar aspetos como: reduzida distância-tempo; possibilidade de aproximação das regiões apesar da distância real; a criação/modernização de novas infraestruturas possibilita um aumento dos postos de trabalho; promove a dinamização da atividade turística; entre outros.

3.2 Melhoramentos nos aeroportos regionais; implementação de medidas para minimizar os danos ambientais; modernização dos equipamentos de logística e de controlo do tráfego aéreo; realização de melhorias no atual aeroporto de Lisboa; construção do novo aeroporto, etc.

Ficha 41 – Rede transeuropeia de transportes

1.1 O transporte de mercadorias apresenta na globalidade um crescimento superior ao de passageiros, com exceção do ano de 2009 em que registou uma quebra.

1.2 O setor dos transportes tem uma importância significativa na economia comunitária devido à sua considerável contribuição para o PIB.

1.3 Assimetrias geográficas; congestionamento de vários eixos; disparidades no crescimento dos diferentes modos de transporte; crescimento da dependência em relação ao setor energético; aumento dos custos económicos e aumento do impacto ambiental.

1.4 Promover o maior uso dos transportes marítimo e fluvial; conciliar o crescimento do transporte aéreo com o ambiente, promovendo os transportes ecológicos; desenvolver cadeias de transporte intermodal; reforçar a segurança rodoviária; desenvolver transportes urbanos de qualidade, entre outros.

2.1 Estradas, vias férreas, portos, aeroportos, meios de navegação, plataformas intermodais, condutas de transporte de produtos, etc.

2.2 Comboio de alta velocidade Paris-Bruxelas/Bruxelas-Colónia-Amsterdão-Londres; Eixo ferroviário Cork-Dublin-Belfast-Straraer (2001); Eixo multimodal Portugal/Espanha-Resto da Europa; Interoperabilidade da rede ferroviária de alta velocidade da Península Ibérica; «Autoestradas» marítimas: Mar Báltico, arco Atlântico, Europa do sudeste, Mediterrâneo ocidental, etc.

2.3 A construção da Rede Transeuropeia de Transportes é de extrema importância, pois apresenta numerosas vantagens, permitindo, por exemplo: assegurar uma maior mobilidade das pessoas e mercadorias; oferecer aos utentes infraestruturas de qualidade; combinar todos os modos de transporte; cobrir a totalidade do território da comunidade.

3.1 Resolução dos pontos de estrangulamento, dos congestionamentos e das ligações em falta, em especial a nível transfronteiriço; consideração das necessidades do mercado interno na perspetiva do alargamento; implementação de redes de energia nas regiões insulares, isoladas, (ultra) periféricas, favorecendo a diversificação das fontes e as energias renováveis; interoperabilidade das redes com as dos futuros Estados-membros, de outros países europeus, da bacia do Mediterrâneo e do mar Negro.

3.2 Porque são esses países que possuem as maiores reservas de gás natural a nível mundial.

3.3 É de extrema importância pois vai reduzir a dependência energética portuguesa em relação à Argélia, ao permitir a chegada de gás natural por via marítima, de outras origens.

Ficha 42 – Inserção das redes nacionais de transporte na rede transeuropeia

1.1 O Eixo Prioritário 1 do POAT vai ao encontro do que está previsto na PCT, uma vez que as suas principais medidas visam contribuir para o fortalecimento das ligações à rede europeia (ligação multimodal Portugal – Espanha – Resto da Europa e construção dos eixos diagonais e transversais estruturantes), facilitando assim a implementação da rede transeuropeia.

1.2 As ligações rodoviárias ao território comunitário assumem ainda uma importância pouco relevante, quando analisamos o seu peso no total das estradas nacionais (cerca

de 15%). Contudo, dentro das estradas europeias, pode verificar-se que as autoestradas já assumem um peso significativo em relação ao total (76,8%), o que poderá minimizar a conclusão anterior.

2.1 São fundamentais para a ligação Portugal – Espanha – Resto da Europa, possibilitando uma maior integração de Portugal no contexto europeu e, mesmo, a diminuição das assimetrias litoral/interior.

2.2 Os principais eixos de ligação à Europa evidenciam assimetrias regionais, pois partem das grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e privilegiam, essencialmente, o litoral do país. Contudo, os eixos teriam de partir necessariamente destas áreas, pois elas constituem os principais polos de geração/atração de tráfego de passageiros e de carga e concentram os principais centros de consumo e de produção industrial e de serviços.

3.1 Referir, entre outros, aspetos como a diminuição significativa das distâncias-tempo, ultrapassando o problema dos congestionamentos de tráfego, aumento da segurança e da comodidade e diminuição dos impactes ambientais.

4.1 O investimento na inovação tecnológica, em domínios como a intermodalidade, o desenvolvimento de modos de transporte mais seguros e menos poluentes, o desenvolvimento de sistemas de transportes inteligentes, entre outros.

4.2 Referir que a Política Comum de Transportes ambiciona a redução da dependência face ao modo de transporte rodoviário, quer no transporte de passageiros, quer, sobretudo, no de mercadorias. Neste sentido, Portugal poderá fazer face a este desafio, tirando partido da sua posição geográfica privilegiada e apostando no transporte intermodal, conjugando os modos ferroviário e marítimo.

Ficha 43 – As telecomunicações: distribuição das redes e desigualdades no acesso às TIC

1.1 O investimento feito ao nível da criação de infra-estruturas e do alargamento das redes de telecomunicação tem reflexos notórios na evolução do número de utilizadores das TIC e pode ser comprovado através de vários indicadores (evolução do número de acessos por BL; do número de alojamentos com rede por cabo, do número de famílias com acesso a internet, etc.).

1.2 As TIC facilitam e viabilizam um grande número de atividades económicas; contribuem para o aumento do número de postos de trabalho e do PIB; aumentam a mobilidade das populações, etc.

2.1 Relativamente ao acesso às TIC, o litoral apresenta um destaque muito significativo, com maior enfoque nas áreas metropolitanas, quando comparado com o resto do país.

2.2 Referir aspetos como a possibilidade de redução das distâncias e da aproximação dos agentes económicos e pessoas; a difusão em tempo real da informação; a criação de igualdade de oportunidades, que poderão contribuir para a diminuição das desigualdades entre o litoral e o interior.

3.1 Em relação à internet, Portugal ainda se encontra um pouco abaixo da média comunitária no que respeita o número de agregados familiares com ligação (61% – 76%), apresentando também uma média superior à da UE no que respeita o número de indivíduos que nunca utilizaram a internet (35% – 22%).

3.2 O Plano Tecnológico Nacional desempenhou um papel fundamental na aproximação de Portugal às médias europeias, pois previa medidas, em termos de conhecimento, tecnologia e inovação, que contribuiriam certamente para tal. Por exemplo, no campo da tecnologia, prevê-se vencer o atraso científico e tecnológico, apostando no reforço das competências científicas e tecnológicas nacionais, públicas e privadas, reconhecendo o papel das empresas na criação de emprego qualificado e nas atividades de investigação e desenvolvimento.

3.3 As grandes metas passam pela criação de um espaço único europeu da informação; pelo reforço da inovação e do investimento em investigação na área das tecnologias da informação e das comunicações (TIC); e pela realização de uma sociedade da informação e dos *media* inclusive.

Ficha 44 – Problemas na utilização dos transportes

1.1 Ver Fig. 1.

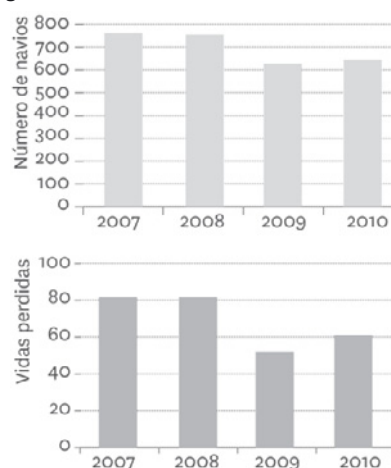


Fig. 1

1.2 Referir consequências, tais como: efeitos irreversíveis nos ecossistemas (fauna e flora); impactes negativos, em termos económicos, nas atividades pesqueira e turística, entre outros.

1.3 Porque, embora ocorram com menor frequência que os rodoviários, quando ocorrem, devido à sua capacidade de carga, envolvem um número sempre muito significativo de vítimas.

2.1 Ver Fig. 2

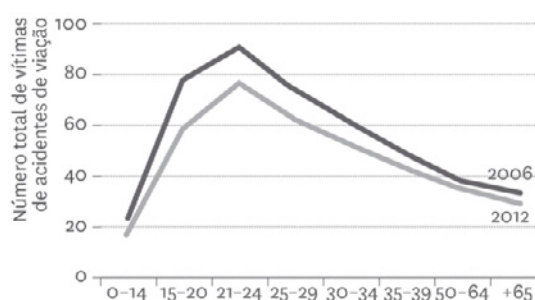


Fig. 2

2.2 De 2006 para 2012 verifica-se uma diminuição do número de vítimas em todos os escalões etários e, consequentemente, uma diminuição do número total de vítimas.

2.3 A diminuição do número de vítimas está relacionada com os objetivos da política de transportes e, sobretudo, com as medidas tomadas no âmbito da prevenção rodoviária.

2.4 O Plano Nacional de Prevenção Rodoviária. Medidas implementadas: aumento da fiscalização (controlo da velocidade e do álcool); promoção de ações de sensibilização e campanhas temáticas; implementação do programa de reabilitação para os condutores autores de infrações graves ao Código da Estrada, entre outras.

2.5 Os transportes têm grandes impactes, quer no ambiente, quer na saúde humana, a maioria decorrentes da poluição ambiental que lhes está associada. Constituem um dos principais setores responsáveis pela emissão de gases poluentes, nomeadamente os que contribuem para o agravamento do efeito de estufa e para a formação de ozono na troposfera, onde constitui um risco para a saúde humana. Só com uma alteração de mentalidades e comportamentos individuais é que se consegue fazer a diferença.

3. Refletir, referindo alguns impactes dos transportes no ambiente e na saúde humana, tais como: emissão de gases que contribuem para o aumento do efeito de estufa e para a formação de ozono na troposfera; aumento das doenças causadas pela poluição atmosférica; aumento da poluição sonora, entre outros.

4. Redução do peso do transporte rodoviário face aos restantes; colocação no mercado de uma quota mínima de biocombustíveis ou de outros combustíveis renováveis; criação de iniciativas como o Dia Europeu sem Carros, etc.

Ficha 45 – As TIC na sociedade atual

1.1 Destacam-se como maiores utilizadores os jovens (16-24 anos), a população com ensino superior e os homens comparativamente às mulheres.

1.2 Sugerir fatores como: maior facilidade de adaptação a novas situações, maiores competências ao nível das TIC, maior disponibilidade para investir em formação, entre outros.

2.1 Verifica-se uma tendência generalizada para um aumento do n.º de indivíduos que utilizam a internet, quer em Portugal, quer na UE. Contudo, Portugal ainda apresenta valores inferiores aos da UE.

2.2 Portugal apresenta um perfil com valores sempre inferiores à média da UE, em todos os indicadores de utilização da internet, salvo uma única exceção. O único indicador superior à média não nos é favorável, pois trata-se do n.º de indivíduos que nunca acederam à internet.

2.3 Maior utilização das TIC na educação e no trabalho, necessidade de utilizar a internet para aceder a determinados serviços, nomeadamente do Governo, entre outros.

3. Atualmente, as TIC têm uma importância cada vez maior na economia e na vida das famílias e dos cidadãos, pois aumentam a produtividade de outras atividades; geram novos setores produtivos, riqueza e emprego; permitem reduzir as distâncias e aproximar agentes económicos e

peças de todo o mundo e dão acesso a serviços diversificados «sem sairmos de casa».

Ficha 46 – As telecomunicações: reflexos na qualidade de vida da população

1.1 Permitem reforçar a segurança rodoviária e aumentar o conforto na utilização das vias, através da implementação de um eficaz controlo e difusão da informação.

1.2 Melhorias a vários níveis: nos sistemas de orientação; na prevenção de acidentes; na eficácia da proteção civil; na proteção do ambiente; entre outras.

1.3 Possibilidade de estar sempre contactável; maior facilidade e acesso a bens, serviços e informações, entre outros.

2. Argumentar referindo aspetos como: permitem a redução das deslocações pendulares (teletrabalho); diminuem as distâncias possibilitando a alteração da residência (áreas rurais); constituem um instrumento valioso para o conhecimento e planeamento do território, etc.

3.1 Melhoram a mobilidade destes cidadãos, permitindo-lhes, sem sair de casa e sem barreiras, o acesso a informação e a serviços importantes.

3.2 É o Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais e tem como principais objetivos: incentivar a utilização das TIC por estes cidadãos; minimizar as barreiras digitais; apoiar o desenvolvimento de novos produtos, conteúdos e serviços que possam beneficiar a qualidade de vida destes cidadãos, entre outros.

4. Insegurança provocada pela difusão de vírus informáticos; perigo de fraude no comércio eletrónico e nas transações financeiras; perigos para a saúde humana (emissão de radiações nocivas), entre outros.

Ficha 47 – O processo de alargamento da UE e seus desafios

1.1 Em 2004, aderiram: Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria, Eslovénia, Malta e Chipre. Em 2007, aderiram: Roménia e Bulgária. Em 2013 aderiu a Croácia.

1.2 Compare o seu mapa com o da pág. 213 do Manual.

1.3 As condições essenciais de adesão são: critério político – existência de instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos, o respeito pelas minorias e a sua proteção; critério económico – existência de uma economia de mercado com capacidade para responder à concorrência e às forças de mercado dentro da UE; critério jurídico – capacidade para assumir as obrigações de Estado-membro, incluindo a adesão aos objetivos da união política, económica e monetária.

1.4 Os programas de pré-adesão e instrumentos de apoio, como o PHARE (Programa para Assistência Reparação da Economia da Polónia e Hungria), apoiaram e poderão continuar a apoiar os países da Europa do Sudeste no processo de estabilização política e social, o que ajudará a garantir a paz na Europa do Sudeste, facilitando, assim, o seu desenvolvimento.

1.5 Os apoios de pré-adesão, como o Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA), são importantes para que os países candidatos possam desenvolver os esforços necessários para cumprirem as condições de Copenhaga.

Nos primeiros anos após a adesão, os apoios especiais servem para facilitar a integração dos novos Estados-membros, financiando medidas que aceleram a aproximação dos diversos setores aos da UE.

2.1 O alargamento teve vários efeitos na UE. Os principais foram o aumento da dimensão territorial e demográfica da União, que se refletiu nos aspetos económicos, com o grande aumento do mercado interno, o que fez crescer a concorrência, mas também as oportunidades de investimento e o número de consumidores. As culturas e tradições próprias dos novos países enriqueceram o espaço comunitário e tornaram maiores as possibilidades de intercâmbio.

2.2 Os novos Estados-membros são mais competitivos relativamente a Portugal em aspetos como: encontram-se mais próximos dos países com maior poder de compra, o que facilitará o acesso ao mercado; têm mão de obra mais qualificada e mais barata, o que poderá captar maior investimento estrangeiro; e alguns têm maior produtividade. Beneficiam ainda de apoios comunitários mais substanciais.

2.3 Portugal tem vantagens competitivas que se relacionam com melhores infraestruturas, maior desenvolvimento social, estabilidade política e social e um sistema bancário mais organizado e eficiente.

3. O alargamento fez da UE o maior espaço político e económico do mundo, o que reforça a sua posição no contexto político internacional e no mercado mundial, traduzindo-se em vantagens para cada Estado-membro, nomeadamente a maior possibilidade de internacionalização, o alargamento do mercado consumidor e melhores condições de participação no mercado mundial.

Ficha 48 – Valorização ambiental na UE e em Portugal

1.1 Podem citar-se problemas como: o aquecimento global, que resulta da emissão de gases com efeito de estufa e que pode conduzir a sérias alterações climáticas; a produção de resíduos urbanos, que implica o seu tratamento; o consumo crescente de recursos naturais, muitos não renováveis; e a redução da biodiversidade.

1.2 Alterações climáticas; natureza e biodiversidade, recursos naturais e resíduos; ambiente, saúde e qualidade de vida.

1.3 A UE desempenha, no contexto mundial, um papel fundamental ao dinamizar a reflexão e ao propor soluções e acordos que visam reduzir os problemas ambientais. Um dos exemplos mais significativos é o envolvimento da EU no protocolo de Quioto, que tem como grande objetivo diminuir a emissão de gases com efeito de estufa, tendo, para isso, definido metas a cumprir. A UE está a reduzir as suas emissões e a tomar medidas que promovem a diminuição em todos os Estados-membros. As medidas que promovem a utilização de energias renováveis e incentivam o menor uso do transporte rodoviário em favor de outros menos poluentes são exemplos desse esforço.

2.1 Ao aderir à UE, Portugal teve de integrar também a política ambiental, o que resultou na criação/transposição de legislação comunitária em matéria ambiental, na criação de instituições como o Ministério do Ambiente e as Direções Regionais do Ambiente e na canalização de maiores recursos para o setor ambiental.

3. A Fig. 2 revela que atualmente a despesa dos municípios com o ambiente é menor do que já foi em anos anteriores, como 1996 ou 1997. Embora esta evolução possa traduzir o desenvolvimento/investimento que já foi feito em setores como a recolha e o tratamento de resíduos sólidos urbanos e o melhoramento da rede de drenagem de esgotos e a construção de ETAR, o investimento atual deve continuar para que possamos cumprir as metas definidas pela UE.

Ficha 49 – Domínios prioritários na política ambiental da UE

1.1 Natureza e biodiversidade; alterações climáticas; recursos naturais e resíduos; ambiente, saúde e qualidade de vida.

1.2 No domínio Natureza e Biodiversidade pode destacar-se a Rede Natura, que resulta da aplicação da Diretiva Habitats e da Diretiva Aves de proteção da biodiversidade. Muitos habitats e espécies em perigo não são abrangidos por estas diretivas, mas existem muitas medidas, como a definição de quotas nas capturas de espécies marinhas, que contribuem para reduzir a perda de biodiversidade na UE. No domínio Alterações Climáticas podem evidenciar-se os esforços da UE na redução das emissões de gases com efeito de estufa, dando relevo às medidas de vigilância, às regras do mercado de emissões e à ajuda da UE a países terceiros nesta matéria, o que demonstra a importância que a UE dá às alterações climáticas e à prevenção das suas causas. O domínio Recursos Naturais visa uma melhor utilização de recursos e o desenvolvimento de padrões de produção e consumo mais sustentáveis, o que vai ao encontro da política da UE de dissociar o consumo de recursos do crescimento económico, através da racionalização, reutilização e reciclagem de recursos naturais que permitirá reduzir o consumo e manter o crescimento económico. Por último, no domínio Ambiente, Saúde e Qualidade de Vida, o objetivo é aumentar a proteção da saúde e a qualidade de vida e têm sido tomadas medidas como a monitorização da qualidade da água e do ar, dos níveis de ruído e de emissões de gases, etc., impondo metas e limites.

Ficha 50 – Assimetrias regionais e política de coesão

1.1 a. C; b. A.

2.1 a. B.

2.2 A Política Regional Comunitária, ao dar um tratamento diferenciado às regiões, beneficiando as mais desfavorecidas na distribuição das verbas dos fundos estruturais, pode contribuir para a redução das desigualdades a nível comunitário. A nível nacional, como as regiões se integram em diferentes objetivos da Política Regional Comunitária, podem aproximar-se mais.

Ficha 51 – Assimetrias regionais e política de coesão em Portugal

1.1 Apenas a região de Lisboa se encontra acima da média nacional nos dois anos representados. As outras regiões encontram-se abaixo da média e a tendência geral, com exceção das regiões Norte e Centro, é para uma diminuição do poder de compra de 2000 para 2011.

1.2 As diferenças no indicador de poder de compra por habitante evidenciam desigualdades de rendimentos que se refletem no poder de acesso a bens e serviços e, como tal, na qualidade da habitação, da alimentação, etc. Assim, é possível concluir que a maioria da população de Lisboa e do Algarve tem uma melhor qualidade de vida do que a generalidade da população das restantes regiões.

1.3 O Quadro Estratégico de Referência Nacional para 2007-2013 considera que as políticas sociais devem assegurar a remoção dos fatores de exclusão social e atenuar os riscos de pobreza e de exclusão social. Por isso, prevê políticas de qualificação escolar e profissional, a revalorização dos instrumentos de apoio à inserção no mercado de trabalho e o combate à pobreza.

2.1 a. Grande Lisboa, Alentejo Litoral, R. A. Madeira, Algarve, Grande Porto e Pinhal Litoral. **b.** Todas as restantes. **c.** Grande Lisboa

2.2 O objetivo de «convergência» é definido pela UE, no âmbito da sua política de desenvolvimento regional, e visa acelerar a convergência das regiões e dos Estados-membros menos desenvolvidos, melhorando as suas condições de crescimento e de emprego.

2.3. Promover o crescimento económico e o emprego; diminuir a pobreza extrema, investir na saúde, educação, entre outras.